

Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

William Bueno Rebouças

Florescimento autônômico em territórios periféricos  
do Rio de Janeiro:  
Pelos caminhos da comunidade popular Chico Mendes

Niterói,  
2017

Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

William Bueno Rebouças

Florescimento autônômico em territórios periféricos  
do Rio de Janeiro:  
Pelos caminhos da comunidade popular Chico Mendes

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Ciência Política  
da Universidade Federal Fluminense como  
requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em Ciência Política.

Orientador: Claudio de Farias Augusto

Niterói,  
2017

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

R292   Rebouças, William Bueno.  
    Florescimento autônomo em territórios periféricos do Rio de Janeiro : pelos caminhos da comunidade popular Chico Mendes / William Bueno Rebouças. – 2017.  
    133 f.  
    Orientador: Claudio de Farias Augusto.  
    Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência Política, 2017.  
    Bibliografia: f. 116-130.

    1. Ciência Política. 2. Comunidade urbana, Favela de Chico Mendes (Rio de Janeiro, RJ). 4. Historiografia. 5. Política participativa. I. Augusto, Claudio de Farias. II. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Ciência Política. III. Título.

**Bibliotecário: Nilo José Ribeiro Pinto**

**CRB-7/6348**

Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Apresentado no dia 28 de março de 2017:

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Carlos Henrique Serra Aguiar  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Timo Bartholl  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

*“Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;  
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;  
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;  
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis”.*  
*(Os que lutam - Bertolt Brecht)*

*À Elaine (In memoriam),  
Àquelas e àqueles imprescindíveis que trazem consigo o mundo novo e o  
constroem em seus cotidianos.*

## Agradecimentos

Apesar de se tratar mormente de um esforço individual, e por vezes, solitário, esta tese é fruto de um esforço prolongado, intenso e coletivo, sinergia produzida com ajuda de alguns companheiros, amigos e professores, com suas respectivas origens.

Primeiramente, seria impossível sem o apoio e a orientação de Claudio de Farias Augusto, em todos os sentidos, o qual possibilita toda uma gama de liberdade e autonomia a seus orientandos. Sem a paciência, a orientação e a amizade de Gelson Alexandrino, que depositou sua confiança pessoal neste estudo, desde a primeira conversa.

Agradeço a Carlos Henrique Aguiar pela presença na banca e conselhos durante a defesa de projeto. Também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa nestes dois anos de mestrado.

Agradeço ainda aos companheiros que conheci na luta e que me ensinaram mais sobre a vida do que jamais imaginaria. Entre alguns que conheci por meio da Assembleia do Méier: Fharah, Bianca, Carlos, André, Julinho - o qual carinhosamente me deixou publicar aqui um de seus poemas -, e Daisy, com os quais aprendi que a mobilização política está diretamente ligada à vida afetiva. A Timo que desde o início me auxiliou com textos, ideias e conselhos e que aceitou participar da banca e do processo desta dissertação. A Alexandre Samis, Mais Preto, que também autorizou a publicação de uma das músicas dos Us Neguin Q Não C Kala aqui, e Lucia com os quais aprendi - e aprendo - na prática e através das reuniões de comissão (!) boa parte do conteúdo exposto nesta dissertação.

Aos meus colegas de mestrado, que tornaram mais entusiasmante e rica a caminhada até aqui, Ramon, Augusto, Josi. Aos colegas de orientação: Aparecido, pelas ricas trocas de ideias, e fortemente a Elaine, uma pessoa admirável e que nos deixou falta, e que mesmo tenho conhecido brevemente influenciou quase tudo que foi dito aqui, e a qual devo à inspiração de boa parte desta dissertação, não só pela ajuda com referências, mas com sua própria referência.

Agradeço à minha companheira, Joyle, por todo o afeto e todo o apoio desde o início da caminhada acadêmica. A Rodrigo Barenco, companheiro de música, de graduação e sempre presente em boa parte de toda a minha caminhada até aqui.

E a Denise e Rômulo sem os quais nada disso seria possível.

Obrigado.

## A trajetória desta dissertação

O tema desta dissertação é fruto de uma pesquisa iniciada em 2011 sobre movimentos sociais e os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, realizada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), assim como de um envolvimento direto com movimentos sociais através do Estágio Interdisciplinar de Vivência em Áreas de Assentamentos Rurais (EIV) em 2011 e do Fórum Social Temático, em 2012 em Porto Alegre. Para além do tema, o convívio com o Movimento das Comunidades Populares, a qual se espera refletir conjuntamente aqui se inicia em 2013 por meio do primeiro contato do autor com o movimento no I Encontro da Rede de Economias Coletivas. É em 2014, porém, que pude conhecer melhor o MCP através da organização da primeira Feira da Rede de Economias Coletivas no Méier, coorganizada – entre outros movimentos – pela Assembleia Popular do Grande Méier, movimento em que estive organizado, e território onde atuo e vivo.

O envolvimento com a Comunidade Popular Chico Mendes, portanto, não se inicia com a presente dissertação, mas é fruto de uma parceria da organização de alguns eventos, entre os quais, as três feiras de economias coletivas e o encontro de economias coletivas, realizado na própria Comunidade. O que se deseja ressaltar neste ponto é que o estudo não pretende ser imparcial, por um lado, e nem ocupar o lugar de fala e a experiência dos que pertencem ao MCP. Inicialmente, a dissertação trataria das Assembleias Populares, e, pela maior relevância e riqueza histórica-metodológica foi-se alterado para o movimento em questão, o que requisitou também maneiras diferentes de tratar alguns conceitos, como cidadania, horizontalidade e democracia, e o quase abandono de outros, como o direito à cidade. Gerou, por outro lado, uma interface maior e mais significativa com relação à participação, à autonomia e à autogestão. Buscaremos, portanto, acionar não só a experiência prática, mas também as referências conceituais do Movimento das Comunidades Popular para avançar na compreensão de projetos de construção do poder popular, e, possivelmente, contribuir de alguma forma para a formação destes em outros territórios.

Esta dissertação procura a responder a questões de cunho acadêmico, todavia, possui na resposta a questões práticas sobre as possibilidades reais e atuais de mobilização de ações coletivas, ativismos e movimentos sociais encontram diante do contexto em que vivemos seu principal motivo. Compreender historicamente, espacialmente e teoricamente as questões que permeiam à mobilização autônoma é interesse do autor, que vive e atua no subúrbio da cidade, mas também pode apontar para questões vividas por outros movimentos e por outros moradores e ativistas nesta ou em outras cidades. Pertence ao *motu* deste trabalho, não só uma procura pelo entendimento das questões supracitadas, mas também, para o autor, um envolvimento prático pelos caminhos apontados. A procura é que teoria e prática avancem juntas nos pontos levantados nesta oportunidade.

## Resumo

A participação surge quanto uma questão vital para os principais sistemas “democráticos” do mundo a partir dos anos 70. Os modelos deliberativos, todavia, não conseguiram produzi-la sob a forma desejada na prática por conta da presença das assimetrias de poder entre os atores, as quais cancelam qualquer perspectiva de ação orientada por atos de fala sem hierarquias. Poderia a simetria de poder almejada ser encontrada para além das *estruturas de poder*, inevitavelmente assimétricas? Esta é uma resposta que pode ser encontrada na mobilização prática dos movimentos sociais urbanos. Por meio de uma linguagem clara, simples e acessível acreditamos ser possível demonstrar que a criação de *espaços autônômicos* gera participação real das pessoas nos assuntos que lhes dizem respeito em conjunturas urbanas marcadas pela heteronomia. Ao verificarmos a formatação dos territórios periféricos no Rio de Janeiro apreendemos como seus padrões espaciais são marcados por segregação e heteronomia. Ao mesmo tempo, podemos notar uma ausência clara de políticas radicalmente participativas que pudessem alterar tais padrões. Por outro lado, a mobilização autônoma se mostrou um repertório de ação recorrente na atuação política dos setores populares, indicada pela criação de espaços que justamente fomentam a autonomia entre e por seus moradores. Um destes espaços autônômicos, e talvez um dos mais relevantes atualmente na cidade do Rio de Janeiro, é a Comunidade Popular Chico Mendes. A Comunidade está organizada na cidade desde os finais dos anos 80 e se fundamenta em princípios como: a Democracia Participativa, a Independência Política e a Autonomia Financeira, a fim de garantir a seus membros e demais moradores acesso sobre as decisões políticas que lhes dizem respeito e aos bens necessários à vida urbana, entre eles, a moradia. Utilizamos métodos de investigação participativa e militante para compreender junto ao movimento, de que modo sua experiência pode fomentar a criação destes espaços no momento em que demonstra empiricamente os ganhos potenciais que se pode obter nos caminhos de uma radicalização democrática em territórios periféricos. O *florescimento* destes espaços pode apontar para uma vida urbana mais livre e autônoma e para maior acesso aos bens necessários à vida pela ação dos próprios habitantes da cidade. Procuramos por meio de uma metodologia aberta às práticas e saberes populares, balizada por instrumentos cognitivos providos pelo conhecimento científico compreender de como: (i) a formatação dos territórios periféricos do Rio de Janeiro se deu por meio da segregação sócio-espacial e heteronomia, marcantes na política urbana da cidade; (ii) a mobilização autônoma, como que pela autoajuda, se faz presente na maneira como os moradores se mobilizam, mais ou menos organizadamente, nestes territórios; e (iii) os espaços autônômicos podem organizar esta mobilização, produzindo vínculos emancipatórios, tomando a Comunidade Popular Chico Mendes quanto um dos exemplos mais relevantes destes espaços.

**Palavras-chave:** Autonomia; Movimentos Sociais; Política Urbana; Territorialidades.

## Abstract

Participation emerges as a vital issue for the world's major "democratic" systems from the 1970s. Deliberative models, however, have failed to produce it in the desired form in practice because of the presence of power asymmetries among actors, which cancel any perspective of action oriented by acts of speech without hierarchies. Could the desired symmetry of power be found beyond the inevitably asymmetric power structures? This is an answer that can be found in the practical mobilization of urban social movements. Through clear, simple and accessible language we believe that it is possible to demonstrate that the creation of autonomous spaces generates real participation of the people in matters that concern them in urban conjunctures marked by heteronomy. When we verify the formatting of the peripheral territories in Rio de Janeiro we learn how their spatial patterns are marked by segregation and heteronomy. At the same time, we can note a clear absence of radically participatory policies that could alter such standards. On the other hand, the autonomous mobilization was a repertoire of recurrent action in the political action of the popular sectors, indicated by the creation of spaces that precisely foment the autonomy between and by its residents. One of these autonomous spaces, and perhaps one of the most relevant currently in the city of Rio de Janeiro, is the Chico Mendes Popular Community. The Community has been organized in the city since the late 1980s and is based on principles such as Participative Democracy, Political Independence and Financial Autonomy, in order to guarantee its members and other residents access to the political decisions that concern them and to the goods necessary for urban life, among them, housing. We use participatory and militant research methods to understand how the experience of the movement can foster the creation of these spaces when it empirically demonstrates the potential gains that can be obtained in the paths of a democratic radicalization in peripheral territories. The *flourishing* of these spaces can point to a freer and autonomous urban life and to greater access to the necessities of life through the action of the city's own inhabitants. We seek through a methodology open to popular practices and knowledge, based on cognitive instruments provided by scientific knowledge, to understand how: (i) the formatting of the peripheral territories of Rio de Janeiro occurred through socio-spatial segregation and marked heteronomy in the urban politics of the city; (ii) autonomous mobilization, as by self-help, is present in the way the residents mobilize, more or less organized, in these territories; and (iii) the autonomous spaces can organize this mobilization, producing emancipatory ties, taking the Chico Mendes Popular Community as one of the most relevant examples of these spaces.

**Key-words:** Autonomy; Social movements; Urban policies; Territorialities.

## Lista de Ilustrações

<b>Figura 1.</b> Loteamento dos bairros de Todos os Santos e Cachambi (1857).....	27
<b>Figura 2.</b> Demolição do Morro de Santo Antônio.....	29
<b>Figura 3.</b> Vila Kennedy.....	34
<b>Figura 4.</b> Favela do Esqueleto.....	35
<b>Figura 5.</b> Favela da Praia do Pinto.....	41
<b>Figura 6.</b> Empreendimentos enquadrados no Minha Casa, Minha Vida por faixa salarial.....	51
<b>Figura 7.</b> Mapa das Remoções.....	52
<b>Figura 8.</b> Mapa Racial de Pontos.....	53
<b>Figura 9.</b> Graus de abertura para a participação popular no planejamento e na gestão urbanos.....	79
<b>Figura 10.</b> As 10 colunas do Movimento das Comunidades Populares.....	89
<b>Figura 11.</b> Bandeira do MCP.....	94
<b>Figura 12.</b> Campanha contra o álcool - MCP.....	103
<b>Figura 13.</b> Feira da Rede de Economias Coletivas no Méier.....	106
<b>Figura 14.</b> São João na Comunidade Popular.....	107

## Lista de Abreviaturas e Siglas

- AGA** - Articulação dos Grupos Autônomos
- AGCRJ** - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- AIB** - Ação Integralista Brasileira
- ANACOP** - Associação Nacional de Apoio às Comunidades Populares
- AP** - Ação Popular
- ARENA** - Aliança Renovadora Nacional
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNH** - Banco Nacional de Habitação
- BRT** - Bus Rapid Transit (Transporte Rápido por Ônibus)
- CEDAE** - Companhia Estadual de Águas e Esgotos
- CEF** - Caixa Econômica Federal
- CEPEs** - Comissões Especiais de Projetos Específicos
- CFUL** - Cada Família um Lote
- CGT** - Comando Geral dos Trabalhadores
- CHISAM** - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio
- CNBB** - Confederação Nacional de Bispos do Brasil
- CNDU** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
- CODESCO** - Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
- COHAB-GB** - Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara
- COPURB** - Conselho de Política Urbana
- CTFRJ** - Coligação dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro
- CTI** - Corrente dos Trabalhadores Independentes
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- DOPS** - Departamento de Ordem Política e Social
- EJC** - Escola Jardim da Comunidade
- FAFEG** - Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara
- FAFERJ** - Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro
- FGTS** - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
- Ficam** - Financiamento de Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Social
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- FNHIS** - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
- FNRU** - Fórum Nacional de Reforma Urbana
- Fundrem** - Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
- GIC** - Grupo de Investimento Coletivo
- GPC** - Grupo de Produção Coletiva
- GVC** - Grupo de Compra e Venda Coletiva

**GTC** - Grupo de Trabalho Coletivo  
**GEF** - Grupo de Economia Familiar  
**IAP** - Investigação Ação Participativa  
**IAPs** - Institutos de Aposentadoria e Pensão  
**IBAD** - Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
**INPS** - Instituto Nacional de Previdência Social  
**IPES** - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
**IPTU** - Imposto Predial e Territorial Urbano  
**JAC** - Juventude Agrária Católica  
**JUC** - Juventude Universitária Católica  
**JVC** - Jornal Voz das Comunidades  
**MCL** - Movimento das Comissões de Luta  
**MCP** - Movimento das Comunidades Populares  
**MDB** - Movimento Democrático do Brasil  
**MER** - Movimento de Evangelização Rural  
**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra  
**ONGs** - Organizações Não-Governamentais  
**PADF** - Partido Autonomista do Distrito Federal  
**PCB** - Partido Comunista do Brasil  
**PDT** - Partido Democrático Trabalhista  
**PKK** - (Partido dos Trabalhadores do Curdistão)  
**PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**PROAP** - Programa de Urbanização e Assentamentos Populares  
**PSD** - Partido Social Democrático  
**PT** - Partido dos Trabalhadores  
**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro  
**Proface** - Projeto Favelas  
**Profilurb** - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados  
**Promorar** - Programa de Erradicação da Sub-Habitação  
**SBPE** - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo  
**SERFHAU** - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo  
**Serfha** - Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e das Habitações Anti-Higiências  
**SFH** - Sistema Financeiro de Habitação  
**SHRU** - Seminário de Habitação e Reforma Urbana  
**SMDS** - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social  
**SMH** - Secretaria Municipal de Habitação  
**USAID** - United States Agency for Intenation Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)  
**UTF** - União dos Trabalhadores Favelados

# Sumário

<b>1.</b>	Introdução: Organização, Voz e Periferias.....	14
1.1	Discussões de método: a Investigação-ação militante.....	18
1.2	O lugar da Ciência Política no debate sobre movimentos sociais territorializados.....	21
<b>2.</b>	A formação das espacialidades periféricas no Rio de Janeiro.....	24
2.1	A União dos Trabalhadores Favelados e o controle social na República Nova.....	28
2.2	A política urbana centrada no Banco Nacional de Habitação: relatos sobre a CODESCO e a CHISAM.....	36
2.3	Rearticulação de forças na política urbana e a reestruturação neoliberal...43	
2.4	Direito à Cidade e a retomada da política de remoções.....	48
<b>3.</b>	Território, Poder e Autonomia.....	56
3.1	Nuances e cores de autonomia.....	57
3.2	O significado do território para a mobilização periférica.....	65
3.3	Poder e autogestão comunitária do território.....	72
3.4	Dimensão territorial no debate contemporâneo sobre democracia.....	79
<b>4.</b>	A Comunidade Popular Chico Mendes.....	86
4.1	A trajetória do Movimento das Comunidades Populares.....	91
4.2	Comunidade, Autonomia e Participação.....	97
4.3	Construção do Poder Popular: Novos horizontes.....	101
<b>5.</b>	Conclusões.....	111
<b>6.</b>	Referências Bibliográficas.....	116
	Anexos.....	131

## 1. Introdução: Organização, Voz e Periferias

“Meu poema tem sons de bombas  
para acordar os que dormem.  
Levanta quem senta  
exala cheiro de spray de pimenta.

Nasci da cor de Zumbi  
nas ideias e suores  
do OKUPA Palmares.

Do "baderneiro" Freio Tito  
prego o "evangelho"  
da cumplicidade  
pros olhares horizontais.

Do "vândalo" Chico Mendes  
alimentador do "Green Block"  
carrego a relação  
entre as "coisas"  
da mãe natureza...

Por que o senhor atirou em mim?  
Porque EU QUIS!

Balas de borracha  
apagam a palavra singeleza  
do "quadro negro"  
da avenida Brasil.

Este poema  
vandaliza predicados e adjetivos  
preso  
nas escadarias  
das rimas ricas  
se liberta aliviado  
como quem sai do presídio.

Meu poema está vivo.  
Mas por sorte  
de não ter inalado  
o gás AZUL da morte..."<sup>1</sup>

**A**lguns grandes levantamentos foram presenciados nas grandes periferias urbanas a partir dos anos 80 até a virada do século XXI como, por exemplo, em Caracas 1989, Assunção 1999, Quito em 1997, Lima e Cochabamba em 2000, Buenos Aires em 2001, El Alto em 2003 e Oaxaca em 2006<sup>2</sup>. São demonstrações em massa, irrupções de problemas que atingem subúrbios, guetos e favelas, e dizem respeito não somente à provisão dos serviços públicos essenciais (ou à falta desta), mas também à forma como o Estado se apresenta nestas comunidades, através da brutalidade de suas forças armadas e de sua perversa unilateralidade, se recusando a ouvir as principais vozes das comunidades. Estas revoltas atuais estão longe de significar um fato novo, os moradores periféricos das cidades sul-americanas sempre se recusaram a cumprir o papel de subservientes no cenário político. Os elementos novos, porém, se mostram no repertório de luta dos movimentos a partir dos anos 70 e que irão ser radicalizados a partir dos anos 90.

Traços fundamentais como: busca por horizontalidade nas relações políticas e mesmo pessoais, organização político-econômica em torno da autogestão, valorização da autonomia em nível individual e coletivo, trabalhos através da ajuda mútua; foram retomados de tradições, até então pouco revisitadas, nas grandes mobilizações.

---

<sup>1</sup> Poema escrito por TERRA (2013) em meio aos protestos que tomaram a cidade neste ano.

<sup>2</sup> ZIBECHI, 2015. p.17.

Portanto, uma ruptura se deu por parte dos “novos movimentos sociais”<sup>3</sup> em relação à forma de se fazer políticas dos movimentos trabalhistas dos anos 50 e 60. As jornadas de junho que tomaram as ruas das metrópoles brasileiras no ano de 2013 foram influenciadas diretamente por esta conjuntura. No Rio de Janeiro, as manifestações nas áreas centrais demonstraram valores e ideais - como a descentralização nas ações - relativamente novos, assim como, redes e estruturas - como as assembleias populares - de movimentações anteriores, como o “Ocupa Rio” de 2011. Apesar de se concentrar inicialmente nas regiões centrais da cidade, as manifestações de 2013 sempre contaram com presença substancial de moradores das periferias, o que veio à tona quando as mobilizações ocorreram a partir das favelas.

Podemos elencar dois fatores decisivos para compreender este momento político da cidade: a demanda por participação real e a organização territorializada. A demanda por voz de determinada parcela da população fica patente na composição social dos primeiros protestos, pela forte presença da juventude das periferias, por um lado, mas também na repulsa generalizada à forma como a repressão policial lida, não só com qualquer protesto de rua, mas principalmente, com os posicionamentos políticos nas favelas, por outro. Pode-se dizer que a face heterônoma da ‘cidade maravilhosa’ fora desnudada aos olhos da população carioca - principalmente através da cobertura mídia-ativista - em junho de 2013. A questão a ser levantada é como a cidade pôde ter uma configuração tal a ponto de negar qualquer tipo de participação real de seus cidadãos? A heteronomia fica evidente na desigualdade de tratamento dependendo do território em que se vive. Pois, então, como chegamos a tal nível de segregação sócio-espacial?

O elemento espacial talvez seja um fator essencial para compreendermos a política urbana da cidade, seja em sua segregação e heteronomia, seja na criação de alternativas. A sensação nas assembleias populares e organizações de base foi exatamente a falta de uma organização a longo prazo para manter as demandas dos protestos. Ficou claro que uma heteronomia histórica e a formatação antidemocrática da cidade não seria dirimidas por momentos efêmeros de atividade política. Por outro lado, o território sempre presente em movimentos sociais urbanos da cidade, muito anteriores ao ano de 2013. A recuperação da *memória* dos movimentos que buscam maior participação e acesso aos bens necessários à vida urbana, como a habitação, e, portanto, resistem às principais formas desiguais e opressivas de pauperização e

---

<sup>3</sup> O termo é utilizado pelos que seguem a perspectiva de TOURAINE (1981) sobre a alteração em termos de identidade, formas de ação e bandeiras de lutas dos movimentos sociais a partir de meados dos anos 70. Segundo SCHERER-WARREN (1993), em meados do século até os anos 70, a visão da ação coletiva e do conflito era predominantemente marxista, atribuindo-se teleologicamente à classe a missão de transformação histórica, na década de 70 ocorre uma transição paradigmática que transfere a ênfase na sociedade política para a sociedade civil, das lutas de classe para os movimentos sociais. GOHN (2008, p. 33) aponta como a ênfase no movimento operário foi se redirecionando para diversos outros atores, a “problemática dos antagonismos de classes sociais, deram lugar a outras problemáticas sociais, enquanto eixos centralizadores das lutas sociais”. Segundo SOUZA (2012, p.25) os anos 90 deram lugar a uma “segunda geração” dos chamados “novos movimentos”, possibilitando uma virada crítica teórica e prática através de uma (re)valorização de práticas libertárias.

“espoliação urbana”<sup>4</sup> na produção de cidade, talvez possa elucidar estas e outras questões.

Neste sentido, o resgate se dará na procura por compreender historicamente como alguns movimentos sociais organizados em torno do território puderam produzir autonomia em suas comunidades, muitas vezes, de forma mais radicalizada que a contrademocracia exercitada nas ruas<sup>5</sup>. Diante do fechamento dos canais democráticos institucionais, os movimentos territorializados muitas vezes alcançaram seus objetivos – assim como a própria população da cidade – por meio da busca pela solução, muitas vezes, mais eficaz que a contestação. Sob a espacialidade particularmente heterônoma do Rio de Janeiro, os movimentos sociais periféricos buscaram alternativas, em suas próprias formas de fazer política, pela ausência de voz em âmbito institucional, e na conquista própria do acesso aos bens materiais necessários, pela falta de política distributiva.

Entre os movimentos sociais históricos que se organizaram territorializadamente na cidade, podemos citar o exemplo do Movimento das Comunidades Populares (MCP), o qual possui uma trajetória que remota aos anos 50 e se organiza em 14 estados do Brasil. A história do MCP se confunde com a história das principais mudanças estruturais sofridas no país, e se vincula mais fortemente à história do Rio de Janeiro a partir dos finais dos anos 80, ainda quando se chamava Movimento das Comissões de Luta (MCL). Em 1993, passou a estar organizado territorializadamente na Comunidade Popular Chico Mendes, representando uma fonte importante de conhecimento acumulado e autorreflexão sobre como atuar no território de forma a desenvolver a autonomia coletiva da população local. Podemos verificar, portanto, que o MCP pôde desenvolver de forma organizada as características de autoajuda já presentes nas formas de vida dos moradores da comunidade.

Nosso objetivo será alcançar uma compreensão mais refinada sobre a forma como a população carioca e os movimentos sociais territorializados procuraram atuar, diante da heteronomia da cidade, valorizando a história de combatividade em níveis de classe e território no Rio de Janeiro. Procuraremos fazê-lo com base em algumas hipóteses advindas desta linha de raciocínio: 1. A cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu por meio de padrões sócio-espaciais fortemente segregadores, fato este que a marcou – entre outros fatores – de uma expressiva heteronomia em sua política urbana. 2. Diante desta heteronomia, a população forjou suas próprias maneiras de participar nas decisões que lhes são próprias, alcançando suas próprias soluções para os

---

<sup>4</sup> KOWARICK (1979, p.59) chama atenção para dois processos interligados que podem ser equacionados ao “problema habitacional”: a pauperização absoluta ou relativa dos trabalhadores e a espoliação urbana: “somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência”, o Estado se apresenta tão mais autoritário e repressor quanto maior forem a pauperização e a espoliação.

<sup>5</sup> As concepções de contra-democracia, desenvolvida por ROSANVALLON (2008), e de democracia como característica de uma tomada de decisão igualitária e comunitária, exposta por GRAEBER (2014), serão expostas e comparadas no capítulo 3.4.

problemas urbanos, como, por exemplo, por meio da autoajuda. 3. O Movimento das Comunidades Populares se mostra um exemplo profícuo de atuação organizada no território na busca por alcançar as soluções necessárias pela própria população.

*Florescimento autônomo*<sup>6</sup> se refere diretamente às inúmeras propostas de desenvolvimento da autonomia coletiva e individual nos territórios periféricos do Rio de Janeiro durante o período estudado. O título dialoga com os passos realizados pelo MCP na caminhada para sua 5ª etapa quanto movimento. Antes de *colher* os frutos da mobilização popular, o movimento buscou *semear* e *cultivar* valores comunitários, buscando o diálogo com o povo<sup>7</sup>. É no sentido de reconhecer os acúmulos de um trabalho de base imprescindível que procuramos seguir *os caminhos da Comunidade Popular Chico Mendes*. Seguir seu caminho não significa, obviamente, que partiremos do mesmo ponto, nem que chegaremos ao mesmo destino. Significa que os meios utilizados durante seu percurso nos são caros, e que seguindo-os chegaremos a nossas próprias e inéditas questões e desafios, ainda mais complicados. Os caminhos de um movimento a tal ponto organizado podem apresentar diversos outros ramos para outros movimentos que se articulam e aprendem com o MCP.

A fim de avançar nestes temas, a dissertação se desenrolará sob estudos de ordem histórica, teórica e prática. A compreensão sobre a forma heterônoma pela qual a cidade se desenvolveu, sob padrões distintos de atuação governamental junto aos setores do capital, será tema do capítulo 2. Sob um prisma histórico, analisaremos a formatação urbanística e o desenvolvimento da política urbana, sobretudo, a habitacional, que tornaram cada vez mais concreta a heteronomia no espaço urbano carioca. Alguns momentos serão privilegiados: primeiro, após uma breve abordagem da passagem para o período republicano, nos ocuparemos do contexto político dos anos 50, marcado pelo pacto trabalhista-clientelista, pelas tentativas de controle social e pela atuação marcante da União dos Trabalhadores Favelados; segundo, o período que concerne à ditadura empresarial-militar, marcada pelo Banco Nacional de Habitação quanto ator fundamental da política urbana; e terceiro, pelo contexto de redemocratização e aprofundamento das desigualdades do período neoliberal, na qual a formatação do espaço urbano já estará bem delineado.

O capítulo 3, por sua vez, será responsável por deslindar os nós teóricos percebidos na introdução de conceitos abstratos utilizados durante a dissertação. O principal tema a confrontado é a relação conflituosa entre democracia e autonomia. Uma ampliação de conceitos largamente utilizados pela Ciência Política será necessária, temas como democracia, poder e política serão manejados através de perspectivas que contribuam para a compreensão da política feita de baixo para cima, pelos movimentos sociais territorializados. Ao mesmo tempo, este é o momento de tocar em questões que também são caras ao Movimento das Comunidades Populares, de forma que haja uma

---

<sup>6</sup> O termo se refere à perspectiva de ORNELAS (2005, p.137) sobre o “projeto autônomo” no interior das comunidades zapatistas, caracterizado pela construção da autonomia sob bases comunitárias, assim como pelo acesso à educação, saúde, cultura, produção, ou seja, a melhores as condições de vida.

<sup>7</sup> Jornal Voz das Comunidades (JVC), março de 2011. p.3.

relação complementar entre abordagem histórica-contextual, teórica e prática. Tocaremos nas questões disciplinares que envolvem a busca pela autonomia em territórios periféricos, assim como também, na incapacidade da democracia institucional em produzir participação autêntica nestes espaços.

Por fim, o capítulo 4 será responsável por preencher as lacunas deixadas pela abordagem histórica e teórica, fornecendo respostas que somente a prática cotidiana possui, para os problemas abstratos e metodológicos daqueles e daquelas que procuram se movimentar autonomamente em territórios periféricos. A história do Movimento das Comunidades Populares se confunde com a contextualização histórica da cidade e do país, representando como as mudanças estruturais da sociedade também espelham mudanças no movimento. A Comunidade Popular Chico Mendes, por sua vez, representa a territorialização desta gama de aprofundamentos e aprendizados no Rio de Janeiro. Para movimentos menores e mais recentemente criados, a Comunidade Popular representa um exemplo valioso de como é possível se movimentar e se articular em territórios periféricos de forma autônoma e autogestionada.

### **1.1 Discussões de método: a Investigação-ação militante**

Ao pretendermos a compreensão da formatação heteronômica da cidade do Rio de Janeiro, o fazemos com o objetivo específico de fornecer instrumentos cognitivos para atores políticos que se organizam sob diversas formas de ação coletiva na cidade. Neste processo de reflexão e autorreflexão, o método empregado é ainda mais importante que o próprio conteúdo do estudo. A metodologia precisa se vincular à capacidade auto reflexiva dos movimentos sociais, aprendendo com eles, e nunca impondo uma visão – muitas vezes tomada como superior ou imparcial – através do auspício cientificista. Precisamos, primeiramente, romper com os pressupostos de cunho positivistas que separam sujeito e objeto, assim como, também reconhecer que todo pensamento tem um lugar específico na sociedade, assim como uma utilidade específica.

Não utilizamos, portanto, os parâmetros usuais de “imparcialidade” ou de “neutralidade” em relação ao movimento social que norteia a pesquisa. Antes, procuramos compatibilizar três exigências de uma pesquisa engajada: honestidade intelectual, publicização dos resultados e lealdade para com os protagonistas com os quais interagimos<sup>8</sup>. A pesquisa precisa representar, não somente um ganho no acúmulo de conhecimento teórico e prático para o pesquisador, mas também valor e utilidade para o próprio movimento social, o que se pode ser alcançado pela compreensão dos objetivos próprios, das perspectivas e da história de luta deste movimento. Assim, o olhar egocentrado do pesquisador precisa ser substituído por um método ativo, espacialmente e socialmente inserido que vá para além de parceria com tempo delimitado e represente uma troca útil também para o movimento.

---

<sup>8</sup> SOUZA, 2015. p.38.

O estudo que propomos procura adquirir a forma de *coinvestigação*<sup>9</sup> entre militantes que se veiculam à necessidade de auto emancipação das classes populares. Todavia, os lugares de fala, as experiências e as ideologias são distintos. A capacidade de troca se dá exatamente nesta dissonância, que emerge no diálogo entre perspectivas e experiências distintas sobre as questões que norteiam o estudo. Pretendemos que a pesquisa seja enriquecedora na compreensão crítica da realidade em que vivemos e atuamos, em constante diálogo com a prática. Objetivo este que só pode ser alcançado por meio da negação da suposta hierarquia de conhecimentos, seja por parte do investigador, seja pelo movimento social. Portanto, a relação horizontal sujeito-sujeito viabiliza a “criticidade”<sup>10</sup> própria de uma coinvestigação identificada com a emancipação autônoma dos sujeitos e dos movimentos.

“Hoje a batalha pelo território e pela autodeterminação dos povos tem que ser ganhada também no âmbito da construção de sentidos, onde o poder trabalha para impor uma visão de impotencia nos dominados, a luta nos inclui a todo. Não serve producir un novo e sensato sentido comum que se impõe desde a academia, da ciencia ou dos círculos de poder; é preciso que o sentido comum se construa coletivamente em un proceso no qual as intersubjetividades em si mesmas, em seu territorio real e simbólico, sejam o principal sentido comum libertário”<sup>11</sup>.

Entre outras correntes, uma perspectiva que nos fornecer elementos metodológicos importantes é a de Orlando Fals Borda. A Investigação Ação Participativa (IAP) procura fomentar o poder popular e a autonomia para a transformação da sociedade através do saber próprio das comunidades, em diálogo com “agentes externos”. Por meio deste intercâmbio seria possível forjar ferramentas intelectuais próprias de epistemologias emancipatórias, capaz de fornecer as bases cognitivas para superar as contradições e inconsistências de nossa sociedade<sup>12</sup>. Dessa forma, a investigação deve incluir o saber próprio das bases, a fim de fomentar a autonomia e a valorização das cosmovisões e conhecimento popular próprio das comunidades. A categoria *‘sentipensante’* indica uma oportunidade epistemológica convidativa para abandonarmos as roupagens cientificistas-positivistas e dogmáticas do conhecimento produzido na Academia e abraçarmos o conhecimento tradicional e/ou popular como verdade suficiente.

Exatamente na busca por sustentar a legitimidade da sabedoria tradicional é que o autor sustenta que as comunidades do terceiro mundo apresentam um

---

<sup>9</sup> Ver BARTHOLL, 2016. p.85.

<sup>10</sup> FREIRE, 1996. p.15.

<sup>11</sup> CECEÑA 2006. p.41. Tradução livre: ““Hoy que la batalla por el territorio y la autodeterminación de los pueblos tiene que ser ganada también en el ámbito de la construcción de sentidos, donde el poder trabaja para imponer una visión de impotencia en los dominados, la lucha nos incluye a todos. No sirve producir un nuevo y sensato sentido común que se impone desde la academia, la ciencia o los círculos del poder; es preciso que el sentido común se construya colectivamente en un proceso en el que las intersubjetividades en sí mismas, en su territorio real y simbólico, sean el principal sentido común libertario”

<sup>12</sup> BORDA, 1986.

“conhecimento vivencial”<sup>13</sup> capaz de fornecer respostas substanciais aos desafios e aos problemas existenciais da sociedade europeia<sup>14</sup>, assim como, para novas formas de democracia e sociedade procuradas por intelectuais e movimentos sociais universalmente. Dessa forma, o conhecimento prático, refletido pelas comunidades por formas ‘não-acadêmicas’, representa uma fonte de sabedoria capaz de lidar com a complexidade da realidade, que escapa ao pensamento elitista e dogmático embebido de cientificismo. Ao apontarmos para uma “ciência social comprometida” devemos ter em conta alguns pontos como: a “participação cultural, econômica e social desde as bases, a construção de contrapoderes populares” assim como, segundo Borda, “a proclamação de regiões autônomas e o ensaio aberto de um federalismo libertário”<sup>15</sup>.

“Nós, em troca, nos propusemos ensaiar, de maneira crítica e comparada, a ideia de que se pode culminar um trabalho analítico e sério com base em conhecimentos práticos sobre a realidade tanto da gente comum como dos quadros ativistas, que poderia enriquecer não somente o fundo geral das ciências mas o acervo popular mesmo. [...] Queríamos contruir ferramentas intelectuais próprias das clases trabalhadoras e humildes, que têm carregado injustamente o peso do desenvolvimento, para enriquecimento de outras clases, e formas organismos de base como cooperativas; sindicatos, centros artesanais e culturais, brigada de educação e de saúde que permitam fazer frente a situações reais com mobilizações, justificadas, criação de trabalho e emprego, aumento da renda e melhoramento do nível de vida das comunidades”<sup>16</sup>.

Devemos pontuar, porém, que nada disso representa novidade para o Movimento das Comunidades Populares. O método Linha de Massas utilizado em toda a estrutura do movimento social e com as comunidades em que se organiza possui como eixo principal a formação de grupos e comissões para lidar com qualquer tipo de questão de ordem organizativa. Fato que se mostra notório no lema para suas atividades: “Antes de ensinar, devemos aprender com os outros. Buscar o diálogo, e não a polêmica”.<sup>17</sup> Além das comissões, toda ação com base nas necessidades do povo é delineada por meio de pesquisas feitas junto as bases por militantes que “vivem no meio do povo

---

<sup>13</sup> BORDA, 2009. p.379.

<sup>14</sup> Produzir respostas práticas para estas “fissuras” deixadas por mudanças culturais não acompanhadas por mudanças substantivas nas instituições e no poder seria exatamente o desafio herdado pelos “novos movimentos sociais” segundo o prisma de TOURAINE (1981, p.15).

<sup>15</sup> BORDA, 2009. p.377. Tradução livre: “[...] participación cultural, económica y social desde las bases, la construcción de contrapoderes populares, la proclamación de regiones autónomas y el ensayo abierto de un federalismo libertário”.

<sup>16</sup> BORDA, 1986. p.19. Tradução livre: “Nosotros, en cambio, nos propusimos ensayar, de manera crítica y comparada, la idea de que se puede culminar un trabajo analítico y serio con base en conocimientos prácticos sobre la realidad tanto de la gente del común como de los cuadros activistas, que pudiera enriquecer no sólo el fondo general de las ciencias sino el acervo popular mismo. [...] Queríamos construir herramientas intelectuales propias de las clases trabajadoras y humildes, que han llevado injustamente el peso del desarrollo, para enriquecimiento de otras clases, y formar organismos de base como cooperativas; sindicatos, centros artesanales y culturales, brigada de educación y de salud que permitieran hacer frente a situaciones reales con movilizaciones, justificadas, creación de trabajo y empleo, aumento del ingreso y mejoramiento del nivel de vida de las comunidades.

<sup>17</sup> JVC, março de 2011. p.3.

como peixe dentro d'água"<sup>18</sup>. As comissões e as pesquisas almejam construir o Poder Popular pela via do desenvolvimento da Democracia Participativa e da Consciência Comunitária, e, portanto, da autonomia nas comunidades populares<sup>19</sup>.

O método está presente em toda a estruturação das 10 colunas<sup>20</sup> e, por isso, a perspectiva participativa presente na investigação não se mostrou uma questão problemática. O diálogo se deu por meio de encontros informais durante a movimentação militante e na realização de entrevistas individuais gravadas, mais detidas sobre os temas da pesquisa. Os debates gerados nas entrevistas moldaram não somente o conteúdo, mas toda a forma da dissertação. Utilizamos também fontes impressas do MCP, principalmente o Jornal Voz das Comunidades. Pretende-se obter com isso, um estudo claro e acessível, que esclareça as questões teóricas e práticas da mobilização no meio urbano, fugindo da linguagem fechada ao meio acadêmico<sup>21</sup>. Utilizamos ainda planos, projetos e fotos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e outros jornais (Jornal do Brasil e Imprensa Popular) do acervo digital da Biblioteca Nacional. A procura não se deu por atingir uma verdade absoluta universalizável, mas por produzir ferramentas cognitivas que facilitem a compreensão da realidade e a mobilização na cidade por seus moradores.

## **1.2 O lugar da Ciência Política no debate sobre movimentos sociais territorializados**

O saber carrega consigo inevitavelmente o poder. O *poder-saber*<sup>22</sup>, portanto, pode se mostrar uma característica fundamental para a constituição de dispositivos disciplinares, assim como, um mecanismo emancipatório que permite potencializar a mobilização dos movimentos sociais. O conhecimento é uma categoria política fundamental para as/os que almejam a mobilização autônoma em uma determinada sociedade. A política urbana é fundamentalmente interdisciplinar, razão pela qual utilizaremos consideravelmente a geografia e a filosofia política. Por sua vez, a Ciência Política que utilizamos aqui deve se mostrar útil para a compreensão das formas próprias de se fazer política pelos movimentos de base, muitas vezes, territorializada e para além (ou contrária) das/às estruturas de poder. Para trilhar o caminho de uma Ciência Política que esteja a serviço da mobilização autônoma e das formas de vida tradicionais precisamos compreendê-la quanto uma ciência do poder, que se faz mais abrangente que o próprio aparato estatal, se ligando também à *potência* dos movimentos para atuar no território.

---

<sup>18</sup> JVC, março de 2011. p.8.

<sup>19</sup> Segundo SILVA (2017), o método Linha de Massas, de influência maoísta, não está somente no princípio da Democracia Participativa defendida pelo MCP, mas também no método dialógico da pedagogia de Paulo Freire. Podemos ir além e nos perguntar também se não estaria presente no caldo cultural de Fals Borda nos anos que precederam o desenvolvimento da IAP.

<sup>20</sup> Trata-se das 10 principais necessidades do povo, as quais orientam toda a ação comunitária do MCP: Sobrevivência Econômica, Religião, Família, Saúde, Moradia, Escola, Esporte, Arte, Lazer e Infraestrutura.

<sup>21</sup> Ver CHOMSKY, 2001. p.102.

<sup>22</sup> FOUCAULT, 2002.

O poder tomado quanto potência remete diretamente à filosofia spinozana e amplia a compreensão sobre o que pode ser tomado quanto política. Em Spinoza, poder está ligado à capacidade de agir dos indivíduos e é tão maior quanto mais estes se encontram associados<sup>23</sup>. O poder é tomado por sua característica relacional, pela capacidade ativa ou latente que os indivíduos associados possuem para influenciar seu meio, podendo representar dominação, mas também resistência. Este aspecto relacional do poder influi diretamente sobre a concepção de Hannah Arendt sobre a forma de se fazer política na *esfera pública*. Para esta, poder é diferente de força e surge na associação entre ação e discurso, podendo produzir uma esfera pública, a ação humana ocorre na tentativa de se diferenciar nesta esfera. Em Arendt, a ação é a condição de toda vida política e a atividade humana por excelência capaz de desencadear o novo:

“O espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação, e, portanto, precede toda e qualquer constituição formal da esfera pública e as várias formas de governo, isto é, as várias formas possíveis de organização da esfera pública. [...] O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais. É o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam. A própria palavra, como o seu equivalente grego, *dynamis*, e o latino, *potentia*, com seus vários derivados modernos, ou o alemão *Macht* (que vem de *mögen* e *möglich*, e não de *machen*), indicam seu caráter de “potencialidade”. O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mesurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam”<sup>24</sup>.

O poder não pode ser caracterizado quanto monopólio do Estado, ainda que este tenha concentrado em suas mãos boa parte da decisão política<sup>25</sup>. O poder não pode ser exercido acima ou forma da sociedade, porque faz parte de suas próprias relações interpessoais, em sua simetria ou assimetria. “Ele é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde”<sup>26</sup>. Não é possível, portanto, eliminar o poder da sociedade, no entanto, podemos exercê-lo de forma mais simétrica, horizontal e verdadeiramente participativa, garantindo voz e poder de decisão às classes trabalhadoras e aos grupos sociais subjugados pelos sistemas de poder dentro da sociedade. Dito de outra forma, podemos

---

<sup>23</sup> SPINOZA, 2011.

<sup>24</sup> ARENDT, 2007. p.211 e 212. Grifos do original.

<sup>25</sup> A definição do elemento do ‘político’ quanto poder de definição sobre a exceção às normas remete diretamente à teoria de SCHMITT (1992). Segundo CASTORIADIS (1992, p.135), o elemento político – tomado por ‘poder explícito’ - pode ser submetido à arte da política, quanto “questionamento explícito da instituição estabelecida da sociedade”, em sociedades verdadeiramente autônomas.

<sup>26</sup> MACHADO, 1979. p.14.

desenvolver a autonomia - ainda que de forma insuficiente na ausência de uma ruptura com o modelo de sociedade em que vivemos - em âmbito coletivo e individual, tornando o exercício do poder aberto e acessível.

Ao estudar o poder quanto potência para a emancipação, a Ciência Política se torna uma disciplina robusta e potente, capaz de desnudar as relações assimétricas e verticalizadas nas práticas e nos discursos, nos fornecendo instrumentos cognitivos capazes de gerar autonomia individual e coletiva. Os dispositivos teóricos devem ser tais que se adaptem às necessidades e cosmovisões dos setores populares, de forma que possam ser ensinados e utilizados fora da academia, gerando *poder* nos territórios periféricos. A noção de poder quanto potência permeará todo o estudo da disciplinarização do espaço urbano em elementos funcionais, assim como nas perspectivas de construção de alternativas no território, e tentará dar suporte na compreensão sobre a perspectiva de construção do Poder Popular, do Movimento das Comunidades Populares. O poder será tomado por sua perspectiva múltipla: pode significar tanto o controle emergente em novos dispositivos e modos de vida e trabalho<sup>27</sup> ou o *poder-sobre*; pode significar resistência, possivelmente tomada quanto *contra-poder*<sup>28</sup>; e pode significar a construção de um poder desde baixo quanto *poder-fazer*<sup>29</sup>, portanto, Poder Popular.

As noções teóricas, por vezes de origem europeia e quase sempre branca, terão que dar conta das formas próprias de se fazer política nos territórios periféricos – onde estão preservadas e transformadas as “cosmovisões tradicionais”, para retomar a leitura de Borda. A Ciência Política tomada aqui deverá estar a serviço da compreensão das questões colocadas nos subúrbios e favelas, fornecendo os devidos instrumentos para as/os que nela se mobilizam, com suas próprias leituras da realidade e suas próprias características organizativas, nas quais, muitas vezes o território se faz mais compreensivo que as estruturas políticas. O lugar da Ciência Política na ação e compreensão das perspectivas territorializadas dos movimentos sociais é portanto, duplo, ao mesmo tempo, o de desnudar as relações de poder que permeiam as relações sociais em que vivemos, e também o de apontar para relações de poder simétricas, horizontais e emancipatórias, que tenham o respeito ao território e à autonomia das comunidades periféricas e tradicionais.

---

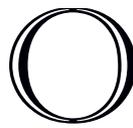
<sup>27</sup> DELEUZE, 1992.

<sup>28</sup> ROSANVALLON, 2007.

<sup>29</sup> ZIBECHI, 2006.

## 2. A formação das espacialidades periféricas no Rio de Janeiro

"Quero um evento rico, com nossas tradições, que expressem os discursos, nossas inquietações. Sei que o que se disfarça não faz pra multidões, não fecha com a massa, não traz inovações. [...] O mundo todo é um gueto, mas nem todo mundo é preto. Ora, opressão gera luta, não teve jeito. Espalhado nos quatro cantos do mundo, aqui um grão de areia prossegue a reconstrução de um povo escravizado e arrancado de suas terras, merda! Faz tempo que tá declarada a guerra, só que entre o céu e a terra mais que o opressor imaginaria, que o amor resistiria. [...] É hora do resgate de nossas raízes, porque a escravidão ainda aqui persiste, hoje é disfarçada, pois se faz sublime, somos de resistência, nenhum mal nos atinge"<sup>30</sup>.

 Os padrões de desenvolvimento socioespacial do Rio de Janeiro podem ser buscados no desempenho militar na conquista da Baía de Guanabara, assim como na conquista de espaços em meio a lagoas, brejos e montanhas nos primeiros séculos, no desenvolvimento das atividades econômicas como a lavoura de açúcar, e no desenvolvimento dos meios de transporte. Nossa linha de raciocínio se guiará pelo desenvolvimento da Política Urbana, e mais precisamente da Habitacional, em diálogo constante com as outras características citadas da cidade. Verificaremos a construção e desenvolvimento da cidade por meio das principais iniciativas de política urbana e habitacional, como: as remoções de cortiços e favelas, os IAPs, os Conjuntos Habitacionais e os Planos Diretores, como o Doxiadis. Alguns eixos se mostrarão vitais para compreender este desenvolvimento, como a remoção na região da Lagoa Rodrigo de Freitas e a construção de conjuntos no eixo Avenida Brasil, em direção ao Porto de Itaguaí. Procuraremos desenvolver tal compreensão em diálogo frequente com as resistências e alternativas produzidas nas periferias em mudança.

A mudança da cidade, do istmo entre o Morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar onde fora fundada em 1565, para as encostas do Morro do Castelo, em 1567, é parte da campanha militar confiada a Mem de Sá para conter a expansão da França Antártica na Baía de Guanabara. Os franceses se estabeleceram na Ilha de Villegagnon em aliança com os Tupinambás, etnia indígena de maior expressão na região, procurando dominar os pontos estratégicos próximos à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A resistência tupinambá se deu desde o princípio da colonização portuguesa e alcançou seu ápice com a Federação dos Tamoios, subjugada pela aliança entre portugueses e os Termiminós, em batalhas cruciais na atual Glória e Cabo Frio. Durante o início do século XVII, com as tribos indígenas submetidas, a lavoura da cana se espalhou pelas sesmarias que rodeavam a Baía. Inicialmente, os engenhos e moendas se desenvolveram no “entorno da cidade”, entre o Vale do Maracanã até a atual lagoa Rodrigo de Freitas, e depois nas antigas regiões de Irajá e Meriti, banhadas pelos rios Pavuna, Meriti e Sarapuí e, e nas “bandas d’além mar”, entre as atuais São Gonçalo e Maricá<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> B. Ma-k-lé. part. Us Neguin Q Não C Kala, 2009.

<sup>31</sup> ABREU, 2006. p.16.

131 engenhos marcavam, no início do século XVII, as áreas acessíveis pela Baía e o interior com o trabalho escravo nas lavouras de açúcar, enquanto a cidade manteve suas características coloniais por todo o século. Com o traslado em 1808, a família real encontrou aqui uma “cidade apertada, limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição”<sup>32</sup>, que conquistava seu espaço à natureza por meio do aterro de lagoas como: a Lagoa de Santo Antônio (em 1641, atual Largo da Carioca), a Lagoa do Boqueirão (em 1799, atual Passeio Público) e da canalização do Rio de Carioca - que confere o gentílico aos cidadãos – concluída em 1723. Com o estabelecimento da corte real a cidade se ampliou em direção à região do Campo de Santana e da Praça Tiradentes, apontando já para uma certa especialização das funções de áreas e freguesias da cidade<sup>33</sup>. A nobreza passou a procurar regiões menos insalubres como Botafogo, Glória e Catete, e outras como Catumbi e São Cristóvão, já servidas pelas linhas de bonde puxados a burro em meados do século XIX.

Nos finais desta centúria, a cidade se transformou em palco de eventos importantes da política nacional, como a abolição da escravidão em 13 de maio 1888, e o golpe militar que culminou na proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Estas mudanças trouxeram não somente um cenário de efervescência política e cultural à cidade, mas também uma mudança substantiva na composição socioeconômica da cidade mediante aos novos fluxos migratórios. As características da sociedade escravagista representavam uma evidente contradição com as perspectivas de modernização da capital imperial. O modelo de mão-de-obra escrava se manteve em declínio durante todo o século, por conta da pressão interna, perpetrada pela resistência quilombola em toda a província<sup>34</sup> e pelo movimento abolicionista, mas também pela pressão externa exercida pelo governo inglês.

A assinatura da lei áurea conferiu prestígio popular ao governo imperial e gerou uma onda migratória de ex-escravos à cidade, muitos dos quais marginalizados desde o princípio pela falta de uma política de assimilação e emprego. A migração europeia já era fomentada pela perspectiva de branqueamento do governo brasileiro e atingiu seu ápice neste momento, contando a cidade com uma boa parcela de imigrantes, predominantemente, portugueses e espanhóis. A população da cidade registrou um aumento de 90% entre os anos 1872 e 1890<sup>35</sup>, com crescimento do desemprego, desequilíbrio entre os sexos, baixo índice de nupcialidade, conferindo “costumes mais soltos”<sup>36</sup>. Uma população aglomerada em cortiços, boa parte da qual empregada no comércio informal ou ilegal, uma recorrente incidência epidêmica e uma atividade política acentuada e conturbada marcaram os primeiros anos da República.

---

<sup>32</sup> ABREU, 2013. p.35.

<sup>33</sup> VALE, 2007.

<sup>34</sup> A tese de CAMPOS (2007) afirma que os diversos quilombos existentes por todo o distrito se tornaram favelas com a expansão do tecido urbano às áreas próximas aos antigos quilombos nas áreas rurais.

<sup>35</sup> ABREU, 2013. p.54.

<sup>36</sup> CARVALHO, 1987. p.27.

O golpe republicano atinge a lenta e gradual abertura promovida pelas políticas liberais do Império, promovendo o fechamento definitivo dos canais institucionais à população da cidade, inicialmente pela limitação do direito ao voto, depois pela repressão às greves, e, por uma sucessão de presidentes aliados aos interesses dos latifundiários de Minas Gerais e São Paulo, responsáveis pela nomeação de interventores no Distrito Federal. Diante do fechamento institucional, a população participou como pôde da vida pública, seja em organizações classistas como a Federação das Associações de Classe, ou o Centro das Classes Operárias, seja em grandes manifestações de rua, como na Revolta da Vacina em 1904. A República aumentou o marcante abismo social, e passou a acentuá-lo especialmente através de reformas empreendidas por Pereira Passos, Carlos Sampaio e Paulo de Frontin.

Pereira Passos foi nomeado prefeito em 1902 por Rodrigues Alves com os objetivos claros de modernizar o centro do Rio de Janeiro, facilitando o fluxo de produtos em direção ao Porto<sup>37</sup>. Sob poderes excepcionais e com a Câmara fechada, Passos pôde estabelecer a maior reforma urbanística da cidade. Os cortiços, antigos casarões alugados como casa de cômodos, foram os principais alvos da política higienista e moralista, na luta contra as epidemias e convulsões sociais, levadas a cabo pelas ‘classes perigosas’. Foram abertas largas avenidas em direção à zona sul (como a Beira-mar), e à zona norte (Mém de Sá e Salvador Allende). A Avenida Central ligando as principais radiais e a canalização de rios para galerias subterrâneas são marcas deste momento histórico. Enquanto os cortiços foram finalmente extirpados das áreas centrais, Passos ostentava a construção de “120 casas para operários no beco do Rio, av. Salvador de Sá e rua São Leopoldo, além da conclusão de 147 casas na av. Salvador de Sá para funcionários da própria prefeitura”<sup>38</sup>.

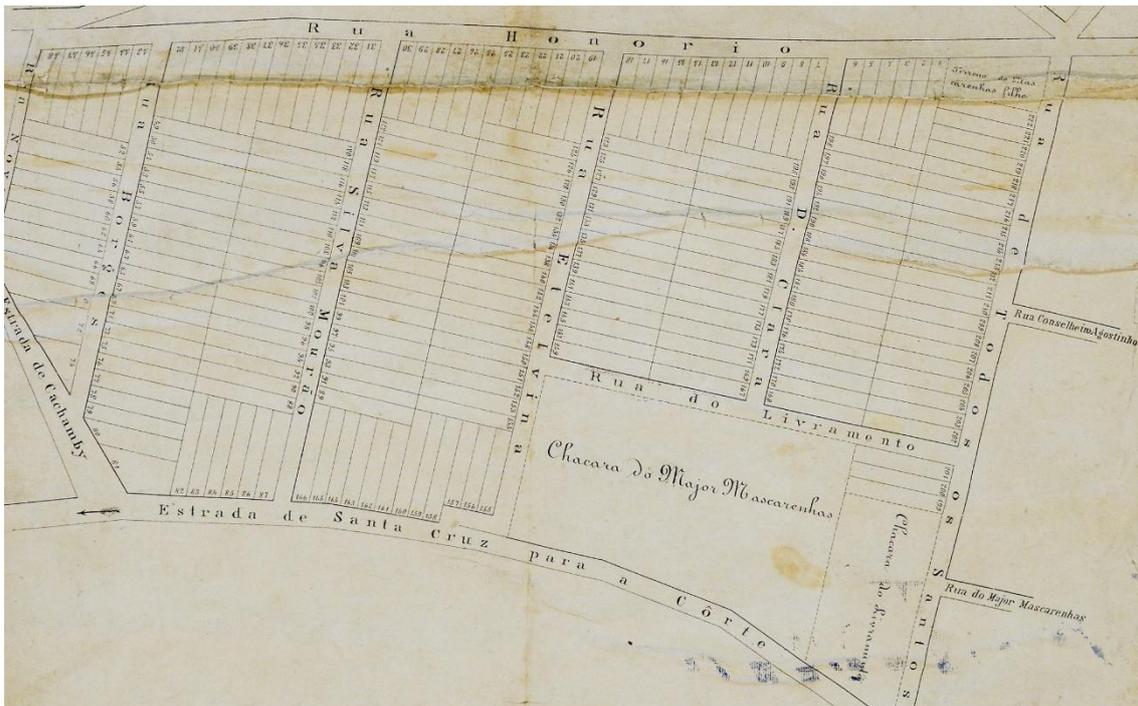
Os subúrbios cortados pelas novas linhas de ferro passam a receber um intenso fluxo demográfico, respondido por um processo febril de loteamento, durante os anos que sucederam às reformas de Pereira Passos. O padrão de estratificação espacial, já presente na política urbana da cidade, foi responsável pela expansão abrupta da malha urbana. Os transportes urbanos serviram a funções diferentes: de um lado, os bondes levaram a expansão às freguesias próximas ao centro, como: Lagoa (bairro de Botafogo), Santana, Espírito Santo e Engenho Velho (Tijuca e Andaraí); de outro, as malhas ferroviárias das Estradas de Ferro: Dom Pedro II (inaugurada ainda em 1870), Rio D’Ouro, Melhoramentos do Brasil e Leopoldina adentravam as freguesias suburbanas, como Engenho Novo, Inhaúma e Irajá, e à Baixada Fluminense<sup>39</sup>. Os subúrbios passam a ser a contraparte negativa do progresso obtido na zona sul, na qual, mesmo em locais longínquos como Vila Ipanema, já eram servidas por linhas de bonde e contavam com expressivo investimento em infraestrutura, enquanto os subúrbios foram relegados a sua própria sorte.

---

<sup>37</sup> BENCHIMOL, 1992.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, 2009. p.59.

<sup>39</sup> ABREU, 2013. Ver anexo 2.



**Figura 1.** Loteamento do bairros de Todos os Santos e Cachambi (1857). Acervo AGCRJ.

Aqueles que não podiam pagar a mobilidade para áreas situadas longe do trabalho se mudaram para morros já habitados nas áreas centrais, como o Morro da Favella, o Morro de Santo Antônio e Morro do Senado. As “favelas”, como passaram a ser caracterizadas as habitações nos morros, substituíram progressivamente os cortiços como “o maior problema urbano da cidade, na ausência de uma política urbana de habitação”<sup>40</sup>. O primeiro plano diretor do Rio de Janeiro procurou disciplinarizar o crescimento da cidade, submetendo seus atores às funcionalidades desejadas de cada zona. O Plano Agache foi encomendado em 1927 pela administração Prado Júnior, por iniciativa do Rotary Club, sob a orientação de Alfred Agache e acentuou a estratificação ao sinalizar funções diferentes a cada zoneamento. Assim, a construção de moradias populares em áreas centrais se chocava com a função de polo econômico da área, orientada para o porto e para a administração.

“Torna-se definido que o plano se considera capaz de alterar padrões e relações sociais através de garantia de habitações confortáveis para toda a população. A par disso, a funcionalidade típica da cidade eficiente deve ser obtida pela interferência no sistema viário”<sup>41</sup>.

Neste momento, os interesses do capital industrial e imobiliário ainda eram conflitantes sobre a forma e função que deveria assumir a política urbana na produção de infraestrutura para a cidade. De um lado, ainda haviam muitas indústrias nas áreas centrais e na zona sul, como em São Cristóvão, Gávea e Jardim Botânico; de outro, o setor imobiliário procurava a todo custo promover a estratificação, na qual os terrenos

<sup>40</sup> GONÇALVES, 2013. p.69.

<sup>41</sup> REZENDE, 1982. p.43.

valorizados da zona sul se destinassem à moradia das classes abastadas, era justamente esta a proposta do zoneamento. A Revolução de 1930 trouxe maior peso para a burguesia industrial e para as classes médias na cena política, o que levou à necessidade de pôr o Plano Agache de lado. O novo governo precisava do apoio popular e para obtê-lo deixou de lado também as remoções.

Entre 1930 e 1934 o governo federal emplacou políticas progressistas, reificadas na Constituição de 1934, o progresso social se mostrou ainda mais palpável na gestão do interventor Pedro Ernesto e de seu Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF). A prefeitura passou a dialogar com os movimentos trabalhistas (ainda que colocando o Estado como porta-voz da classe trabalhadora), reconheceu a presença legítima das favelas no território urbano e investiu em infraestrutura urbana na zona norte, como através da construção dos hospitais Carlos Chagas, Miguel Couto e Salgado Filho<sup>42</sup>. Pedro Ernesto é deposto e preso em 1936, sucedido por Olímpio de Melo, e logo em seguida, Henrique Dodsworth, o qual inaugurará a Avenida Presidente Vargas, acabando com todas as residências entre as ruas General Câmara e São Pedro, e a conclusão do desmonte do Morro do Castelo. A segregação social recebe um novo fôlego em 1937 com o golpe do Estado Novo e a edição do novo Código de Obras, que reinstalou o zoneamento e estabelece a ilegalidade do conjunto de favelas nas áreas centrais - e não mais de certas residências -, o que as objetiva como desordeiras, precárias e provisórias.

Se as remoções do primeiro período republicano são respondidas com políticas habitacionais tímidas de construção de Parques Proletários Provisórios, o período Vargas é marcado pela reorganização do setor previdenciário - custeado por empregados, empregadores e Estado e, sob a perspectiva de uma “cidadania seletiva”<sup>43</sup> - que passa a financiar construção de moradias pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs). O Governo Dutra também construiu conjuntos habitacionais como os do Pedregulho, Gávea, Paquetá e Vila Isabel através do Departamento de Habitação Popular.

## **2.1 A União dos Trabalhadores Favelados e o controle social na República Nova<sup>44</sup>**

O mandato do ex-ministro do exército Eurico Gaspar Dutra se inicia sob forte expressão conservadora e repressiva anunciada simbolicamente no 1º de maio de 1946, expressão notória por meio da interdição dos movimentos dos trabalhadores, proibição dos sindicatos e fechamento dos cassinos. Em contrapartida, os anos 40 foram também momento de estopim das resistências associativistas nas favelas. A resistência contra as

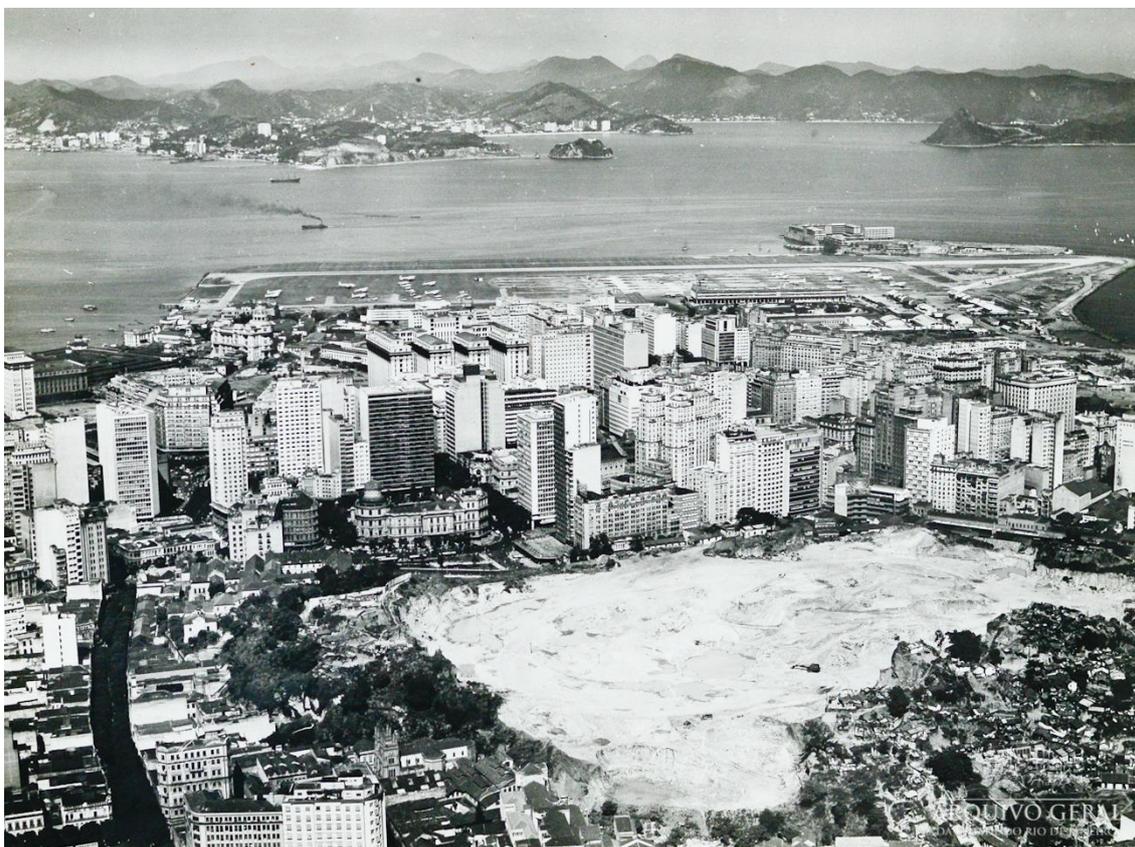
---

<sup>42</sup> OLIVEIRA, 2009. p.62.

<sup>43</sup> Ibidem. p.64.

<sup>44</sup> O texto desta sequência será publicado como resumo sob o título “A Política Habitacional no Rio de Janeiro e as Resistências Democráticas de Base: Entre controle social e ganhos de autonomia na luta da União dos Trabalhadores Favelados (UTF)” no III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, em Vitória/ES, maio de 2017.

remoções já vinha sendo empenhada desde finais do século XIX, no morro de Santo Antônio, o qual foi arrasado sem se discutir o destino das milhares de pessoas que ali residiam. Desde os anos 20 já presenciava-se a formação dos primeiros centros de melhoramentos nas favelas, como o do Morro do Pinto, responsáveis por fazer valer as demandas dos moradores por melhoramentos no fornecimento de serviços públicos, como asfaltamento e acesso a luz e água, reconhecidos por Pedro Ernesto.



**Figura 2.** Área removida do Morro de Santo Antônio. Acervo AGCRJ.

As indústrias da cidade se estabeleceram primeiramente nas áreas próximas ao centro como Gávea e Jardim Botânico, São Cristóvão e na região da antiga freguesia do Engenho Velho, nos bairros do Andaraí e da Tijuca. Posteriormente se deslocaram para os subúrbios servidos pelas linhas de trem, como no Jacaré, Maria da Graça e em Madureira, e na região da Leopoldina, Penha, Ramos e Vigário Geral. A abertura da Avenida das Bandeiras (atual Av. Brasil) em 1946 criou um novo corredor industrial estratégico, ligado à Dutra (e, posteriormente, ao Porto de Itaguaí). As acomodações destas indústrias gerou uma significativa demanda por mão-de-obra, atraindo forte migração da população, mas não foi acompanhada por uma política habitacional significativa. O resultado foi a construção de favelas nas principais áreas servidas pelas indústrias, e que de certa forma, foi tolerada e até incentivada pelos governos e pelas próprias indústrias, como é o caso das áreas da Avenida Brasil e da Grande Leopoldina<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> RODRIGUES, 2014.

Os locais mais próximos do centro, porém, passaram a ser alvos da especulação imobiliária, principalmente na Zona Sul e na região da grande Tijuca.

As eleições de 1945 representaram grandes vitórias para o Partido Comunista do Brasil, que chegou a obter quase 10% dos votos nas eleições presidenciais e elegeu 15 dos 286 deputados da Assembleia Constituinte e um senador, Luís Carlos Prestes. Com o recrudescimento da Guerra Fria, Dutra impõe a clandestinidade ao PCB, que mesmo assim continua a influenciar fortemente o debate político no Distrito Federal. Muito pela forte fiscalização nos sindicatos, o Partido Comunista passou a exercer influência na criação de comitês democráticos nos bairros e subcomitês nas favelas. Estas passam a ser enxergadas pelo poder público, não somente como ilegais, mas, doravante, como perigosas, ao potencializar territorialmente a ação dos comunistas junto às camadas mais pobres da cidade. Dutra irá criar a Fundação da Casa Popular, em 1946, exatamente para dar conta da ação nas favelas e em 1947, durante fase extremamente conservadora, a Igreja Católica criará a Fundação Leão XIII com o objetivo expresso de conter a ação dos comunistas.

Entre 1947 e 1954, a Fundação Leão XIII interveio em 34 favelas, mantendo oito centros sociais e procurando exercer forte tutela e controle social sobre a população favelada<sup>46</sup>. A Fundação possuía inclusive o controle sobre as ações da Guarda Municipal nos mandatos de despejo e repressão à construção de barros, o que lhe conferiu forte antagonismo das comissões de melhoramento. O discurso moralista que fundamentava o controle social nos Parques Proletários Provisórios, na administração Dodsworth, e no Plano para Extinção de Favelas, de Mendes de Moraes, sobre a necessidade de levar o favelado a locais salubres e moralmente adequados para atingir sua redenção, também se fez presente na atuação da Fundação Leão XIII nas favelas. Não podemos ver os moradores como apenas objetos das políticas implementadas por estas instituições nas favelas, mas antes, devemos entender que ocorria ali uma “complexa de rede de interações”<sup>47</sup>, vale lembrar, assimétricas.

A fundação de associações de moradores contra os despejos nas favelas se dá como antagonismo às práticas de controle social da Fundação Leão XIII. Ainda que não houvesse ainda uma política maciça de remoções como nos anos 60 e 70, as associações irão se organizar para ativar todas as formas de resistência contra os despejos, seja nas relações clientelísticas, ou em ações judiciais, seja, na ação de contestação direta, sob forma de protestos ou ocupações. Os comitês democráticos procuravam organizar a resistência contra grileiros que se diziam herdeiros de antigos donos das terras valorizadas, onde se localizavam as favelas<sup>48</sup>. A região da Tijuca atraiu mão-de-obra expressiva graças à grande quantidade de fábricas que se instalaram na região, e pela

---

<sup>46</sup> GONÇALVES, 2013.

<sup>47</sup> LIMA, 1989. P.73.

<sup>48</sup> Este é o caso do Comitê Democrático da Tijuca, que organizou a resistência contra o grileiro Emílio Turano. Assim como o Turano, muitos morros da cidade foram nomeados - e seus moradores, muitas vezes, tentaram renomeá-los - com o nome dos antigos proprietários das terras, como os irmãos Borel, Vidigal e Domingos Alves Salgueiro.

falta de uma política urbana e habitacional, houve a ocupação dos morros pelos que ali buscavam emprego.

A especulação imobiliária, no bairro que começava a adquirir ares burgueses e elitistas, foi percebida pelas obras de terraplanagem realizadas a mando da imobiliária Borel Meuron. A União dos Trabalhadores Favelados é criada em 1954 como resultado direto dos moradores que buscavam angariar fundos para o processo de defesa judicial, como alertava o advogado Antoine Margarino Torres. A União foi criada por moradores de 8 favelas diferentes, além dos moradores do Borel, estavam moradores do Salgueiro, Morro da Formiga, Mangueira, Santa Marta, Morro dos Macacos, Favela do Esqueleto e Coelho Neto; as quais se somaram também Rocinha, Santo Antônio, Turano e Mata Machado<sup>49</sup>. Procurou agir sobre o discurso de universalização dos direitos - principalmente ao direito de propriedade -, que deveriam também pertencer aos favelados, e pelo corte, ao mesmo tempo, classista e territorial. Em sua organização, a solidariedade entre os moradores de favelas foi fomentada durante sua atuação.

A mobilização da União dos Trabalhadores Favelados se deu no sentido de alcançar as soluções necessárias (como a instalação de “bicas d’água” nas favelas”), mas também, na contestação da política pública de habitação. Por meio de um caráter apartidário - ainda que fortemente influenciada pelos militantes do PCB e auxiliada por seu jornal, o Imprensa Popular - a UTF procurou estabelecer uma rede de solidariedade entre as favelas. Seu objetivo de ampliação da base política foi possível, não somente pelas ações concretas realizados pela permanência e direito dos moradores, mas pelos elos e alianças estabelecidos entre as associações por meio de festas e auxílio jurídico, médico e por meio da cultura.

"A articulação da UTF revela que nos anos 50 buscou-se uma reorientação das relações entre a população favelada e os aparelhos do Estado. A defesa do favelado como “legítimo” dono dos terrenos ocupados informa a atuação da entidade. As principais formas de luta utilizadas eram ações de pressão como manifestações públicas na Câmara Municipal e no Palácio do Catete. Em momentos anteriores, a ação dos moradores não incluía o encaminhamento de reivindicação ao Estado, mas a solução direta dos problemas pela população favelada, envolvendo muitas vezes confronto com a Guarda Municipal"<sup>50</sup>.

E ainda:

"Paralelamente às ações de pressão, organizavam-se festas em diferentes favelas (Borel, Alemão, Jacarezinho, Rocinha) com o objetivo de popularizar a União dos Trabalhadores Favelados. O objetivo era filiar as favelas e criar secretarias da UTF em todas elas. Enquanto não se alcançasse o objetivo proposto, propunha-se a instalação em cada favela de um posto de UTF com ambulatório médico, departamento jurídico, departamento cultural e recreativo, etc., dirigidos por

---

<sup>49</sup> PESTANA, 2013.

<sup>50</sup> LIMA, 1989. p.88.

diretorias provisórias. No departamento recreativo e cultural da UTF reuniam-se clubes e escolas, organizavam-se torneios e festas que buscavam reforçar a construção de identidade coletiva entre os favelados. Utilizavam-se práticas típicas de clubes como a eleição da rainha das festas. A partir das várias mobilizações ocorridas em 1954, propõe-se a realização de um Congresso dos Trabalhadores Favelados. (Imprensa Popular, 5/11/1954: 6). As festas realizadas pela UTF tinham como principal finalidade promover campanha pela realização do congresso"<sup>51</sup>.

Podemos tomar a UTF como primeira tentativa significativa de movimento popular territorializado capaz de fazer frente à heteronomia empreendida pelas classes privilegiadas. Este movimento conseguiu, não somente manter as favelas na região da grande Tijuca onde hoje estão, mas também, estabelecer uma rede de alianças e solidariedades entre as favelas, se mostrando como a “primeira experiência de uma estrutura supralocal de favelados”.<sup>52</sup> Num contexto de controle social por parte do Estado, atrelado à Igreja Católica, e de discursos amplamente moralistas no tocante à habitação, a UTF pôde confluir toda a resistência de favelas dos anos 40 e da movimentação política empreendida, em boa parte pelo PCB, em um movimento significativo de participação não-institucional dos moradores de favelas. É sob este raciocínio que poderemos ler sua atuação como “ganhos de autonomia” para os moradores de favelas, em sua mobilização por melhoria da qualidade de vida e pela permanência.

A UTF atuava sobre um duplo pertencimento: ao mesmo tempo territorial e classista, pela grande presença e forte vínculo com líderes sindicais, assim como pela recusa à associação dos favelados com o imaginário de marginais ou invasores, o que lhes negaria voz. A União dos Trabalhadores Favelados foi fechada em 1957 pela Divisão Política e Social (DPS) da polícia. A influência dos comunistas minguou nos finais dos anos 50, Margarino Torres se aliou ao candidato do PTB, José Gomes Talarico, o que o permitiu grande abertura junto ao Ministério do Trabalho. A Coalização dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro (CTFRJ) foi criada em novembro de 1959, apontando para laços institucionais mais sólidos que os pretendidos pela UTF, se tornando colaborativa aos poderes públicos<sup>53</sup>.

Durante os anos de intensa mobilização da UTF, a necessidade de barrar a “ameaça vermelha” estimulou o bispo Dom Helder Câmara a fundar a Cruzada São Sebastião em 1955. O eixo estruturante da cruzada era a urbanização das favelas, almejando a acabar com sua presença na paisagem carioca em doze anos<sup>54</sup>. A Cruzada possuía o objetivo de fornecer uma solução cristã e pacífica ao problema das favelas e pode, através de subvenções públicas, atuar em diversas comunidades da cidade, sob o tripé: urbanizar, humanizar e cristianizar. Sua principal obra talvez tenha sido o conjunto de prédios populares conhecidos como Bairro de São Sebastião, no Leblon. A Cruzada

---

<sup>51</sup> LIMA, 1989. p.83.

<sup>52</sup> GONÇALVES, 2013. p.153.

<sup>53</sup> Ibidem. p.158.

<sup>54</sup> SIMÕES, 2008. p.131.

exercia forte controle moral sobre os que ali desejavam morar, proibindo qualquer tipo de atividade política nos apartamentos. A Cruzada procurou impor sua vontade aos moradores, não proibindo associações, mas incentivando-as e colocando-se como interlocutora entre os moradores e os poderes públicos, exercendo notável tutela sobre suas ações<sup>55</sup>.

A Cruzada se transformou quase em um organismo oficial de política pública, porém, passou a perder espaço com a eleição de Carlos Lacerda para governador em 1962. Lacerda foi eleito governador do recém criado Estado da Guanabara sob discurso contrário às relações clientelistas que predominavam na política da cidade, pelo pacto trabalhista. Este se deu durante os finais dos anos 40 e início dos anos 50 no sentido de tolerar as favelas sem, no entanto, consolidá-las. Políticos locais viam seus moradores como capital político, e estes tinham pleno conhecimento sobre os instrumentos jurídicos que garantiam sua posse legítima. A estes fatores soma-se a incapacidade do Estado em prover alternativas de moradia popular. As remoções passaram a ocorrer somente em poucos casos, a pedido dos proprietários. Por conta de toda a discussão surgida em torno da necessidade urbanização das favelas, da centralidade que tema da habitação tomou durante o início dos anos 60 e pela aproximação com Carlos Lacerda durante a campanha de 1960 para a Assembleia, José Arthur Rios é nomeado para a chefia da Coordenação dos Serviços Sociais.

O início dos anos 60 foram momentos de ruptura política com o que havia antes, principalmente no tocante à tradição varguista de governo. As tensões em torno das latentes questões sociais se agravaram com a Revolução Cubana em 1959, e a questão urbana tomou lugar central no debate político do país. Em novembro de 1961, o então primeiro-ministro Tancredo Neves criou um novo organismo público, a Comissão Nacional de Habitação, posteriormente substituída pelo Conselho Nacional de Habitação, que orientaria a produção de habitação popular daí em diante. Em 1962, João Goulart cria o Conselho de Política Urbana (COPURB), responsável por controlar as iniciativas estaduais. A pauta sobre a Reforma Urbana, quanto um dos pontos das reformas de base de Jango, foi também elemento de tensões sociais que levaram ao golpe empresarial-militar de 1964:

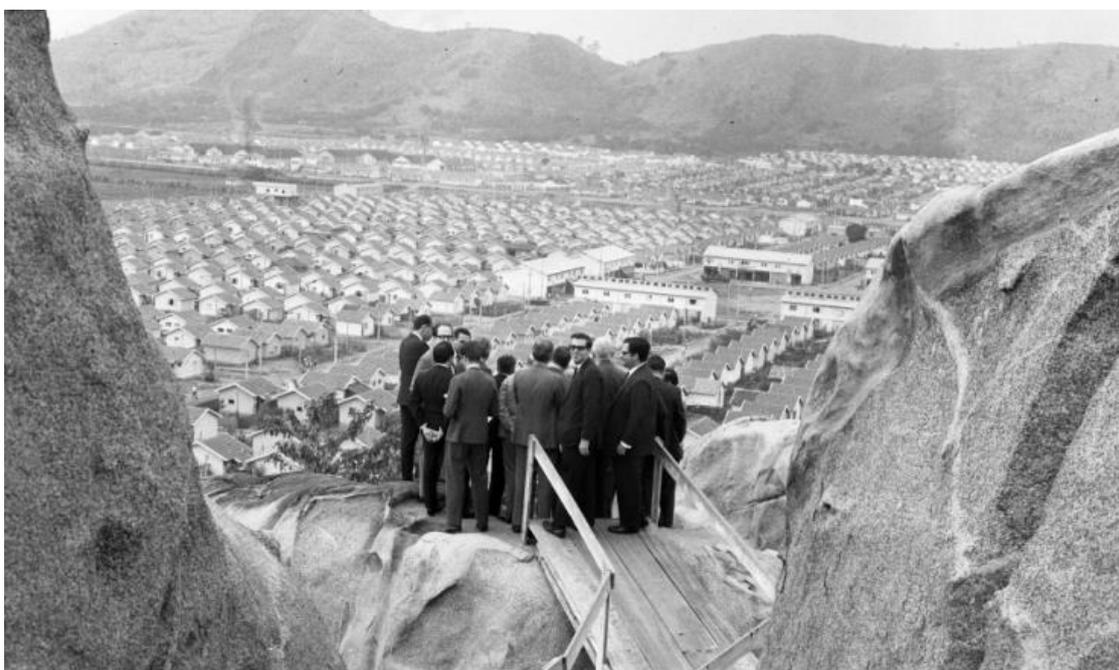
“Por outro lado, o Conselho Federal da Habitação havia, em 1963, submetido ao Congresso Nacional um projeto de lei cuja meta era uma profunda reforma da política urbana, que constituiria o primeiro passo para a formulação de soluções, baseadas em novos fundamentos para o problema da habitação popular. Esse projeto de lei reproduzia, com efeito, os principais elementos debatidos por ocasião do Seminário sobre Habitação e sobre as Reformas Urbanas realizado em julho de 1963, mas não foi aprovado pelo Congresso Nacional, pois o debate estava marcado para o dia 2 de abril de 1964, ou seja, dois dias após o golpe de Estado militar. Além da promulgação da Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, sobre a

---

<sup>55</sup> GONÇALVES, 2013. p.156.

desapropriação por interesse social, muito poucas mudanças jurídicas foram, finalmente, implementadas naquela época”<sup>56</sup>.

No Estado da Guanabara, Arthur Rios - baseado no movimento Economia e Humanismo do Padre Lebet - reestabeleceu o papel do Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e das Habitações Anti-Higiências (Serfha) criada pela prefeitura de Negrão de Lima. Por meio desta, Rios procurou estimular a participação das associações de moradores, criando cooperativas para pôr em prática a urbanização através de mutirões. Sua atuação diminuiu drasticamente a influência clientelista, produzindo um vasto programa de urbanização através de mutirões e autoconstrução, provendo material e técnicos. Através da institucionalização, porém, as associações de moradores criadas passaram a ter caráter híbrido, atuando também como representantes do Estado junto aos moradores, invertendo seu papel, e produzindo uma forte cooptação de suas lideranças. Sob pressão do capital imobiliário e procurando acessar os recursos do Fundo do Trigo, Lacerda exonera Arthur Rios e inicia um processo de reestruturação da política urbana, facilitada pela subordinação de lideranças locais.



**Figura 3.** Vila Kennedy. Retirado de: Voz das Comunidades, 2017.

Criada em 1962, a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB) ficou responsável por adquirir terrenos que seriam destinados à construção de conjuntos habitacionais, para onde se destinariam os favelados removidos da política urbana em gestação. A COHAB-GB será responsável por criar, entre outras, a Vila Esperança, a Vila Kennedy e a Vila Aliança, e pela urbanização das favelas que não seriam removidas. Sandra Cavalcanti é nomeada para a chefia da recém-criada Secretaria de Serviços Sociais, com posição antagônica à de Arthur Rios, completando o quadro

---

<sup>56</sup> GONÇALVES, 2013. p.208.

institucional para as remoções dos anos 60. Os moradores de favelas, porém, não assistiram passíveis à preparação do processo de remoções e em 12 de junho de 1963 criam a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (a FAFEG). Em agosto a FAFEG já contava com 28 associações de moradores, chegando a 73 das 132 associações existentes, durante a década de 60<sup>57</sup>.



**Figura 4.** Favela do Esqueleto. Acervo AGCRJ.

A primeira remoção de Lacerda marcada pelo debate público foi a do Morro do Pasmado, na qual seus moradores foram forçados - com tímida resistência por parte da FAFEG - à migração em 1964 para a Vila Aliança, em Bangu. O mesmo se deu com os moradores da Favela Getúlio Vargas, sendo removidos para a Vila Kennedy e para os Parques Proletários do Leblon e da Gávea<sup>58</sup>. Sob protestos também foram removidos a Favela da Praia de Ramos, Favela João Cândido na Avenida Brasil, e vinte famílias da Favela da Mãe Solteira, no Porto. Entre as favelas removidas neste período, a mais conhecida e mobilizada removida talvez tenha sido a Favela do Esqueleto, que cresceu envolta de um prédio inacabado, que seria um grande hospital do INPS. Somente entre 1962 e 1965, durante o período da Lacerda como governador, quase 42 mil pessoas foram removidas de suas casas, foram removidos 8.078 barracos e a erradicação total

---

<sup>57</sup> OAKIM, 2014. p.31.

<sup>58</sup> Ibidem. p.47.

ou parcial de 27 favelas<sup>59</sup>. O final de seu mandato contou ainda com o Plano Doxiadis<sup>60</sup> que orientará a política viária da cidade nas décadas seguintes.

## **2.2 A Política Urbana centrada no Banco Nacional de Habitação: relatos sobre a CODESCO e a CHISAM**

As remoções se acentuaram no período que se seguiu após o golpe empresarial-militar de 1964. O novo regime, porém, precisava de apoio popular para se manter no poder e a habitação era um fator fundamental para o desgaste dos governos anteriores. A questão urbana adquiria proporções cada vez maiores durante os anos 60, com a crescente migração regional e o êxodo urbana. As políticas habitacionais, todavia, se mostravam insuficientes, a Fundação Casa Popular, por exemplo, construiu até 1960 somente 3.993 habitações. Tomando a habitação como estratégica, o governo militar implementou algumas propostas formuladas pelo Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) de 1963, como a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com a função de controlar e coordenar o Banco Nacional da Habitação (BNH). A Fundação Casa Popular foi extinta em 64 e seu sucessor legal o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), integrado à estrutura do BNH<sup>61</sup>.

Para assegurar recursos para o Banco, o novo regime criou o Fundo de Garantia de Tempo e Serviço (FGTS), uma poupança compulsória que recebe uma quantia depositada pelo empregador e pode ser utilizada pelo trabalhador em casos de dispensa, para comprar uma moradia ou no momento de se aposentar. O FGTS substituiu a estabilidade no emprego que se garantia após dez anos de trabalho, e fez parte da estratégia de flexibilização da mão-de-obra para redução dos custos de produção, sentida na diminuição do salário mínimo real, e na acentuação das desigualdades sociais e regionais. A rápida industrialização e a mecanização dos campos promoveram um crescimento forte e desordenado das metrópoles, acentuando os problemas sociais e apontado para uma necessidade maior de assistência social<sup>62</sup>. O FGTS, assim como o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) representaram duas fontes vigorosas de recursos criadas em 66, e que possibilitou uma atuação mais expressiva no setor habitacional.

Em 1965, sob o contexto do turbulento golpe militar, o ex-prefeito do Distrito Federal, Negrão de Lima, candidato da oposição a Lacerda apoiado pela coligação PTB-PSD vence a eleição para o cargo de governador com expressiva votação da população das favelas. Sob discurso contrário à política de remoção de favelas, o novo governador

---

<sup>59</sup> GONÇALVES, 2013. p.218.

<sup>60</sup> Também conhecido como Plano Policromático, cortava a cidade em seis linhas de grande circulação: Vermelha, Azul, Marrom, Verde, Amarela e Lilás. Além das já construídas linhas amarela e vermelha, devemos destacar a linha verde que ligaria à Gávea à Rua Uruguai na Tijuca, seguindo caminho por Vila Isabel, Automóvel Clube chegando à Via Dutra, e que nunca saiu do papel por conta, entre outros fatores, da especulação imobiliária no bairro. Já a linha azul baseou o traçado da linha BRT Transcarioca.

<sup>61</sup> AUGUSTO, 1996.

<sup>62</sup> LUNA e KLEIN, 2014.

abandonou inicialmente a política de remoções e constitui um grupo de trabalho responsável por estudar possibilidades de urbanização de algumas favelas. Brás de Pina foi uma das poucas a ter conseguido resistir, até então, às remoções de Lacerda. Mobilizada pela liderança do Padre Artola e mantida pela União de Defesa e Melhoramentos,<sup>63</sup> Brás de Pina representou um fato novo na luta contra as remoções. Algumas outras favelas como Vila da Penha, Jacarezinho, Salgueiro e Rocinha haviam sido parcialmente urbanizadas<sup>64</sup>. Após as enchentes de 1966, porém, boa parte da opinião pública passou a defender a remoção dos favelados como política urbana.

Até 1968, Negrão de Lima, apesar de considerar necessário erradicar algumas favelas, era contrário à transferência de pessoas para conjuntos longe de seus trabalhos. As recomendações decorrentes do Plano Doxiadis, encomendado por Lacerda, foram entregues ao governador Negrão de Lima, que criou em 1966 as Comissões Especiais de Projetos Específicos (CEPEs). O único projeto implementado foi o da CEPE-1 que consistia na renovação da área do Mangue, da Cidade Nova e do Catumbi, bairro onde ocorreu uma intensa mobilização contrária ao plano<sup>65</sup>. Em março de 1968, o governo do Estado da Guanabara cria a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, a CODESCO. A política estadual de urbanização é transferida da COHAB-GB para a CODESCO, que pôde começar a atuar graças aos recursos provenientes da USAID. Três favelas foram escolhidas: Favela União, urbanizada parcialmente, Mata Machado, onde foi feito um projeto de intervenção, e Brás de Pina onde foi o trabalho de excelência da CODESCO.

A escolha, porém, não se deu por acaso. A Favela Brás de Pina foi exatamente onde os moradores, junto ao padre Artola e à associação de moradores, impuseram o maior revés, até então, à política de remoção de favelas. Os moradores já haviam construído autonomamente no local a maior escola da região, a Fé em Deus. A CODESCO desapropriou um terreno contíguo ao da favela, tão logo uma parte era liberada, se dava a transferência, reassentando 4 mil moradores em 900 lotes de 120m<sup>2</sup>. Os moradores foram assessorados por estudantes da PUC, escolheram o material que seria usado nas casas e as construíram com financiamento do BNH<sup>66</sup>. Alguns arquitetos pertencentes à CODESCO já haviam assessorado a FAFEG, e, portanto, possuíam perspectivas próximas tanto acerca da autoconstrução, quanto do processo participativo na urbanização.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos aborda a favela pela força centrípeta exercida pela cidade em relação à população do campo e pelos benefícios da vida industrializada sobre a população rural. As favelas seriam a solução encontrada pela camada rural mais pobre que busca o modo de vida urbano. Dessa forma, a integração à cidade seria o problema a ser resolvido pelo poder público, sendo a moradia uma questão secundária: “toma-se por doença uma reação saudável do organismo urbano, fazendo-se tentativas

---

<sup>63</sup> Jornal do Brasil, 7 de junho de 1968.

<sup>64</sup> LIMA, 1989. p.124.

<sup>65</sup> Ibidem. p.127. Para uma leitura completa sobre as remoções e a urbanização do catumbi ver VOGEL e SANTOS, 1985.

<sup>66</sup> Jornal do Brasil, 15 de setembro de 1968.

de arrasar os sintomas para fingir que não existem outras causas”<sup>67</sup>. Segundo sua perspectiva, as favelas se uniriam organicamente à cidade num processo natural com o tempo. A influência da abordagem de Turner é clara. Segundo este, o processo participativo contido no provimento de moradia é positivo em diversos pontos como: desenvolvimento da autonomia dos moradores e eficiência da produção de habitação<sup>68</sup>.

Em oposição a Rod Burgess<sup>69</sup>, Turner se situa contra a construção de conjuntos habitacionais homogêneos, baseados na alta tecnologia e no sistema burocrático. Sua proposta procura uma redefinição do papel do Estado, não mais como promotor da vida urbana, mas funcionando em constante diálogo com os movimentos de base, através da política habitacional. A moradia deixaria de ser um produto a ser entregue por estruturas piramidais e passaria a ser um processo de construção com a finalidade de desenvolver a responsabilidade, a autonomia e o bem-estar dos sujeitos, deixando de ser vista somente como um produto a ser entregue. As necessidades a serem atendidas, assim como os custos possíveis a serem pagos só podem ser definidos satisfatoriamente pelos próprios sujeitos do processo. A promoção da autonomia por instâncias governamentais por meio da ligação com movimentos autônomos de autoconstrução se mostra fundamental para uma perspectiva de expansão democrática.

“Controle democrático direto e, portanto, modos de produção conviviais, são essenciais para o uso apropriado e completo para a maioria dos recursos abundantes, renováveis e não-poluentes e para o melhor uso de muitos recursos não-renováveis, especialmente a terra. [...] Se o papel do governo é apoiar a ação local, empresas locais não podem ser cooptadas ou dirigidas sem inibir seu potencial. [...] A mudança só será realizada através da ação simultânea e complementar de pessoas ‘nas bases’ e aquelas em posições através das quais possam influenciar ou tomar decisões governamentais”.<sup>70</sup>

Por um lado, devemos considerar a incapacidade de gerar grande quantidade de moradias adequadas pela autoconstrução - e, portanto, em atingir o déficit habitacional -, a qual ainda pode servir para os governos abrirem mão de seu dever em prover moradia e condições salubres de habitação, portanto, de seu papel redistributivo. Tal perspectiva legitimaria a intensa exploração da força de trabalho, por sua vez, não-paga<sup>71</sup>. Por outro lado, mesmo sendo construídos em larga escala, os conjuntos habitacionais retiram as possibilidades de influir no processo decisório dos moradores,

---

<sup>67</sup> Jornal do Brasil, 15 de agosto de 1968.

<sup>68</sup> TURNER, 1979.

<sup>69</sup> BURGESS, 1979.

<sup>70</sup> TURNER, 1979. p.1141 e 1142. Tradução livre: “Directly democratic control, and therefore convivial modes of production, are essential for the full and proper use of the most plentiful, renewable and non-polluting resources, and for the best use of many non-renewable resources, especially land. [...] If the role of government is to support local action, local enterprise cannot be coopted or directed without inhibiting its potential. [...] Change will only come about through the simultaneous and complementary action of people ‘at the grassroots’ and those in positions from which they can influence or make governmental decisions”

<sup>71</sup> KOWARICK, 1979. p.61.

o que geraria participação, apropriação e responsabilidade do lugar onde vivem<sup>72</sup>. Autoconstrução e conjuntos habitacionais serão dois polos de uma discussão mais ampla em torno da Reforma Urbana e que voltará à pauta política nos anos 80. Devemos questionar, primeiro sobre a forma de lidar com o déficit habitacional, como se este fosse somente uma questão de quantidade de habitações e não a soma das condições prestadas a uma determinada parcela da população; e segundo, sobre a possível radicalidade do que significa a Reforma Urbana, no sentido de fomentar verdadeiramente a autonomia nas áreas centrais e transformar os padrões de ocupação urbana.

O fato é que os moradores das favelas do Rio de Janeiro sempre utilizaram o *mutirão*<sup>73</sup> como principal meio para construção de suas habitações, o que pode ter cimentado relações de reciprocidade, fortalecidas pelas lutas por permanência. Ao submeter as favelas ao precário e ao provisório, os planos e leis - como o zoneamento proposto pelo Plano Agache e utilizado no Código de Obras de 1937 - impossibilitaram a melhoria dos barracos e espaços públicos pelos moradores de favela, principalmente daquelas localizadas na orla<sup>74</sup>. Isso fica claro no exemplo do Vidigal, onde os moradores foram durante décadas proibidos de melhorar suas casas pela política de zoneamento. Portanto, a CODESCO utilizou conhecimento e prática que já de fato consolidadas, legitimando-as juridicamente e legalizando-as - o que também gerou um aumento os valores das propriedades, produzindo gentrificação. A Companhia de Desenvolvimento de Comunidades ainda urbanizará a região do Catumbi, fruto da resistência de seus moradores e já desfigurada pela urbanização<sup>75</sup>, e o Morro União.

Sob forte pressão do capital imobiliário e da construção civil, o Governo Federal interveio diretamente na política urbana estadual, criando em maio de 1968 a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM). Houve um relançamento do projeto de erradicação das favelas voltado, não mais à Zona Norte, mas à liberação de terrenos valiosos na Zona Sul. A construção civil havia crescido enormemente após a construção em massa de grandes conjuntos, impondo uma nova ordem espacial no Rio de Janeiro, expulsando os moradores de favelas para regiões longínquas da periferia. O BNH havia passado para a órbita do Ministério do Interior com a reforma administrativa de 1967<sup>76</sup>, através do qual o ministro militar Afonso A. Lima coordenou a CHISAM para um programa permanente de

---

<sup>72</sup> LLOYD, PEEL e JANSSEN-JANSEN (2015) levantam o ponto sobre os interesses de corporações e grupos econômicos, como empreiteiras, bancos e empresas de material de construção, por trás das 'viradas' que apontam para a utilização de um modelo em detrimento do outro.

<sup>73</sup> Mutirão vem de origem tupi: *mutyró*, e significa trabalho em comum, representa a forma de trabalho coletivo inventada por índios, quilombolas e camponeses. Mais tarde passa a ser largamente utilizada pelos moradores das periferias das grandes cidades como forma de auxílio gratuito e de apoio mútuo. JVC, março a maio de 2015. p.24.

<sup>74</sup> Artigo 292 do Código de Obras de 1937. GONÇALVES, 2013. p.118

<sup>75</sup> SANTOS e VOGEL, 1985.

<sup>76</sup> AUGUSTO, s.d.

habitações popular, coordenando as 110 associações de diversas naturezas envolvidas direta ou indiretamente com as favelas, estas seriam suprimidas até 1976.

O novo órgão contava com um discurso fortemente estigmatizado contra os moradores de favelas, em que atribuía ao espaço da favela a responsabilidade por degradar física, mental e moralmente o favelado. A ilegalidade da posse da terra parecia estar no cerne do argumento, o que seria resolvido com o desenvolvimento do “senso de propriedade” no favelado. Neste momento houve um maciço investimento no ideal da casa própria e das vantagens apresentadas pelos conjuntos habitacionais.<sup>77</sup> A instalação dos conjuntos habitacionais obedecia à lógica de zoneamento presente no Plano Doxiadis, no qual previa-se o deslocamento da área industrial do Rio em direção ao Porto de Sepetiba. As favelas no Rio de Janeiro representavam um estorvo para o capital imobiliário, hoteleiro e de turismo no geral, e os conjuntos habitacionais na Zona Norte e Oeste, principalmente, no eixo da Avenida Brasil e no eixo da Avenida Automóvel Clube (parte da inconclusa Linha Verde) beirando a Estrada de Ferro Linha Auxiliar, significavam mão-de-obra para as indústrias que ali se instalavam.

As favelas neste sentido já eram toleradas há algumas décadas<sup>78</sup>, e os conjuntos habitacionais seguiram sob a mesma óptica. À Ação Comunitária do Brasil coube adequar os favelados removidos para os novos locais de moradia, atribuindo-lhes uma qualificação profissional para as indústrias, como nas regiões Cordovil, Penha, Irajá e Ramos. A CHISAM procurou prover mão-de-obra barata para as indústrias, como por meio da implantação de sistemas de aprendizado nos “Centros de Recuperação”. Os fundos para o programa eram captados, entre outros, pela venda de terrenos liberados pela remoção de favelas na própria zona norte (como em Inhaúma e Bonsucesso) para as próprias indústrias<sup>79</sup>. Este modelo habitacional autoritário alimentava o capital imobiliário na zona sul, alimentava o capital da construção civil com os conjuntos habitacionais e alimentava as indústrias da Av. Brasil com mão-de-obra barata, só não auxiliava o morador removido, que não recebia o suficiente para morar tão longe e sem infraestrutura se via forçado a deixar seus apartamentos e morar em outra favela.

“Os números mostram que o período compreendido entre os anos 1968-1974 correspondeu a 65,1% de todas as remoções efetuadas entre 1962-1974, e que o crescimento quantitativo do número de favelas atingiu 74% entre 1970-1974, enquanto o crescimento da população favelada foi da ordem de 36%. As remoções não conseguiram deter o processo de favelização, enfraqueceram ainda mais a legitimidade política do regime militar junto às massas e se mostraram um desastre financeiro”<sup>80</sup>.

A CHISAM efetuou basicamente um programa de remoções na Zona Sul, como as favelas: Jóquei Clube, Ilha das Dragas, Macedo Sobrinho, Rio Rainha, Alto Solar, Praia

---

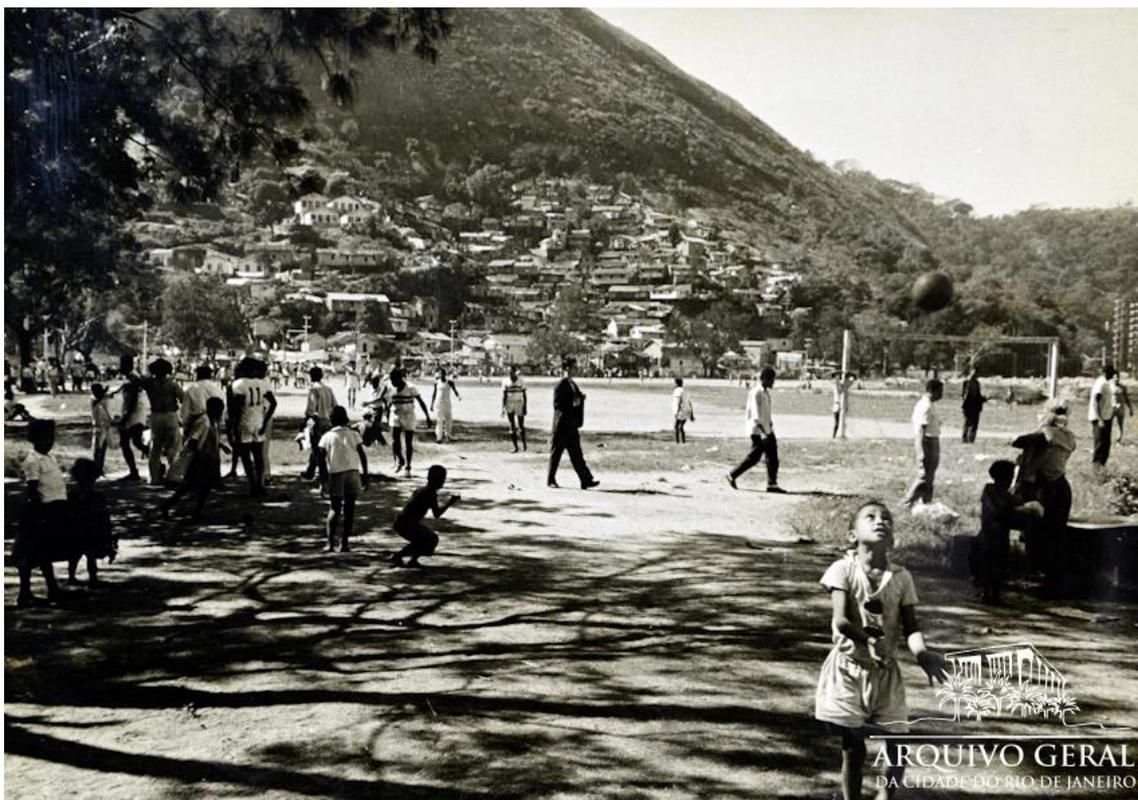
<sup>77</sup> BRUM, 2010.

<sup>78</sup> RODRIGUES, 2014.

<sup>79</sup> BRUM, 2010.

<sup>80</sup> GONÇALVES, 2013. p.250.

do Pinto e Catacumba, se concentrando no Leblon e Lagoa Rodrigo de Freitas. Levantamentos da COHAB-GB revelam que 63.910 pessoas foram removidas no período 1968-71 e 26.665 no período 1971-74.<sup>81</sup> Para abrigar os removidos foram construídos o Conjunto Habitacional da Cidade Alta em Cordovil e novas unidades na Cidade de Deus. A remoção mais marcante deste período foi a da Favela Praia do Pinto, fortemente organizada desde o princípio, e presente em Leblon desde a construção de suas primeiras residências. A Praia do Pinto foi um exemplo claro de gentrificação, pois fora responsável pela valorização dos terrenos no momento em que não havia infraestrutura mínima, e foi expulsa de forma arbitrária uma vez que o bairro foi valorizado.



**Figura 5.** Favela da Praia do Pinto. AGCRJ.

A expulsão da Favela da Praia do Pinto se deu com toda a ferocidade do regime militar, marcada pela violação dos direitos de toda ordem dos moradores. Assim como na Favela do Esqueleto, a Praia do Pinto foi tomada por um incêndio criminoso no dia de sua remoção. Durante os processos de remoção na região da Lagoa, ocorreu uma forte mudança de postura das favelas: em 1969, a favela da Ilha das Dragas, de 2.500 habitantes, projetou uma resistência forte junto a FAFEG e a políticos influentes, quatro de seus líderes foram sequestrados. Já a Favela da Praia do Pinto, com 15 mil habitantes, organizou uma forte resistência, ainda que não tão organizada, a repressão foi ainda mais forte, três diretores da FAFEG foram presos por agentes do DOPS, detidos durante dez dias, a resistência só terminou por conta de um incêndio criminoso na favela.<sup>82</sup> Por

---

<sup>81</sup> LIMA, 1989. p.130.

<sup>82</sup> RIO DE JANEIRO, 2015. p.119.

conta da repressão sofrida, a associação de moradores da Favela da Catacumba, de 9.100 habitantes, pediu para que seus moradores colaborassem e chegou a defender a ação da CHISAM<sup>83</sup>. Em todas elas os caminhões da COMLURB se situava no dia do despejo para levar pertences - e até os próprios moradores - para locais destinados, como a Cidade de Deus<sup>84</sup>.

O período de remoções durante o governo Negrão de Lima só não foi mais acentuado graças a mobilização dos moradores e da FAFEG. Inicialmente a Federação possuía uma postura política mais calcada no diálogo e não na contestação, procurando a incorporação política dos moradores de favela à cidade. Em meio ao esvaziamento da CTFRJ, havia uma necessidade de se criar outro organismo que congregasse os interesses dos moradores de favelas, não mais ligado ao PCB e PTB<sup>85</sup>. A FAFEG resulta de uma articulação liderada por dirigentes de associações que atuavam no Movimento de Rearmamento Moral, grupo católico ligado ao complexo IPES/IBAD, institutos de pesquisa e propaganda bancados por empresas brasileiras e norte-americanas, que exerciam o papel de *think-tank* na campanha anticomunista de oposição a Jango, visando extinguir a herança varguista do Brasil<sup>86</sup>.

Neste sentido, havia uma perspectiva conservadora por parte da FAFEG, que chegou a almejar uma atuação sem atritos com o governo estadual e até mesmo em ter uma política compatível com Lacerda, pretensão que caiu por terra logo nas primeiras remoções. O primeiro congresso da FAFEG é realizado em 1964 e apresentava demandas para a infraestrutura e articulação das favelas, como a lei de criação do Banco de Alimentação Popular associado à FAFEG e às “sociedades locais”. Em 1965 a FAFEG se organizou para demandar aos candidatos o compromisso de não remover favelas, em meio às pressões realizadas a favor da remoção de favelas - como por meio do IPES e Conselho Nacional de Economia - após as enchentes de 1966 a Federação pautou a urbanização das favelas, o respeito à sua voz e a união dos favelados em torno das associações de moradores<sup>87</sup>.

O discurso se recrudescer com a retomada das remoções por Negrão de Lima, após este ter se disponibilizado a seguir a demandas das associações organizadas em torno da FAFEG, em 1968. Em 1967 a Federação passou a adotar uma ação mais combativa com a eleição de Vicente Mariano, que havia participado da Coligação dos Trabalhadores Favelados, e de militantes da Ação Popular (AP)<sup>88</sup> na diretoria. Realizado apenas alguns dias antes da promulgação do Ato Institucional nº 5, o II Congresso contou

---

<sup>83</sup> VALLADARES, 1980.

<sup>84</sup> A Cidade de Deus ficou destinado aos removidos da Zona Sul, primeiramente pelos flagelados das enchentes de 66, depois por pessoas removidas de 63 favelas da cidade, dentre as quais, 19,2% eram originadas da Praia do Pinto. Ver ZALUAR, 1994. p.66.

<sup>85</sup> Das 25 entidades filiadas fundadoras da FAFEG, sete (28%) fizeram parte da UTF. OAKIM, 2014. p.139.

<sup>86</sup> LIMA, 1989. p.139 e 141.

<sup>87</sup> Jornal do Brasil, 22 de janeiro de 1966. p.5.

<sup>88</sup> Fundada em 1963 por militantes oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC) passou a pautar o maoísmo, em detrimento do foquismo no contexto pós-revolução cultural chinesa de 1966, como vertente ideológica dentro do marxismo. DUARTE, 2010. Ver também PENNA, 2016. p.116.

com um perfil mais claro de oposição<sup>89</sup>, atacando diretamente à política de remoções, a tentativa de dominação das associações de moradores pelo decreto nº 870 e a influência cada vez maior das comissões de energia, quanto poder paralelo dentro das favelas. O Congresso pautou a regularização jurídica da posse dos terrenos ocupados pelos favelados<sup>90</sup>.

Ao fim do Congresso, vários diretores da FAFEG e Vicente Mariano foram presos e torturados, sendo liberados somente após a intervenção de setores progressistas da Igreja. Posteriormente o regime interveio diretamente nas associações mais combativas. Diante das medidas autoritárias do regime empresarial-militar, as associações se tornaram cada vez menos combativas, até colaborando com as autoridades, como no caso já citado da Favela da Catacumba. Em agosto de 1970 a FAFEG, ainda sob a presidência de Vicente Mariano, realiza o I Encontro de Desenvolvimento, com a presença da Fundação Leão XIII, onde se pautou a procura por soluções humanas de remoção. A gestão que seguiu a de Mariano passou a procurar o entendimento com o governo, postura que será seguida até 1979, quando uma nova articulação favorecida pela Pastoral de Favelas resulta em uma nova diretoria para a entidade.

“Os conflitos entre as duas “FAFERJs” – uma presidida por Jonas Rodrigues e apoiada por políticos ligados ao ex-Governador Chagas Freitas, e outra por Irineu Guimarães, apoiada por partidos de esquerda e pela Pastoral de Favelas – sucederam-se até 1982, quando sob influência da incorporação do Partido Popular (PP) ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) compôs-se uma diretoria representando os dirigentes ligados aos dois partidos políticos. Este processo foi marcado por intensos conflitos entre os grupos que anteriormente apoiaram a diretoria presidida por Irineu Guimarães”<sup>91</sup>.

### **2.3 Rearticulação de forças na política urbana e a reestruturação neoliberal**

A década de 70 contou com uma mudança na conjuntura da política urbana, em 1974 Ernesto Geisel inicia o processo de abertura política que foi acelerado por seu sucessor, João Figueiredo, com o fim do bipartidarismo político<sup>92</sup> e com o processo de anistia ampla, geral e irrestrita em 1979. Faria Lima é nomeado como governador pelo regime militar com a tarefa de unir os antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara até 1979, a fusão gerou um vazio política e falta de orientação jurídica sobre a gestão das favelas. Figueiredo também ordena a criação de um Conselho Nacional de

---

<sup>89</sup> É necessário que atentemos ao corte classista e territorial das lideranças da FAFEG, as quais apontavam para a importância de suas lideranças serem os próprios favelados, fato que contrasta com a história da UTF e seu principal ‘agente externo’, Margarino Torres.

<sup>90</sup> GONÇALVES, 2013. p.243.

<sup>91</sup> LIMA, 1989. p.155.

<sup>92</sup> Que por sinal havia sido estabelecido pelo Ato Institucional nº 2 quanto reflexo imediato das vitórias obtidas por candidatos da oposição ao regime nos estados, como Israel Pinheiro e Negrão de Lima.

Desenvolvimento Urbano (CNDU), sob a tutela do ministro do Interior Mário Andreazza<sup>93</sup>. Marcos Tamoyo, antigo diretor do Departamento de Urbanização e Secretário de Obras Públicas, é nomeado, em 1975, o primeiro prefeito da cidade do Rio de Janeiro após a fusão por Faria Lima.

Durante seu mandato coloca-se a pá de cal na política de remoção de favelas na cidade, na tentativa de erradicar uma das poucas favelas que ainda restavam na Zona Sul, a do Vidigal em 1977. A empresa Rio Towers projetava a construção de um hotel de luxo na região, que é marcada pela presença do Hotel Sheraton. A conjuntura, porém, era outra, e a tentativa de remoção foi duramente criticada por políticos do MDB, a associação local de moradores executou uma forte resistência, apoiada pela Igreja Católica (o que motivou, inclusive, a visita do papa João Paulo II ao Vidigal em 1980), pela imprensa, por políticos locais e obteve a suspensão temporária do despejo. A orientação política estava sendo renovada, não só no Judiciário, mas nos grandes financiadores internacionais e até mesmo no governo federal. A resistência da Favela do Vidigal resultou na desapropriação por interesse social, assegurando a função social da propriedade, e suspendeu de vez a política de remoção de favelas que orientou a política urbana no Rio de Janeiro desde 1962 até início dos anos 70.

A Igreja Católica, quanto ator político crucial na balança de poder, pode ser tomada como um elemento cognitivo para compreendermos a alteração brusca da opinião pública em relação à política urbana neste período. Três momentos fundamentais revelam posturas distintas de um ator marcado por múltiplas correntes de pensamento em seus quadros político-religiosos, ainda que sempre possua uma política hegemônica em determinado momento. Procuramos identificar como a Igreja esteve presente na tentativa de controle social durante o período entre 1945 e 1959, e como esta acabou exercendo, por meio de quadros conservadores, uma forte oposição à política trabalhista, e, finalmente, a Jango. Durante a ditadura, a Ação Popular aparece como decisiva na crítica ao foquismo, apoiando movimentos de base. E por último, a Igreja se fez central para a abertura política, apostando - como, entre outras correntes, com a Teologia da Libertação - na redemocratização do país, e no diálogo para se combater as injustiças sociais,<sup>94</sup> culminando na criação em 1978 da Pastoral das Favelas.

Na cidade do Rio de Janeiro, a proposta da urbanização e da autoconstrução ganhavam novo fôlego com programas alternativos criados pelo BNH como: o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb), o programa de Financiamento de Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Social (Ficam)

---

<sup>93</sup> AUGUSTO, s.d.

<sup>94</sup> A religião poderia ser um fio condutor da presente dissertação. A Igreja Católica se mostrou ativa na derrubada do regime de Jango, e “quase sem transição” se tornou uma força social crítica do governo ditatorial, principalmente durante os anos 70 e 80. AVEZEDO (2004). p.109. Durante o processo de reabertura, a CNBB participou ativamente do engajamento da população durante a Assembleia Nacional Constituinte. WHITAKER (2009). Como veremos no capítulo 4, o MCP teve suas bases ligadas ao movimento de evangelização da Juventude Agrária Católica (JAC), por sua vez também ligada aos setores progressistas populares da Igreja. A opção pela política urbana, e habitacional, se dá pela ênfase desejada à dimensão espacial sobre a mobilização dos movimentos sociais.

e o Programa de Erradicação da Sub-Habitação (Promorar). O Promorar flexibilizou as normas estritas do BNH, foi iniciado na região da Favela da Maré. Conhecido sob o nome de Projeto Rio, visava beneficiar uma população inicialmente estimada em 250 mil pessoas. Segundo a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), o objetivo do programa era a recuperação da área por meio da drenagem do solo, da urbanização da região e da formação de um aterro para reassentar os moradores das palafitas. Com procedimentos autoritários que não previam a participação dos moradores, o projeto entregou até 1987 apenas 5.132 das promessas de compra e venda previstas em 10 mil<sup>95</sup>.

Em 1979, Chagas Freitas volta ao cargo de governador (havia sido eleito pela primeira vez via voto indireto em 1970) agora do Estado do Rio de Janeiro. O chaguismo foi marcante pelo estabelecimento de redes clientelistas na cidade, marcado pela política da bica d'água<sup>96</sup>. Chagas nomeia Israel Klabin como prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 1979, o qual transforma a Secretaria de Turismo em Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), criando também o Fundo-Rio para captar recursos financeiros para os programas de estruturação de serviços públicos e urbanização das favelas. As favelas passaram de 'chagas urbanas', no início do século, para a vitrine da política urbana das prefeituras da cidade. Por conta de seu discurso independente das práticas clientelistas, Klabin é exonerado do cargo, as políticas de urbanização, todavia, continuaram através do Projeto Mutirão, atingindo 26% do total de favelas da cidade. É também durante este momento que serviços públicos, como a o serviço de luz, se universalizaram nas favelas. A formatação das periferias da cidade tomou o corpo que possui hoje, durante a década de 80, crescendo em população e se expandindo rumo às fronteiras da cidade.

A eleição de Leonel Brizola para governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 sedimentou a formatação das favelas sob três eixos: pelo fim das operações policiais nas favelas, pela instalação de serviços públicos - por meio da CEDAE e do Projeto Favelas (Proface), na instalação de água corrente e esgotos - e pela regularização fundiária por meio da oferta de títulos de propriedades, por meio do projeto Cada Família um Lote (CFUL). Os resultados destas iniciativas, como o CFUL, foram muito mais modestos que o que se esperava, porém, representaram precedentes importantes para as formas que a política urbana iria adquirir nos anos que seguiram ao governo de Brizola. Apesar dos ganhos no campo da política urbana e fundiária, os indicadores sociais despencaram durante as décadas de 80 e 90, e a capacidade de investimento do Estado caiu abruptamente neste período.

O Banco Nacional de Habitação potencializou os trabalhos da COHAB-GB e, após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, por meio da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ) já havia produzido 32 conjuntos habitacionais

---

<sup>95</sup> GONÇALVES, 2013. p.267.

<sup>96</sup> TRINDADE, 2000.

no Estado, num total de 40.277 unidades até 1974<sup>97</sup>. A atuação do BNH dentro da política habitacional do regime militar era voltada para o desenvolvimento econômico - mais que propriamente para o social -, tomando a produção de moradia por seu fator chave de geração de emprego e fomento de outras atividades, como a venda de material de construção. Sua atividade se baseava no incentivo ao capital privado, e o resultado de sua política habitacional, potencializada com fundos de poupança compulsória e voluntária, acabou se dando para os estratos médios e altos da sociedade<sup>98</sup>.

Os três programas que buscavam produzir habitações para as classes de menor poder aquisitivo (além dos já citados Profilurb e Promorar, o Programa João de Barro criado em 1982) representaram apenas cerca de 7% da produção do BNH. A busca por incentivar o capital privado na construção civil gerou um *boom* imobiliário, ao mesmo tempo que também uma necessidade maior de produzir política urbana para os novos conjuntos habitacionais, e uma desconsideração com a possibilidade de se utilizar imóveis com condições de habitabilidade<sup>99</sup>. O BNH foi extinto por um decreto-lei no governo Sarney em 1986, tendo a Caixa Econômica Federal (CEF) o sucedido na maior parte de suas atribuições. Restou um vazio na política urbana, o que não foi preenchido com a nova configuração política derivada da nova Constituição:

“[...] Devemos registrar que pela primeira vez, em 88, inserimos, efetivamente, o Município dentre os entes que compõem a organização político-administrativa do país, tornando-o, assim, parte de nossa estrutura federativa, dotados, portanto, de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira. [...] Contudo, faz-se necessário ressaltar que, ao dispor que aos municípios compete “legislar sobre assuntos de interesse local”, retirou da competência desta esfera os assuntos que não são apenas de seu interesse, e, paradoxalmente, encolheu a decantada autonomia municipal, pela ampliação da competência estadual”<sup>100</sup>.

A estratégia de concentração de recursos do regime militar foi radicalmente invertida, a União passou a transferir montantes cada vez maiores para Estados e Municípios. Passou a ser competência comum dos Estados, Municípios e União: “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”, assim como “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos”<sup>101</sup>. Aos municípios exclusivamente cabe: “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”<sup>102</sup>. Os municípios com mais de vinte mil

---

<sup>97</sup> Ver CEHAB-RJ, s.d. Durante seu funcionamento houveram fortes críticas sobre as formas arquitetônicas dos prédios públicos, e então, dos conjuntos habitacionais, que produziam espaços impessoalizados e ausentes de espaços públicos de discussão, enquanto o capital privado produzia prédios mais humanizados, influenciado por concepções funcionalistas. SANTOS, 1988.

<sup>98</sup> MEDEIROS, 2010. p.6

<sup>99</sup> Ibidem. p.5.

<sup>100</sup> AUGUSTO, s.d. p.14.

<sup>101</sup> BRASIL, 2012. Art. 23, incisos IX e X.

<sup>102</sup> Ibidem. Art. 30, inciso VIII.

habitantes passaram a ter que submeter sua política urbana a um Plano Diretor, que cumpra a função social da propriedade, e que utilize as leis que reforçam o uso adequado do solo, como por meio do imposto progressivo no tempo.

Os municípios passaram a ter que preencher o vácuo deixado pela não-política federal no campo do desenvolvimento de moradias populares, inaugurando um novo padrão de políticas de moradia<sup>103</sup>. Por outro lado, as reformas neo-liberais produzidas nos finais dos anos 80 e anos 90 deixavam cada vez menos espaço e potencial de ação para o Estado. O setor privado teve sua parcela de poder aumentada perante o Estado, o capital de serviços passou a obter o lugar de destaque que antes era da indústria, novos atores políticos surgiram nos cenários políticos locais - notadamente as ONGs - e o fator social entrou em colapso. No campo da habitação popular, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial modelaram sua ação conforme a atuação das resistências populares, absorvendo parcialmente suas demandas, cooptando suas abordagens e transformando-as em instrumentos do capital internacional.

É dessa forma que a proposta de produção por autoajuda elaborada por John Turner com base em suas experiências na América Latina pôde servir aos interesses destes organismos internacionais. Barateamento dos custos da política habitacional, transferência do dever redistributivo do Estado para atores locais, intermediada por grandes ONGs foram fatores-chave para que, juntamente com um discurso pretensamente humanista, a autoajuda tenha servido para os propósitos de Robert McNamara, a frente do Banco Mundial nos anos 70, assim como para James Wolfensohn, filantropo e presidente deste banco nos anos 90<sup>104</sup>. Por uma espécie de “imperialismo brando”, ou em uma “Pós-Consenso de Washington”, os organismos financeiros internacionais passaram a trabalhar com ONGs locais, que, por sua vez, se relacionam de forma assimétrica com os moradores, cooptando seus principais líderes, burocratizando e desradicalizando os movimentos sociais urbanos.

Uma das principais bandeiras históricas dos movimentos por moradia passou a ser defendida pelo Banco Mundial: a regularização fundiária. Hernando de Soto, do Instituto Liberdade e Democracia se tornou conhecido por suas formas mágicas que poderiam gerar imensas reservas de capital nas próprias favelas. Por meio da regularização, os moradores de terrenos ocupados teriam direito à sua própria riqueza, podendo transformá-la em capital líquido, criando instantaneamente um enorme patrimônio<sup>105</sup>. O que De Soto não diz é que a concessão de títulos de propriedade acelera a diferenciação dentro da favela, e não resolve o problema dos locatários, que representam grande parte de seus moradores. A regularização fundiária e o investimento na autoajuda serviram para liberar o Estado de sua obrigação em fornecer infraestrutura adequada para todas e todos.

---

<sup>103</sup> CARDOSO e RIBEIRO, 2000.

<sup>104</sup> DAVIS, 2006. p.84.

<sup>105</sup> Ibidem, p.88.

O principal programa que pôs em prática os novos fatores-chave da política urbana municipal, como: participação, municipalização e autoajuda foi o Programa de Urbanização e Assentamentos Populares (PROAP). Se por um lado, as favelas passaram a contar com serviços urbanos essenciais a partir dos anos 80, por outro, o cenário da cidade se alterava completamente. A desindustrialização e a migração do capital para o setor de serviços deixaram regiões industriais, como a Avenida Brasil, precarizadas e sem o seu dinamismo usual. Novos atores entraram em cena: o varejo organizado de drogas e as igrejas neopentecostais passam para o centro da conjuntura política da cidade nos anos 90. Nesta década, ocorre também uma decisiva feminilização do trabalho, que provoca ruptura com os valores sociopolíticos anteriores.

É sob esta conjuntura que se serão aprovados o Plano Diretor de 1992 e os primeiros programas da prefeitura de Cesar Maia (1993-1996). O planejamento a longo prazo foi preterido por projetos de resultados imediatistas. O PROAP se deu em um convênio assinado entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), contendo três componentes: a regularização de loteamentos, a educação sanitária e ambiental, e a urbanização de favelas, na qual se insere o Programa Favela-Bairro<sup>106</sup>. O Programa buscou a descentralização do processo decisório ao contratar equipes que elaborassem projetos próprios para cada favela. A participação dos moradores seria um dos eixos que fundamentariam o programa. A deliberação, porém, só ocorreu a partir do momento em que os projetos já estavam prontos, e não alterou o que foi produzido pelos arquitetos e urbanistas.

O programa Favela-Bairro contou com o *know-how* produzido em projetos anteriores produzidos pela SMDS, como a instalação de redes de esgotos e o programa de águas da CEDAE. Com o programa, a Secretaria Extraordinária de Habitação se transformou em Secretaria Municipal de Habitação (SMH), em 1994. A primeira fase do Favela-Bairro atingiu 19 comunidades, a segunda - entre 1995 e 1997 - foi ampliada para 27 áreas, a terceira atingiu 16 comunidades, e a quarta foi transferida para o PROAP 2, assinado em 2001<sup>107</sup>. A principal procura foi por integrar completamente as favelas ao perímetro urbano e ao convívio social da cidade.

## **2.4 Direito à Cidade e a retomada da política de remoções<sup>108</sup>**

O último momento de nosso apanhado histórico da formatação dos espaços periféricos do Rio de Janeiro se refere à crença e às fragilidades dos avanços legislativos em torno do conceito Direito à Cidade, que se mostrarão mais claras conforme analisarmos os momentos antagônicos do tema: a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001 e a retomada da política de remoções no Rio de Janeiro em 2007. Estes avanços

---

<sup>106</sup> CORREIA, 2003. p.30.

<sup>107</sup> Ibidem. p.32.

<sup>108</sup> O texto desta sequência foi parcialmente publicado sob forma de resumo, intitulado: "Potências e limites do controle democrático em territórios urbanos periféricos: Dispositivos de participação democrática e alternativas em autogestão urbana" no seminário "Direito à Cidade (Teoria e Prática): Cidadania, Território e Espaço Urbano". Universidade Federal Fluminense, 2016.

e retrocessos também modelaram o espaço urbano da cidade, ainda que, em última análise é o poder político e a capacidade de intervenção dos atores que decidem o grau de heteronomia/autonomia das políticas urbanas, e a capacidade de salvaguardar os direitos à habitação e aos bens públicos da cidade.

Os diversos movimentos sociais, intelectuais e ONGs que confluíam para o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR) conseguiram conquistas importantes no campo da legislação sobre a habitação. Os ganhos legislativos, porém, serão consolidados somente em 2001 com a lei 10.257, o Estatuto da Cidade, no qual se previa instrumentos para fazer valer a função social da propriedade e da cidade, como: a demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), os Conselhos Municipais e o Orçamento Participativo. Alguns destes instrumentos foram implementados em prefeituras progressistas pelo Brasil, como: Recife, Diadema, Santos e Natal, no caso das ZEIS, também utilizadas no Favela-Bairro no Rio de Janeiro, os Conselhos e Conferências Municipais em Belo Horizonte, e notadamente o Orçamento Participativo em Porto Alegre<sup>109</sup>. Como veremos no capítulo 3.3, este foi o momento alto da Política Participativa no Brasil.

Diferentemente dos exemplos citados, o Rio de Janeiro não teve durante este momento um governo estadual progressista, menos ainda pode-se dizer das prefeituras que chegaram ao poder nos anos 90 e 2000. A implementação do programa Favela-Bairro é, em boa parte, explicada pela correlação de forças atingida com a candidatura de Benedita da Silva nas eleições municipais de 1992, que obteve primeiro lugar no primeiro turno e perdeu para Cesar Maia por pequena margem no segundo turno. Dentre os principais partidos de esquerda da cidade, o PDT de Brizola acabou se enfraquecendo pela figura populista e clientelista de Anthony Garotinho e o PT passou a apoiar o status quo, primeiro na chapa com o próprio Garotinho, depois com as candidaturas de Sérgio Cabral e Eduardo Paes ambos do PMDB. Dessa forma, além de não alcançar a política deliberativa, o PT passou a estar do lado do controle periférico militarizado dos governos estaduais.

Em âmbito nacional, a crença em uma Reforma Urbana amplamente participativa alcançou seu auge com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência do Brasil em 2002. No início de sua gestão ocorrem sucessivas medidas no sentido da democratização da política urbana nacional como: a criação do Ministério das Cidades, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e a realização das quatro Conferências Nacionais das Cidades<sup>110</sup>, que por sua vez procuraram estruturar campanha pela implementação de Planos Diretores Participativos. O início do desgaste da política deliberativa em torno da Reforma Urbana pode ser encontrado na nomeação de Márcio Fontes, do Partido Progressista - substituto do antigo ARENA dos tempos de bipartidarismo -, para o Ministério das Cidades em 2005 como forma de

---

<sup>109</sup> BRASIL, 2001. p.237.

<sup>110</sup> Sobre os limites política participativa e deliberativa das Conferências Nacionais na alteração real das políticas de habitação e perspectivas que ensejam a imaginação de alternativas institucionais sob o experimentalismo de Mangabeira Unger, ver VASCONCELOS, 2015.

alcançar maioria no Congresso, em razão da crise institucional resultante das denúncias de corrupção e compra de votos pelo PT, evidenciando as contradições entre a proposta de Reforma do Estado e prática política real<sup>111</sup>.

A ligação direta entre o empresariado da construção social e a burocracia estatal (e, centralizada, pela dependência dos municípios em relação aos controlados investimentos da União) se manteve e a demarcação das regras e epistemologias que regem as políticas urbanas municipais representou uma das principais barreiras à construção de um processo deliberativo real. Dessa forma, as regras do jogo político real se mostraram um entrave significativo às propostas de Reforma Urbana por dentro do Estado. O clientelismo e o insulamento burocrático<sup>112</sup> permaneceram marcantes na política urbana, que se manteve sob o discurso de desenvolvimento do capital de construção civil:

“De fato, mesmo que o Estatuto da Cidade estabeleça a obrigatoriedade de vincular os ciclos orçamentários subsequentes à aprovação de planos diretores às suas definições e propostas, na área de desenvolvimento urbano, pouca autonomia real têm as arenas decisórias locais sobre estes investimentos – sejam elas participativas ou não –, uma vez que a área de desenvolvimento urbano do Estado brasileiro permanece estruturada em burocracias altamente setorializadas e centralizadas que funcionam através de processos decisórios bastante penetrados pelos interesses de atores econômicos e políticos que deles dependem para sobreviver”.

E ainda:

“De um lado, com a garantia de bases populares através da distribuição seletiva e individual de benefícios e, de outro, com os investimentos em obras – e regulação urbanística – articuladas à criação de novas frentes de expansão imobiliária, este modelo contribuiu para garantir a sustentação política das coalizões de governo junto às elites e ao poder econômico ao mesmo tempo apoiando-as pelo voto popular. Este modelo de Estado e sistema político, que compõem o que descrevemos como a “lógica da desordem”, posto em movimento na fase urbano-industrial de nosso desenvolvimento urbano e construído no interior da chamada “transição democrática”, continuou em vigor, mesmo sob o comando de um governo de origem operária e popular”<sup>113</sup>.

Para os habitantes do Rio de Janeiro, as políticas participativas do governo Lula sempre se mostraram fora do alcance, e por isso não significou, mormente, uma decepção. Mesmo os investimentos do governo do PT para administração dos movimentos de moradia no Programa “Minha Casa, Minha Vida - Entidades” não teve

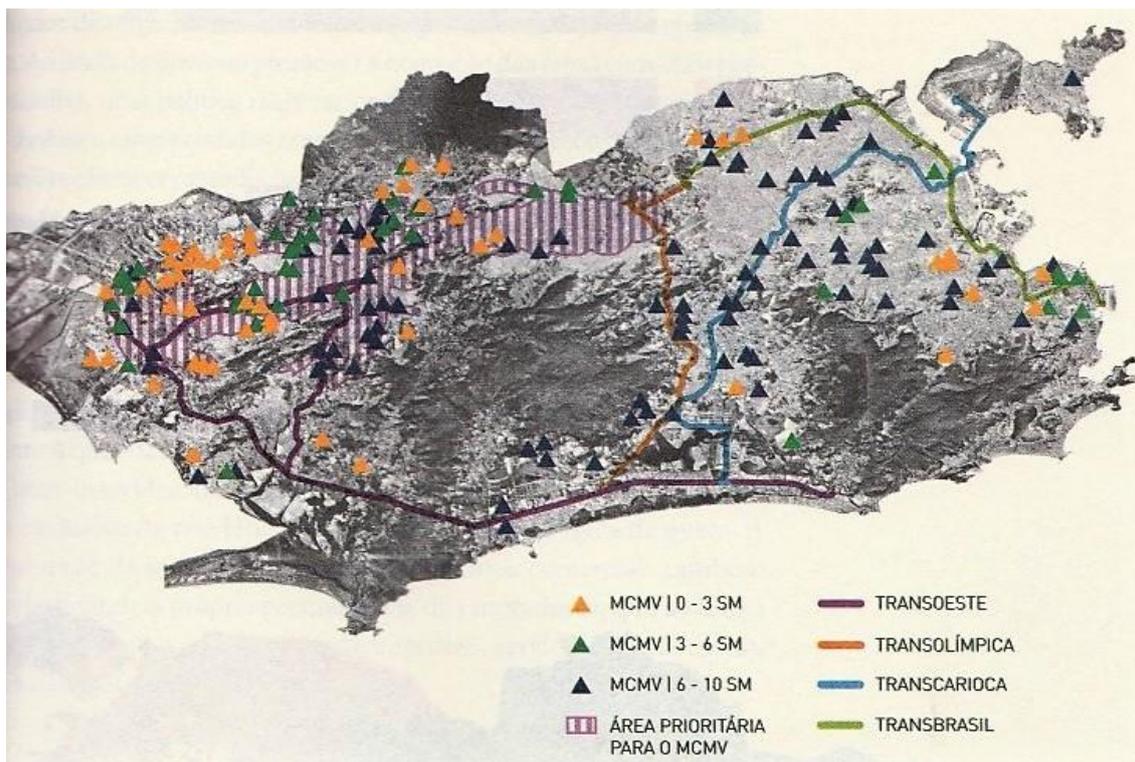
---

<sup>111</sup> ROLNIK, 2009. p.37.

<sup>112</sup> Ver NUNES, 2000.

<sup>113</sup> ROLNIK, 2009. p.46.

expressão na cidade. O que foi caracterizado como “autogestão urbana”<sup>114</sup> na construção de bairros e conjuntos pelo país não chegou a ser implantado com a mesma força no Rio de Janeiro. Todavia, o MCMV obteve impacto sob seu formato empresarial, construindo habitações “além dos limites da cidade”<sup>115</sup>, o que nada mais é do que o que chamamos aqui de periferias urbanas, que representam as fronteiras da cidade e se ‘situam na direção de sua expansão. Os conjuntos do MCMV foram utilizados, entre outros fins, também para a realocação das famílias removidas para as preparações dos megaeventos na cidade a partir da realização dos Jogos Pan-Americanos em 2007.



**Figura 6.** Empreendimentos enquadrados no Minha Casa, Minha Vida por faixa salarial. Retirado de AZEVEDO e FAULHABER, 2015. p.71.

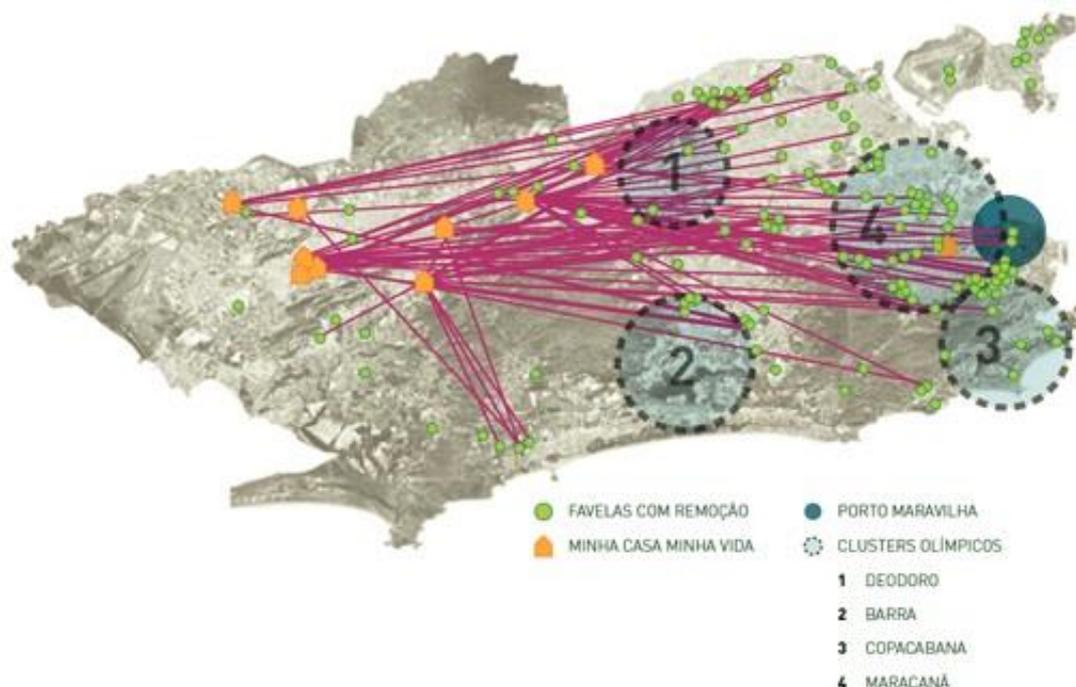
Todo o aparato jurídico desenvolvido durante os programas de regularização fundiária e todo o material legislativo estabelecido na Constituição Federal refere à Reforma Urbana vieram abaixo quando os interesses dos governos municipal, estadual e federal se voltaram novamente para as áreas periféricas. As remoções ocorreram em locais valorizados e estratégicos, já “protegidos” pelas Unidades de Polícia Pacificadora,

<sup>114</sup> O conceito de “autogestão urbana” no tocante à política habitacional é diferente do que utilizamos aqui como autogestão, sendo utilizado, segundo HENRIQUES e LAGO (2015, p.14), para se referir à “gestão de atividades produtivas e administrativas pelas organizações sociais, negociada com o Estado através do confronto de diagnósticos e projetos urbanos. A autonomia dos movimentos autogestionários é continuamente afirmada, ou não, no confronto com o Estado”. Além da menor radicalidade em relação a países como Uruguai e Argentina, a autogestão urbana no Brasil depende da correlação de forças entre os movimentos sociais, Estado e as empresas de construção civil. Grande parte dos conjuntos produzidos e geridos por movimentos de moradia e por sindicatos se encontram hoje nas fronteiras urbanas, carentes de serviços públicos. Ver LAGO, 2012.

<sup>115</sup> ROLNIK e NANAKO, 2009.

como toda a Zona Sul, a região do Maracanã e grande Tijuca, ou em áreas de milícias, como boa parte da Barra, Jacarepaguá e Madureira. Se deu ainda, e por meio de um padrão menos recorrente (ainda que em regiões distantes do centro, como a Favela do Esqueleto em seu tempo, já ocorressem remoções), nas fronteiras da cidade, como notadamente na Vila Autódromo<sup>116</sup>. As remoções, portanto, demonstraram mais claramente a heteronomia em que a população carioca está inserida, mas que só vêm à luz nos casos de exceção. Reafirmaram ainda, o padrão de estratificação socioespacial da cidade.

Como AZEVEDO e FAULHABER<sup>117</sup> nos demonstram nos dois mapas apresentados, o padrão de segregação característico do Rio de Janeiro se mantém. Se no início do século XX, o centro da cidade ainda servia de habitação para os setores populares, o quadro se alterou, e os subúrbios, então cortados pelas Estradas de Ferro na Zona Norte da cidade, passaram a abrigar estas classes e desenvolver sua própria formatação, espacial, política, econômica e cultural. Hoje, as fronteiras da cidade se encontram na Zona Oeste, onde não só estão os condomínios de luxo da Barra da Tijuca, mas também os empreendimentos populares como os da Minha Casa, Minha Vida. A Zona Oeste acaba se mostrando como o novo *locus* da disputa do poder do Estado e do Capital pelo espaço, e pelo modelo de cidade a ser implantado.



**Figura 7.** Mapa das Remoções. Retirado de AZEVEDO e FAULHABER, 2015. p.67.

No que tange à formatação do espaço urbano, podemos perceber padrões bem claros da política urbana na história da cidade. A Zona Sul da cidade conta com as poucas

<sup>116</sup> MENDES e COCCO, 2016.

<sup>117</sup> AZEVEDO e FAULHABER, 2015.

favelas que conseguiram resistir ao processo de remoção dos anos 60 e 70, como a Favela do Vidigal, assim como seu deu - ainda que de forma mais branda - com as favelas da grande Tijuca e Maracanã nos anos 50, como o Borel. As áreas mais valorizadas, como Leblon e a Lagoa Rodrigo de Freitas, contaram com forte investimento estatal em infraestrutura, se tornando local de moradia das classes mais abastadas, em outros locais da zona sul, como Copacabana, a desvalorização da moradia levou à inserção das classes médias. A zona norte, por sua vez, foi moldada pelos loteamentos que seguiam as formatações das linhas dos trens.

Como uma espécie de sub-centro o bairro de Madureira passou a abrigar boa parte dos que foram removidos no início do século XX, o que levou a região a contar com uma atividade cultural intensa, evidente nas organizações de samba, *hip-hop*, charme, funk, etc. A região da grande Leopoldina (como Penha, Olaria e Ramos), assim como a Ilha do Governador também puderam contar com suas próprias organizações políticas e culturais. As principais vias de acesso viário também representam o elo entre as organizações territorializadas de bairros. Todavia, a Zona Norte como um todo possui um vazio em investimentos que fomentem a utilização dos bens públicos, assim como um vazio na produção de espaços públicos que possibilitem novas organizações e processos deliberativos reais nestes territórios. Sua expansão durante os anos 90 e 2000 se deu em direção à Baixada Fluminense, processo intensificado a partir dos fluxos migratórios anos 50, com a abertura da Avenida Automóvel Clube e, finalmente, com a Linha 2 do Metrô, sendo aproveitados os trilhos da antiga Estrada de Ferro Rio d'Ouro.

Mapa Racial de Pontos: Cidade do Rio de Janeiro – Brasil

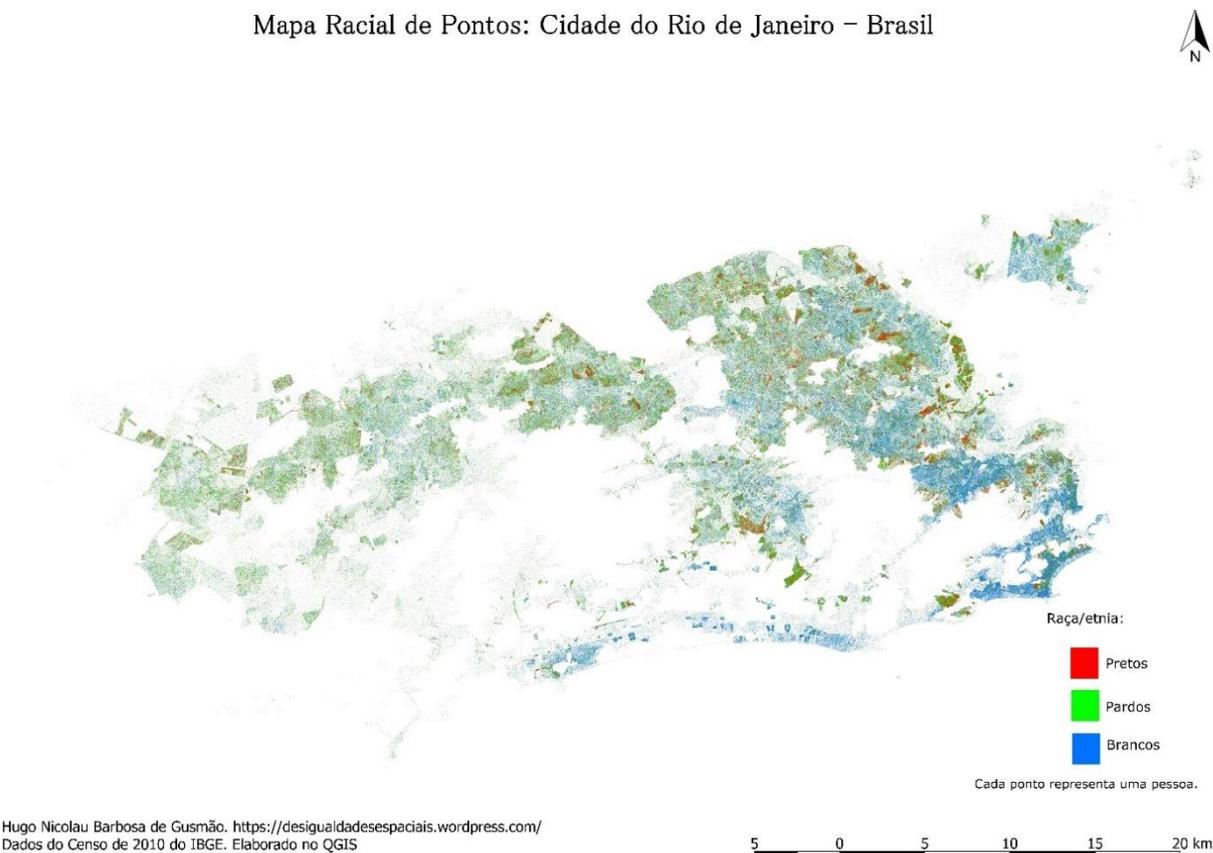


Figura 8. Mapa Racial de Pontos.

O mapa anterior mostra a permanência dos padrões históricos de segregação socioespacial por um viés não trabalhado nesta dissertação, para além da classe, o corte socioracial. Por meio deste podemos compreender a permanência da herança escravagista presente na forma da evolução urbana da cidade, perpassando pelas remoções forçadas e pela busca de trabalho nas regiões industriais, que atraía também mão-de-obra da região Nordeste do Brasil a partir da década de 50. Os subúrbios e favelas da cidade contam, não somente com uma herança histórica e cultural negra, como também, ainda que mais longínqua, a indígena. Estes traços culturais permeiam a vivência dos subúrbios e favelas, assim como suas próprias formas de se fazer política e suas próprias relações econômicas. A política estatal urbana remodelou e remodela estas características e nos informa sobre os locais onde vivemos e nos mobilizamos, ao mesmo tempo que, ao conhece-la, nos é permitido analisar perspectiva de *apropriação* destes territórios e fincar resistência.

O termo remete diretamente ao pensamento de Henri Lefebvre, situando-se no centro de seu pensamento sobre perspectivas de apropriação do espaço urbano pelo proletariado, democratizando a cidade. A Reforma Urbana teria um sentido revolucionário em permitir a “superação tanto das segregações que destroem a vida urbana, como da integração subordinada na sociedade de consumo dirigido que acabam gerando conformismo e passividade”<sup>118</sup>. A autogestão (o que sucinta a tarefa de explicitar de que tipo de autogestão estamos falando e de que forma a atingiremos) é a forma pela qual seus habitantes atingem uma participação ativa e real nesta realização do urbano. Com a finalidade de atingirmos o novo e imaginarmos alternativas concretas, procuramos aqui um enfoque nas possibilidades de ação em detrimento de sistemas - estruturalistas ou funcionalistas - acerca do desenvolvimento do meio urbano.

“O sistema está na moda, tanto no pensamento quanto nas terminologias e na linguagem. Ora, todo sistema tende a *aprisionar* a reflexão, a fechar os horizontes. [...] romper os sistemas, não para substituí-los por um outro sistema, mas para *abrir* o pensamento e a ação na direção de *possibilidades* que mostrem novos horizontes e caminhos. É contra uma forma de reflexão que tende para o formalismo que um pensamento que tende para a abertura trava o seu combate”<sup>119</sup>.

E ainda:

“Só o proletariado pode investir sua atividade social e política na realização da sociedade urbana. Só ele também pode renovar o sentido da sociedade urbana. Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem portanto a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do *homem urbano* para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, *apropriação*, valor de uso (e não

---

<sup>118</sup> OLIVEIRA, 2009. p.22.

<sup>119</sup> LEFEBVRE, 2001. p.9. Grifos do original

valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material”<sup>120</sup>.

Procuramos neste capítulo, não somente a reconstrução histórica das espacialidades periféricas do Rio de Janeiro, mas também, e principalmente, ensinar a autonomia como característica-chave para a defesa de um verdadeiro direito à cidade e da real execução da função social da cidade, por parte dos próprios movimentos sociais. É possível verificarmos, nesta reconstrução, como a política urbana se deu de forma amplamente heterônoma, como: nas reformas de Pereira Passos e na destruição dos cortiços, que obrigaram as classes populares a migrar para os subúrbios e construir as primeiras favelas nas áreas centrais; nas primeiras remoções de favelas e a construção de Parques Proletários precários e provisórios; na insistência no caráter provisório das favelas durante a República Nova; nas remoções, prisões e torturas dos militares, assim como a construção dos conjuntos habitacionais; e, por fim, na urbanização das favelas. Durante todo os momentos abordados, variando em gradação pelo nível da democracia representativa, os canais institucionais estiveram fechados para fazer valer os interesses dos principais concernidos nos caminhos da política urbana.

O fechamento dos canais institucionais não significa, todavia, que não ocorreu participação e a militância da UTF é a prova viva deste fato. Diferentemente do que pressupõe a política deliberativa das últimas décadas do século XX, participação não remete necessariamente a instituições democráticas. Como veremos mais à frente, a democracia está para além das instituições estatais, ainda que estas possam variar em graus de abertura em direção às vivências coletivas e opiniões populares. A República Nova mostrou claramente que o rótulo “democracia” não a impediu de manter as favelas precárias e provisórias. Como que por ironia, a participação de fato terminou quando os canais institucionais se abriram às associações de moradores, com José Arthur Rios, na cooptação das associações, - controle firmado por um termo de compromisso assinado pelas associações e a Coordenação de Serviços Sociais - e tornando possível a maior era de remoções da história da cidade.

O caráter propriamente político do Direito à Cidade se desnuda no momento que temos contato com leis que defendem o direito à propriedade, as Zonais Especiais de Interesse Social, a *usucapião*, e tudo isso cai por terra quando o interesse político e econômico se alteram. Nestes momentos de exceção se faz vital compreendermos que o componente político, quanto poder relacional, deve ser mantido pelos moradores e pelos movimentos sociais se quiserem ver seus direitos respeitados e/ou ampliados em longo prazo e com a radicalidade desejável. Por outro lado, a mobilização autônoma sempre existiu nos territórios periféricos da cidade, diferindo em termos políticos o grau de organização das formas populares de economia e política, por exemplo, na economia informal em economia coletiva.

---

<sup>120</sup> LEFEBVRE, 2001. p.140.

### 3. Território, Poder e Autonomia

“[...] Uma flor nasceu na rua!  
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.  
Uma flor ainda desbotada  
ilude a polícia, rompe o asfalto.  
Façam completo silêncio, paralise os negócios,  
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.  
Suas pétalas não se abrem.  
Seu nome não está nos livros.  
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde  
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.  
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.  
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.  
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”<sup>121</sup>.

Neste capítulo abordaremos as questões levantadas concernentes à autonomia, à heteronomia, ao poder e ao território, menos pelo viés da política urbana e mais pelas disciplinas da geografia e da filosofia política. Procuraremos utilizar instrumentos cognitivos acadêmicos para dar conta da complexidade das relações de forças expostas na formatação do espaço urbano do Rio de Janeiro. Estes instrumentos irão nos auxiliar na compreensão de como o Movimento das Comunidades Populares se insere no contexto heteronômico da cidade do Rio de Janeiro nos finais dos anos 80, procurando compreender suas perspectivas de construção de poder popular. Procuraremos analisar algumas abordagens que deram corpo ao conceito de autonomia, para compreendermos o que este significa e quais são suas possíveis utilidades. A seguir, procuraremos tornar tal conceito abstrato mais palpável ao abordarmos em relação ao território, que lhe confere uma natureza mais prática e inserida no espaço.

A inserção do MCP no Rio de Janeiro desencadeará elementos novos na dinâmica política dos movimentos sociais urbanos da cidade. Entre estes elementos, a novidade de uma ação voltada, não à disputa das estruturas já sedimentadas de poder, mas ao território e por meio de uma perspectiva popular, radical e participativa de democracia, calcada na ideia de autonomia das bases será o elemento principal de nosso estudo. É neste sentido que o método linha de massas se mostra um meio importante na mobilização do movimento social. A perspectiva de ação territorial se insere nas periferias urbanas da América Latina com força cada vez maior a partir dos anos 60, e será decisiva para os movimentos sociais urbanos com o êxodo rural a partir dos anos 70 e 80. A perspectiva de autonomia ligada ao território está vinculada diretamente às tradições indígenas de nossos ancestrais, retomada pelos movimentos do campo e

---

<sup>121</sup> ANDRADE, 2000.

passa a orientar as novas ondas de movimentos sociais nas últimas décadas do século XX<sup>122</sup>.

É voltando nossos olhares para a perspectiva autonômica ligada ao território que procuraremos compreender os hiatos deixados durante a compreensão das mobilizações periféricas na cidade, principalmente, no que tange à insuficiência do modelo democrático e perspectivas de radicalização da democracia. A autonomia, quanto componente essencial de qualquer perspectiva de participação, estará no âmago da proposta política de construção do poder popular do Movimento das Comunidades Populares, e será o eixo que fundamenta a mobilização da Comunidade Chico Mendes. Compreender estas questões teóricas situadas entre o entendimento da formatação heterônoma da cidade e a construção autonômica do poder popular na Comunidade Chico Mendes é a razão de ser deste capítulo.

### 3.1 Nuances e cores de autonomia

O conceito de autonomia remete à transformação na percepção de moralidade que passa a ocupar lugar na vida social, entre outros lugares, na Europa ocidental a partir do século XVI, e mais vigorosamente no século XVIII, e que encontra espaço hoje no bojo do nosso estilo de vida. Encontramos dificuldade de trazer à tona a autonomia quanto conceito manipulável, que pode estar presente na vida social em diferentes gradações, por sua assimilação filosófica nos preceitos contemporâneos. A autonomia pode estar ligada a um indivíduo, a um grupo, a uma comunidade, a um país (autodeterminação dos povos), pode estar ligada à cultura, à economia e à política. Está diretamente vinculada ao *meio* de se tomar uma decisão, ou seja, ao entendimento de que importa mais a liberdade de se fazer uma escolha que propriamente o resultado entregue.

A valorização do autogoverno individual, ou seja, o agir segundo as leis que o próprio indivíduo define para si mesmo - o que implica responsabilidade sobre seus atos - pode ser encontrada primeiramente na filosofia política de Immanuel Kant (1724-1804)<sup>123</sup>. A filosofia kantiana afirma que para agir segundo as leis morais precisamos seguir preceitos racionais inatos, inscritos na Razão a qual todos temos acesso. Deste modo, cada indivíduo deve procurar em si - e em suas capacidades racionais - as leis que orientarão suas ações, seguindo-as sem estar condicionado a ameaças externas. Segundo o autor, o problema das filosofias morais até sua época foi a tentativa de atrelar a obediência dos homens a preceitos externos, aos quais estes só seguiriam por estímulo ou constrangimento.

“Se agora lançarmos um olhar para trás sobre todos os esforços até agora empreendidos para descobrir o princípio da moralidade, não nos admiraremos ao

---

<sup>122</sup> ZIBECHI, 2015.

<sup>123</sup> Ainda que seja o resultado de um processo no qual inúmeros eventos e autores sejam parte, SCHNEEWIND (1999, p.32) aponta Kant como primeiro a defender a autonomia em seu “sentido forte”, e, portanto, responsável pelo que se pode chamar de invenção autonomia, ou seja, da moral quanto autogoverno.

ver que todos eles tinham necessariamente de falhar. Via-se o homem ligado a leis pelo seu dever, mas não vinha à ideia de ninguém que ele estava sujeito só à sua própria legislação, embora esta legislação seja universal, e que ele estava somente obrigado a agir conforme a sua própria vontade, mas que, segundo o fim natural, essa vontade era legisladora universal. Porque, se nos limitávamos a conceber o homem como submetido a uma lei (qualquer que ela fosse), esta lei devia ter em si qualquer interesse que o estimulasse ou o constrangesse, uma vez que, como lei, ela não emanava da sua vontade, mas sim que a vontade era legalmente obrigada por qualquer outra coisa a agir de certa maneira. Em virtude desta consequência inevitável, porém, todo o trabalho para encontrar um princípio supremo do dever era irremediavelmente perdido; pois o que se obtinha não era nunca o dever, mas sim a necessidade da ação partindo de um determinado interesse, interesse esse que ora podia ser próprio ora alheio. Mas então o imperativo tinha que resultar sempre condicionado e não podia servir como mandamento moral. Chamarei [...] princípio da **Autonomia** da vontade, por oposição a qualquer outro que por isso atribuo à **Heteronomia**. O conceito segundo o qual todo o ser racional deve considerar-se como legislador universal por todas as máximas da sua vontade para, deste ponto de vista, se julgar a si mesmo e às suas ações”<sup>124</sup>.

A autonomia individual alcança em Kant seu ponto alto, possibilitando ao indivíduo margens de atuação até então reprimidas. Cada indivíduo se torna responsável sobre suas próprias ações, que devem estar orientadas pelo princípio racional que Kant caracterizou como Imperativo Categórico: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”<sup>125</sup>. A moral individual de Kant se torna o espírito que anima o sistema político liberal dos finais do século XVIII, apontando para a responsabilidade dos indivíduos perante suas ações, por um lado, e negando toda capacidade de sedição ao soberano, pelo outro. A afirmação de que “não é possível nenhuma resistência ativa”<sup>126</sup> por parte dos súditos é regra básica do liberalismo antidemocrático em voga na Europa e em outras partes do mundo, como vimos no golpe republicano brasileiro<sup>127</sup>.

Ainda no campo liberal, a ação política individual se expande com a perspectiva de Desobediência Civil de Henry David Thoreau, que afirma a moralidade de desobedecer a leis injustas<sup>128</sup>. Thoreau convoca seus compatriotas norteamericanos à ação política de caráter pacífica e coletiva, para além do voto, ao pregar que não obedeçam às injustiças perpetradas pelo governo. A mensagem é bastante clara, se recusar a obedecer a ordens que não se concorda, se recusar a servir de engrenagem para um sistema que não defende, são características da única ação moral possível para

---

<sup>124</sup> KANT, 2007. p.75. Grifos do original.

<sup>125</sup> Ibidem. p.59.

<sup>126</sup> KANT, 2003. p.165.

<sup>127</sup> Ver Capítulo 2.

<sup>128</sup> THOREAU, 2012.

os amantes da liberdade. O *contrapoder* exercido pacificamente é a ação exaltada em seu pensamento, se situando nos limites entre o pensamento liberal e libertário.

“Se contássemos apenas com a verborrágica esperteza dos legisladores do Congresso para nos guiar, sem que ela fosse corrigida pela devida experiência e pelas queixas válidas do povo, a América deixaria de ocupar sua posição entre as nações. [...] A autoridade do governo, mesmo aquela a que estou disposto a me submeter - pois obedecerei satisfeito àqueles que sabem mais e fazem melhor do que eu, e em muitos casos mesmo àqueles que nem sabem tanto e nem fazem tão bem -, é ainda uma autoridade impura: para ser rigorosamente justa, ela deve ter a aprovação e o consentimento dos governados. Ele não pode ter sobre minha pessoa e meu patrimônio senão o direito que eu lhe concedo”<sup>129</sup>.

O pensamento de Thoreau provocou forte abalo no sistema político norteamericano e europeu dos meados do século XIX, e no resto do mundo dali em diante, como no pensamento anarco-cristão de Tolstói e sucessivamente na resistência não-violenta em Gandhi e Martin Luther King Jr. Com as reformas eleitorais de 1832 o liberalismo passou a consentir com os anseios da massa por voz e voto, e encontrou em John Stuart Mill seu célebre argumento intelectual. Seu raciocínio esteve preocupado em erigir um sistema em que fosse possível absorver o confronto político dos movimentos dos trabalhadores, pacificando a luta de classes institucionalmente e favorecendo a normalidade do sistema político. A democracia seria o sistema utilitariamente perfeito para que movimentos de competição ocorram de forma que se consiga desenvolver as capacidades individuais.

A preocupação com a autonomia - ou, liberdade positiva<sup>130</sup> - ocorre exatamente como salvaguarda do desenvolvimento das capacidades humanas por parte dos próprios indivíduos. O principal elemento de um bom governo é, portanto, a “melhoria de seu povo”<sup>131</sup>, sendo um modelo antagônico exemplar o despotismo esclarecido, no qual um governante, mesmo que bem-intencionado, tolhe o desenvolvimento autônomo de seu povo por procurar estabelecer os interesses destes sem provê-los de participação. A atividade de participar, portanto, representa um ganho por si mesma e é peça fundamental do desenvolvimento pessoal e comunitário, provendo capacidade cognitiva àqueles que estão incluídos nas decisões que lhes dizem respeito.

“Uma condição inerente aos assuntos humanos é a de que nenhuma intenção, por mais sincera que seja, de proteger os interesses dos outros pode tornar seguro ou salutar amarrar-lhes as mãos. Ainda mais obviamente verdadeiro é o fato de que apenas por suas próprias mãos podem as pessoas promover melhorias positivas e duráveis em suas condições de vida. Sob a influência conjunta desses dois princípios, todas as comunidades livres estiveram mais isentas de crimes e de injustiças sociais,

---

<sup>129</sup> THOREAU, 2012. p.35.

<sup>130</sup> Para a diferença entre liberdade positiva, em ser capaz de atuar, e negativa, de não ser impedido por um poder externo. Ver: BERLIN, 1969.

<sup>131</sup> MILL, 1981. p.30.

foram mais prósperas e mais brilhantes, sob todos os aspectos, do que quaisquer outras comunidades, ou mais do que elas mesmas depois que perderam sua liberdade”<sup>132</sup>.

A participação em Mill, todavia, é limitada, e pode facilmente ser equacionada ao voto. Ao defender o sufrágio universal como forma educativa de gerar responsabilidade e incluir sujeitos que ficaram de fora historicamente na abertura das reformas democráticas, como as mulheres e trabalhadores pauperizados, Mill não se referia à igualdade do voto. O autor era a favor do voto plural, ou seja, quanto maior a capacidade cognitiva de uma pessoa, maior peso na política representativa ela deveria possuir. O argumento foi largamente utilizado pelos liberais antidemocráticos, inclusive para deixar de fora, por exemplo, os analfabetos durante boa parte da história do sistema político representativo no Brasil. Suas concepções de autonomia e participação, ainda que possuam a qualidade de elucidar seus efeitos positivos no desenvolvimento individual e coletivo, eram extremamente limitados e serviram, em grande parte, para neutralizar as forças conflitantes no sistema político inglês à beira de um colapso nos momentos que se seguiram à Revolução Francesa.

O argumento da autonomia individual ainda encontrou ventos renovadores que a dotou de roupagem inédita no século XX. O egoísmo de Max Stirner rompia as premissas da filosofia hegeliana, ao mesmo tempo que aproveitava toda sua radicalidade para imprimir ao pensamento europeu toda uma gama de alternativas às linhas de raciocínio de sua época. Sua filosofia é radicalmente antiestatista e egoísta, conscientemente desconectada da promoção de grandes valores universais<sup>133</sup>. O egoísta não procura o bem do homem como espécie, nem da humanidade no geral, mas sim, o seu próprio bem, como sujeito encarnado, de carne e osso e com suas próprias particulares, que não podem ser vislumbradas e nem satisfeitas pelos grandes pensamentos universalistas. Há uma ruptura com o pensamento teleológico, que segundo o autor, bebe da fonte do pensamento cristão<sup>134</sup> e levaria o indivíduo - antes, naturalmente egoísta - a almejar interesses alheios e a se distanciar de si próprio.

O ponto que nos interessa do egoísmo de Max Stirner é sua preocupação em salientar que os interesses dos indivíduos não podem ser efetivamente realizados promovidos por pessoas alheias a estes, por mais que estas sejam bem-intencionadas. A libertação só existe quanto *autolibertação* e ocorre quando o indivíduo, encarnado, se volta para sua própria originalidade, dotado de seu próprio poder, lhe possibilitando a conquista real - e não outorgada - de seus direitos. A única garantia que seus direitos serão respeitados doravante é o seu próprio poder, sua originalidade: os direitos concedidos representam os direitos do Estado, e não do indivíduo.

---

<sup>132</sup> MILL, 1981. p.33.

<sup>133</sup> STIRNER, 2004.

<sup>134</sup> A crítica do pensamento cristão quanto emanado de fraquezas anti-humanísticas possui no ateísmo humanista de FEUERBACH (2007) a figura chave de sua influência na filosofia hegeliana e no pensamento moderno em geral.

“A minha liberdade só será perfeita quando for o meu... poder; mas, tendo este, deixo de ser simplesmente livre e passo a ser «proprietário-de-mim» (Eigener). Por que razão a liberdade dos povos é uma «palavra oca»? Porque os povos não têm poder! [...] O poder é uma bela coisa, e útil em muitas situações; porque «com uma mão-cheia de poder vai-se mais longe do que com um saco cheio de direitos». Desejais muito a liberdade? Sois tolos! Se tornásseis poder, a liberdade vinha por si. Senão vejam: quem tem o poder «está acima da lei». [...] o que significa uma liberdade oferecida ou imposta? Não se reconhece, em toda a amplitude da palavra, que toda a liberdade é essencialmente... autolibertação, ou seja, que o eu só pode ter a liberdade que eu for capaz de obter pela minha singularidade própria [...] uma vez que só a liberdade que se conquista”<sup>135</sup>.

Notemos que apesar de Max Stirner ser o principal campeão do que foi chamado de anarquismo individualista nas últimas décadas do século XIX, e, portanto, diz pouco a respeito do anarquismo que interessa ao Movimento das Comunidade Populares, sua concepção de *poder quanto única salvaguarda da liberdade* é exatamente a mesma que utilizamos aqui. A originalidade dos indivíduos o levam diretamente ao choque com o Estado - o qual tolhe o completo desenvolvimento dos indivíduos - e à procura pela formação de uma “união dos egoístas” onde todos se relacionam voluntariamente, e somente enquanto tal, em sua originalidade completa. Portanto, a teleologia do pensamento hegeliano, ligada a um despertar da consciência de si também está presente no pensamento do autor. A voluntariedade das relações pessoais se mostrou importante para as perspectivas de autogestão que irão se desenvolver nas linhas de pensamento que o sucederam.

Ainda no campo do anarquismo - e contrariamente a Stirner, ligado aos movimentos dos trabalhadores - Joseph-Pierre Proudhon pôde ser pioneiro a advogar relações econômicas horizontais entre os trabalhadores, logo, relações autogestionárias. A autonomia e a recusa em fundamentar o funcionamento de estruturais hierárquicas em Proudhon, se dá em nível econômico, por meio do mutualismo, e em nível político, por meio das federações de produtores<sup>136</sup>. Através da posse dos instrumentos de trabalho pelos próprios trabalhadores, ter-se-ia uma igualdade condições e estes encontrariam seu esforço convertido diretamente em valor de troca. A anarquia seria nada menos que uma federação entre produtores e consumidores.

Dentro do campo do anarquismo, Piotr Kropotkin talvez seja o autor com uma teoria social e revolucionária melhor acabada, e de maior relevância as questões colocadas. O autor é responsável pelo desenvolvimento da corrente anarco-comunista e influenciou diretamente propostas revolucionárias do século XX como a Revolução Espanhola, por meio de Diego Abad de Santillán<sup>137</sup>, a Revolução Chinesa, influenciando o próprio Mao-Tsé Tung e a Revolução Mexicana, por intermédio dos irmãos Magón. Em

---

<sup>135</sup> STIRNER, 2004. p.135 e 136.

<sup>136</sup> PROUDHON, 1975.

<sup>137</sup> SANTILLÁN, 1980.

sua concepção, toda a riqueza produzida pela sociedade é coletiva, por conta das relações complementares que os produtos do trabalho possuem, porém, é apropriada por alguns poucos, que representam a elite de cada Estado. Conseqüentemente, a construção de uma sociedade igualitária e horizontalizada passa pela *reapropriação* das riquezas pelos trabalhadores. O processo da revolução social se situa para além da transformação dos locais de trabalho e procura gerir toda a sociedade por meio de estruturas horizontais de comando, onde tudo seria de todos<sup>138</sup>.

Vimos até aqui a autonomia presente em arcabouços teóricos liberais e libertários. No campo do marxismo o conceito se fez presente na perspectiva conselheira nas primeiras décadas do século XX, e permeou o debate dos anos 60 e 70. A necessidade autônômica se fez presente nas Revoluções na Hungria em 1956, e em Praga, 1968, ambas suprimidas pelo governo central soviético. A crítica à burocratização que vian ocorrendo nos Partidos Comunistas e o afastamento destes em relação ao povo foram temas do livro “Citações do Presidente Mao Tsé-Tung”, ou o Livro Vermelho, o qual apontava para a necessidade das lideranças revolucionárias ouvirem os anseios dos trabalhadores - ou os não-reacionários - e aprenderem com estes. Ainda que insuficiente para ser considerado uma corrente próxima ao pensamento libertário, o maoísmo trouxe à tona debates fundamentais em face ao leninismo e ao foquismo sobre a necessidade de estar junto ao povo, com ele viver e se mobilizar.

“Para ligar-se às massas, importa agir de acordo com as necessidades e aspirações das massas. Todo o trabalho feito para as massas devem partir das necessidades dela, e não do desejo desse ou daquele indivíduo, ainda que bem intencionado. Acontece frequente vezes, que as massas precisam de certas mudanças mas, subjetivamente, não estão ainda conscientes dessa necessidade, não a desejam. Nesse caso, devemos esperar pacientemente. Não devemos realizar tal mudança senão quando, em virtude do nosso trabalho, a maioria das massas se tenham tornado consciente dessa necessidade e esteja desejosa de realizá-la. Enquanto as massas não estão conscientes e desejosas, toda a espécie de trabalho que requer a sua participação resulta em mera formalidade e termina num fracasso”<sup>139</sup>.

Parece um avanço mínimo diante do caminho da autonomia, porém, diante da dependência das vanguardas e do Partido sobre a égide do leninismo, o Método Linha de Massas representou um avanço significativo diante do trabalho de base conjuntamente ao que se chama de base, ou de massa. Em Lênin a classe operária, por si mesma, “não pode chegar senão à consciência sindical”<sup>140</sup> dependendo de intelectuais organizados em torno do Partido para dotá-la da real consciência revolucionária. Por outro lado, o leninismo foi a ideologia base da União dos Trabalhadores Favelados, e é também uma das ideologias que anima a mobilização do MCP. O Movimento das Comunidades Populares procura a utilização prática destas ideologias, extraíndo seus

---

<sup>138</sup> KROPOTKIN, 1953.

<sup>139</sup> TSÉ-TUNG, 2012.

<sup>140</sup> LÊNIN, 1902. p.16.

acúmulos e aproveitando o que é bom, útil<sup>141</sup>. Não há uma relação abstrata com as ideias desenvolvidas pelos diversos intelectuais do século XX, suas teorias são aplicadas na medida que significam avanço no campo prático da mobilização social.

É por esta preocupação que busca-se o Método Linha de Massas utilizado pelo MCP, se tratando de uma “proposta de relação base-direção maoísta através da qual enfatiza-se a necessidade de pesquisar as necessidades da base para elaborar uma proposta de ação e confirmá-la, avaliando continuamente se corresponde aos anseios do grupo”<sup>142</sup>. O maoísmo influenciou todo o movimento progressista e popular da Igreja durante a segunda metade dos anos 60, como o Movimento de Evangelização Rural (MER)<sup>143</sup>, levando-o a “partir das necessidades da população e das decisões que ela toma. Pesquisar, arrumar, devolver, planejar e avaliar com o povo suas ações”<sup>144</sup>.

Ainda dentro do campo do pensamento marxista, a corrente que talvez tenha mais favorecido o conceito é o autonomismo de Cornelius Castoriadis (1922-1997). Sua concepção de autonomia seguiu a linha de raciocínio dos conselhistas na qual a auto-organização dos trabalhadores em unidades autônomas (como os soviets) é central para a radicalidade necessária da revolução. Anton Pannekoek influenciou diretamente a dissensão trotskista através de seu debate sobre centralização burocrática e autonomia dos trabalhadores, com Cornelius Castoriadis, então membro do movimento francês Socialismo & Barbárie<sup>145</sup>. Acreditamos que sob sua concepção, a autonomia tenha seu arcabouço mais acabado, quanto conceito que pode auxiliar-nos na reflexão sobre a necessidade dos movimentos sociais urbanos em ser os autores de sua própria mobilização.

Castoriadis apresenta por meio de seu “projeto de autonomia” - ainda que sob fortes traços eurocêntricos<sup>146</sup> - o conceito autônômico quanto meio e fim na construção de uma sociedade onde os indivíduos possuam clara capacidade de participação nos mecanismos de poder e em sua autoinstituição. Os indivíduos “são feitos, ao mesmo tempo que eles fazem e refazem, pela sociedade cada vez instituída: num sentido, eles são a sociedade”<sup>147</sup> este processo instituinte pode ser maior ou menor, na medida em que a sociedade esteja mais aberta à crítica e à sua reinstituição, assim como à participação dos cidadãos na execução dos poderes explícitos. Este grau participação e capacidade de reinstituição da sociedade pelos indivíduos confere o grau de autonomia

---

<sup>141</sup> SILVA, 2016.

<sup>142</sup> PENNA, 2016. p.131.

<sup>143</sup> Assim como a JAC (Juventude Agrária Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica), como veremos a partir do capítulo 4. Sobre o movimento da Ação Popular no Rio de Janeiro ver nota 88.

<sup>144</sup> JVC, março de 2011. p.4.

<sup>145</sup> CASTORIADIS e PANNEKOEK, 1979.

<sup>146</sup> O autor situa o início do projeto de autonomia na sociedade democrática da *Pólis* grega, e seu ressurgimento com a constituição, ou emergência, do Ocidente “depois de um eclipse de quinze séculos”, CASTORIADIS (1992, p.19). Como veremos em GRAEBER (2014) os principais valores que norteiam a tradição literária ocidental foram frequentemente utilizados em outros sistemas-mundo e não podem ser tomados como particularidade de alguma cultura especificamente.

<sup>147</sup> CASTORIADIS, 1992. p.123.

individual e coletiva - as quais nunca se encontram separadas - atingidas em uma determinada sociedade.

"A denegação da dimensão instituinte da sociedade, a recuperação do imaginário instituído, condiz com a criação de indivíduos absolutamente conformes, que vivem e se pensam na repetição [...], cuja imaginação radical é reprimida o mais possível: indivíduos que quase não são verdadeiramente individuados. [...] O próprio termo de "legitimidade" da dominação aplicado a sociedades tradicionais é anacrônico (e eurocêntrico, ou sinocêntrico). [...] A tradição significa que a questão da legitimidade da tradição não será colocada. A autonomia surge, como germe, assim que a interrogação explícita e limitada se manifesta, incidindo não sobre fatos mas sobre as significações imaginárias sociais e seu fundamento possível. Momento de criação, que inaugura não só outro tipo de sociedade, mas também outro tipo de indivíduos. Eu falo exatamente de germe, pois a autonomia, tanto social como individual, é um *projeto*".

Continua:

"Autonomia: auto-nomos (dar-se a, si mesmo suas leis). Precisão quase não necessária, depois do que foi dito sobre a heteronomia: sabendo o que fazemos. Surgimento de um eidos novo na história do ser: um tipo de ser 'que se dá si mesmo', reflexivamente, suas leis de ser. Essa autonomia não tem nada em comum com a "autonomia" kantiana, por múltiplas razões. Basta aqui mencionar uma delas: para essa autonomia, não se trata de descobrir, numa Razão imutável, uma lei que ela se daria de uma vez por todas - mas sim de questionar a lei e seus fundamentos. E essa autonomia não deve ficar fascinada por essa interrogação, mas fazer e instituir (portanto também, dizer). A autonomia é o agir reflexivo de uma razão, que se cria num movimento sem fim, como ao mesmo tempo individual e social"<sup>148</sup>.

Assim, sua busca se dá pela construção de uma sociedade autônoma onde os indivíduos tenham plenas capacidades de autogestão desta. O poder é uma característica da própria sociedade, não há sociedades sem poder, ainda que hajam sociedades sem Estado<sup>149</sup>. Logo, se não podemos eliminar o poder da sociedade, o que melhor podemos realizar é o seu acesso pelos indivíduos autônomos, no seio de uma sociedade constituída autonomamente, com condições de autoinstituição permanente de suas bases. O caminho em direção a uma tal sociedade requer "ganhos de autonomia"<sup>150</sup>, e, portanto, empoderamento dos múltiplos protagonistas marginalizados, que possibilitem a abertura real à autogestão no seio de uma sociedade heterônoma. A autonomia se vê diretamente ligada, portanto, à capacidade de gerir responsabilmente as próprias decisões e o próprio meio em que estão imersas as

---

<sup>148</sup> CASTORIADIS, 1990. p.139 e 140.

<sup>149</sup> Ver CLASTRES, 2004.

<sup>150</sup> Ganhos mais modestos e táticos que servem para acumular forças e conscientizar, SOUZA (2006, p.111). O autor se refere, portanto, a atingir "graus de autonomia" maiores, no sentido de tornar possível a conquista de maior participação num próximo passo da ação política, buscando se desvencilhar da compreensão essencialista de conquista da autonomia como simples questão de "tudo ou nada", ainda presente em Castoriadis (Ibidem, p.84). Contrariamente, "graus de heteronomia" seriam gradações de uma determinada sociedade com seu fechamento à expressão instituinte de seus habitantes.

pessoas. Se refere à uma *habilidade* a ser desenvolvida conforme a própria prática, individual e coletiva.

O conceito volta ao centro da cena política internacional durante os anos 90, por conta de uma (re)valorização de práticas libertárias ocorrida no seio dos chamados “novos movimentos sociais” de “segunda geração” Juntamente com a revolução de práticas como a autogestão e a horizontalidade, ocorre também uma decidida valorização da *espacialidade*<sup>151</sup>. Em grande medida, essa “virada” ocorrida durante os anos 90 pode ser atribuída ao sucesso do levante zapatista de 1994 em Chiapas. A ideologia zapatista se dá historicamente a partir da necessidade dos irmãos Magón em adaptar o anarquismo urbano às tradições assembleárias ancestrais indígenas. É nesta ideologia que o conceito de autonomia atingirá cores e nuances mais vivas e vigorosas, dotadas de práticas milenares de um povo em rebeldia e que passa a se autogerir através de Conselhos, Municípios Autônomos e dos *caracoles*<sup>152</sup> numa mescla de instrumentos de democracia representativa e direta.

Ainda que beba fortemente da influência anarco-comunista do magonismo, assim como de guerrilhas maoístas, o zapatismo procurou não se desvencilhar das práticas tradicionais, reinventando tradições teóricas e vivendo sob as cosmovisões de seus povos. Podemos tomar zapatismo quanto o contrário da guerrilha, voltando-se, não à tomada das estruturas de poder, mas na liberação de territórios - seguido pela retirada cada vez maior de seu exército na gestão destes - na direção de uma vida livre e autônoma para seu povo<sup>153</sup>. Para além da experiência triunfal dos zapatistas, o mundo contemporâneo ainda recebeu duas fortes influências autonômicas: o autonomismo de Castoriadis influenciou a construção de assembleias populares locais e as “prefeituras rebeldes”<sup>154</sup> na Espanha; enquanto o “municipalismo libertário” de Bookchin levou à mudança radical do PKK em direção ao “confederalismo democrático” na Revolução de Rojava<sup>155</sup>.

### 3.2 O significado do território para a mobilização periférica

Uma ciência social engajada não pode ignorar o espaço quanto categoria privilegiada sobre o real. O pensamento filosófico alheio ao espaço pode facilmente se perder em categorias abstratas em detrimento da realidade prática dos povos, se tornando alheio - e mesmo, confortavelmente contrário - às necessidades da população que o circunda. O “espaço mental” neokantiano ou neo-cartesiano acaba se reduzindo à reflexão egocêntrica do intelectual especializado<sup>156</sup>. O pensamento, portanto, precisa estar inscrito no espaço e no real. O espaço é categoria de suma importância para a ciência social, não quanto um meio vazio, conceito geométrico, mas quanto prática

---

<sup>151</sup> SOUZA, 2012. p.25. Ver nota 3.

<sup>152</sup> ORNELAS, 2005.

<sup>153</sup> SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 2008.

<sup>154</sup> PERRENOT e SLONSKA-MALVAUD, 2017.

<sup>155</sup> BOOKCHIN, 2003.

<sup>156</sup> LEFEBVRE, 2006. p.47.

espacial, que influencia, formata e configura também as relações sociais. O espaço não pode ser tomado como mero produto das relações sociais, mas, deve ser percebido quanto condicionador destas relações<sup>157</sup>, assim como das relações políticas, culturais e econômicas.

No Rio de Janeiro, assim como em outras cidades da América Latina, o território significa um elemento fundamental na estratégia de resistência contra a invasão e o domínio escravocrata europeu. Tanto a resistência pelas aldeias indígenas que margeavam a Baía de Guanabara, quanto pelos quilombos por todo o interior da província influem sobre a necessidade histórica de resistência no próprio território quanto estratégia principal às incursões do Estado e do Capital<sup>158</sup>. A dimensão *espacial*, por conseguinte, está no centro da política, tanto no aspecto da dominação quanto da emancipação. O território, percebido quanto espaço imbuído de relações de poder, é palco central para as dominações espaciais engendradas pelo Estado e pelo Capital a partir dos anos 90. A mesma estratégia de homogeneização dos campos, através dos maquinários e uso de agrotóxicos, passa ser utilizado nas cidades, atacando tudo o que resta de diferente.

O espaço urbano é palco privilegiado de controle capitalista negativo e positivo, ou seja, tanto de segregação das formas livres e indesejáveis - para este - de vida, quanto de produção e de acúmulo de capital. A *financeirização* da habitação, a construção de condomínios fechados em locais remotos, a construção de muros em favelas e a construção de arranha-céus<sup>159</sup> nas áreas centrais são resultados estratégicos. A habitação passa a ser vista por seu aspecto único e mercadológico de valor financeiro, enquanto a cidade perde seu valor originário quanto *locus* privilegiado do processo político democrático e do encontro pessoal para se tornar um meio para o “desenvolvimento” e para a acumulação capitalista. Tudo o que foge da cidade quanto mercadoria é perseguido e forçado a obedecer seus preceitos, seja se adaptando às regras do jogo, seja sendo removido pela gentrificação ou pela remoção forçada.

“Na linguagem contratual das finanças, os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia da perpetuidade da propriedade individual é uma condição. Desta forma, enlaçam-se os processos de expansão da fronteira da financeirização da terra e da moradia com as remoções e deslocamentos forçados”.

---

<sup>157</sup> SOUZA, 2006. p.109.

<sup>158</sup> Nossas raízes étnicas estão inseridas também nos territórios atuais. Além dos quilombos que se tornaram favelas, ver CAMPOS (2007), é importante citarmos que os indígenas se tornaram os pobres da cidade e seus descendentes habitam hoje os principais ‘complexos’, ideia exposta por URUTAU, em entrevista realizada durante a monografia para conclusão da graduação do autor, ver REBOUÇAS, 2014.

<sup>159</sup> Basta pensarmos no peso que a construção das *Trump Towers* - de capital pertencente ao atual presidente norteamericano - e na conseqüente valorização capitalista da área - na região da Leopoldina teve para a expulsão da ocupação Quilombo das Guerreiras (que abrigou mais de cem famílias entre 2006 a 2013, época em que a região do porto estava completamente abandonada) na Avenida Francisco Bicalho, e que, por sinal, se encontra até o presente momento sem uso.

E ainda:

“A crença de que os mercados podem regular a alocação da terra urbana e da moradia como forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e “criativos” vinculados ao financiamento do espaço construído, levou as políticas públicas a abandonar os conceitos de moradia como um bem social e de cidade como um artefato público. As políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riquezas, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza. Esse processo resultou na despossessão massiva de territórios, na criação de pobres urbanos “sem lugar”, em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além de ter ampliado significativamente a segregação nas cidades”<sup>160</sup>

Já a palavra desenvolvimento, empregada acima, se encontra tão sempre eivada de economicismo, teleologia e etnocentrismo que não precisava mais de seu complementado quanto econômico. Seu emprego corriqueiro, todavia, não justifica descartá-la quanto conceito válido à emancipação. Enquanto vivermos em uma sociedade radicalmente injusta, desigual e opressora fará sentido falarmos em implementar mudanças para melhor, retirando o econômico quanto desenvolvimento do capital do centro do conceito. Por um prisma radicalmente alternativo, “desenvolvimento” passa a não ser mais crescimento modernização. Podemos toma-lo a partir de então quanto mecanismo de “superar a heteronomia e conquistar cada vez mais e mais autonomia”<sup>161</sup>. É no sentido de promover, não só o desenvolvimento das relações humanas em direção a uma maior justiça social, mas também a autonomia das pessoas e nos lugares, que Marcelo Lopes de Souza se refere ao desenvolvimento sócio-espacial no seio da sociedade heterônoma.

“A autonomia, em seu sentido radical, é, [...] não uma visão normativa a orientar a edificação de uma “sociedade perfeita”, harmônica e idílica, nos moldes da sociedade comunista marxiana. Uma sociedade basicamente autônoma que venha a ser conquistada no futuro não estará livre de injustiças e imune a retrocessos e tragédias [...] mas, sim, conterá instituições que garantam, em um sentido profundo, uma permanente abertura à questão da justiça das leis e das decisões. Uma sociedade heterônoma tenderá a produzir uma espacialidade heterônoma, a despeito dos enfrentamentos e dos movimentos de resistência que se derem em seu interior, e que, muitas vezes, de uma forma ou de outra, deixarão suas marcas no espaço; já a uma sociedade autônoma corresponderá, evidentemente, uma espacialidade autônoma. Conquistar relações sociais menos heterônomas implica conquistar uma ancoragem das novas relações em uma espacialidade que as estimule e agasalhe”.

E continua:

---

<sup>160</sup> ROLNIK, 2015. p.13, 14 e 15.

<sup>161</sup> SOUZA, 2006. p.108.

“A criação de institucionalidades e rotinas que favoreçam a participação popular, uma maior justiça social e uma melhor qualidade de vida exige uma “especialização” adequada, em matéria de malha territorial, de formas espaciais (locais de assembleia e reunião, por exemplo) de incorporação e valorização de sentimentos de lugar, de eliminação de signos opressores (racistas, sexistas, de classe) inscritos na paisagem... O espaço produzido carrega uma força de inércia em si, tanto material [...] quanto simbólica. [...] É muito difícil, e, no limite, impossível fazer desabrochar novas relações sociais sobre o solo árido e pedregoso das formas espaciais e das malhas territoriais heterônomas, construídas e implementadas por e para *esta* sociedade, capitalista”<sup>162</sup>.

Voltados muito mais para o protagonismo dos movimentos sociais e dos ativismos de bairro, e bem menos à capacidade das institucionalidades para seu fomento, percebemos a construção de espacialidades autônomas exatamente no sentido do poema inicial de Drummond quanto ao nascimento de uma flor no meio do sujo asfalto. A formação destas espacialidades representa a esperança em ganhos de autonomia significativos dentro da sociedade de heteronomia tão arraigada quanto a que vivemos. Diante de uma cidade marcada por espacialidades tão severamente heterônomas faz-se necessária a ação de um movimento extremamente organizado e solidificado para apresentarmos um exemplo prático de construção destes espaços autônomos. Acreditamos que este é o caso da Comunidade Popular Chico Mendes.

O florescimento autônomo, ou seja, a criação de espaços autônomos e autogeridos permite a organização do que já existe quanto laços de solidariedade e de relações econômicas informais. O que não significa tratar o periférico quanto precário, fazê-lo seria reificar a unidimensionalidade do econômico sobre a vida urbana, o que característico da colonização capitalista do espaço, como mencionado acima. O território periférico só existe em relação a algum outro central, e, portanto, se mostra relativo ao prisma do ator político - e exatamente por isso não procuramos delimitar fisicamente o que viemos chamando de periférico, utilizando vagamente as expressões subúrbios e favelas. Os próprios subúrbios e favelas são espaços radicalmente heterogêneos, fato que muitas vezes impossibilita generalizações, e não podem ser tomados de forma idílica, nem por suas carências em relação ao centro.

As relações do mundo popular são marcadas pela solidariedade e pela reciprocidade - o que vimos muito bem no campo da autoajuda durante o capítulo 2 -, suas necessidades sócio-espaciais representam não somente carências, como também potencialidades. Para Coraggio, é possível elencar três setores econômicos: primeiro, da Economia Pública, que requer “formas estatais e/ou sociais de planificação, regulação e coordenação adicionais ao mercado”<sup>163</sup> e possui a função de redistribuição progressiva para garantir a coesão social e a governabilidade. Segundo, o da economia privada empresarial, composta por empresas mercantis que buscam o lucro e a competição no

---

<sup>162</sup> Ibidem. p.112

<sup>163</sup> CORAGGIO, 2009. p.14. Tradução livre: “formas estatales y/o sociales de *planificación, regulación y coordinación*”.

mercado, podendo adentrar no universo popular por meio de relações assimétricas por parte de Organizações Não-Governamentais e outras “fundações”.

A economia popular, quanto terceira forma do esquema, representa os trabalhadores cujas unidades domésticas dependem da combinação de produção de *satisfatores* de consumo doméstico e bens ou serviços para a venda no mercado, com a venda de sua força de trabalho em troca de um salário. Ainda que a relação interna das unidades domésticas se dê por relações de dom simétrico<sup>164</sup>, ou seja, de reciprocidade, a “solidariedade não é o comportamento social próprio, nem sequer predominante entre as unidades domésticas ou entre as comunidades da economia popular realmente existentes”<sup>165</sup>. Cooperativas, associações e redes de ajuda mútua são necessárias para que se atinja um projeto político-cultural com outra racionalidade, para além do individualismo e da solidariedade intra unidades domésticas, mas entre estas e entres as comunidades. A construção desta solidariedade mais abrangente orienta o projeto de “regionalização transformador” do autor<sup>166</sup>.

Os chamados satisfatores, por sua vez, são os elementos histórico-estruturais que respondem às necessidades humanas universais básicas como: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Qualquer necessidade fundamental não suprida revela uma pobreza humana. Estas necessidades representam não somente carências, mas também potências no ponto em que podem se tornar um *motu* suficiente para incentivar a luta por direitos<sup>167</sup>. Portanto, a possível leitura da necessidade quanto fracasso acaba possibilitando a imposição de bens histórico conjunturais aos atores, que por muitas vezes possuem outro tipo de carência, no que tange nossa abordagem, muitas vezes a da participação, da identidade e da liberdade. As necessidades, por sua vez, não são lineares, mas sistêmicas, e a obtenção de uma - como proteção ou afeto - pode levar a obtenção das outras. A leitura da periferia quanto falta é legitimidade necessária para a intervenção unilateral por parte do Estado, por exemplo, no caso da habitação: produzindo remoções ou urbanizações em nome das necessidades dos próprios moradores.

O desenvolvimento do ser humano, e do que o autor chama por “economia humanista” passa por compreender a satisfação das necessidades, não pela simples construção de artefatos, como que por um viés produtivista sem sentido, e como se a

---

<sup>164</sup> A característica do dom remete diretamente à teoria de Marcell Mauss, na qual distinguimos entre dons simétricos aqueles em que ocorrem contato pessoal e ganhos mútuos na mesma proporção, não ocorrendo clara diferença de poder (econômico, cultural, político, social, etc) entre os indivíduos. Os dons assimétricos, todavia, representam relações verticais de poder, no qual um dos lados renuncia sua autonomia para obter ganhos materiais de uma autoridade, que pode representar o Estado, reis, deuses, etc. CAILLÉ, 2002.

<sup>165</sup> CORAGGIO, 2009. p.12. Tradução livre: “la solidaridad no es el comportamiento social propio ni siquiera predominante entre las unidades deomésticas o entre las comunidades de la economía popular realmente existente”.

<sup>166</sup> Este acredita nas formas de regulação constitucional - como nas constituições boliviana e equatoriana - de lógicas antagônica que respeite as diferentes territorialidades e que permita o que o autor nomeia de “regionalização transformadora”. CORAGGIO, 2009. p.22. Para seu esquema completo ver Anexo 4.

<sup>167</sup> MAX-NEEF, 2003. p.41.

satisfação das necessidades humanas fosse mero resultado da produção de bens de consumo, mas em pensar “formas de organização econômica em que os bens potenciem satisfatores para viver as necessidades de maneira coerente, sã e plena”<sup>168</sup>. Portanto, a liberdade e a participação do ser humano - o que aqui chamamos de autonomia - na própria elaboração e implementação destes satisfatores se faz primordial para se estabelecer uma economia onde o ser humano - e não, o lucro ou o poder hierarquizado - esteja no centro. O território é determinante na elaboração livre e participativa dos próprios concernidos na forma e conteúdo de como realização a satisfação de suas necessidades. Formas autônomas de vida requerem este poder de escolha, que se dê livremente e coletivamente.

O que podemos verificar, portanto, é que para além da sobrevalorização dos mecanismos constitucionais de Coraggio e sua subestimação da solidariedade já existente no mundo popular há uma infinidade de relações de solidariedade e reciprocidade alheias à lógica do capital já existentes no seio do mundo popular e, em maior ou menor grau, nos territórios periféricos. As populações já lidam com suas necessidades de forma a construir seus próprios satisfatores, e suas próprias formas de lidar com suas carências - transformando-as em potência. Ao invés de um ambiente inóspito (como o das cidades em geral), o florescimento de espaços autônomos ocorre em ambientes já marcados por relações solidárias e recíprocas, embora, menos organizadas. O que move estas comunidades é exatamente a procura por formas populares de economia, as quais ao somarmos organização à necessidade e à vontade, podemos obter formas autogestionárias, comunitárias e coletivas de economia.

Por sua vez, o Estado, em associação ao capital, acaba entrando nestas comunidades, como vimos nos diversos exemplos citados até agora, muitas vezes na busca por satisfazer as necessidades de seus moradores, sem respeitar as formas de vida populares, sua participação e sua liberdade. Este acaba produzindo a homogeneização do espaço<sup>169</sup>, do tempo<sup>170</sup>, das relações sociais e culturais por não procurar reproduzir a heterogeneidade presente nestes locais.

“O espaço o arrasta segundo o esquema hegeliano. Esse Estado moderno se põe e se impõe como centro estável, definitivamente, de sociedades e espaços (nacionais). Fim e sentido da história, como entrevira Hegel, ele achata o social e o “cultural”. Ele faz reinar uma lógica que põe fim aos conflitos e contradições. Ele neutraliza o que resiste: castração, esmagamento. [...] Entretanto, as forças fervilham nesse espaço. A racionalidade do Estado, técnicas, planos e programas, suscita a contestação. A violência subversiva replica a violência do poder. Guerras e revoluções, fracassos e vitórias, confrontos e distúrbios, o mundo moderno corresponde à visão trágica de Nietzsche. A normalidade estatista também impõe a

---

<sup>168</sup> MAX-NEEF, 2003. p.51. Tradução livre: “economia humanista [...] formas de organización económica em que los bienes potencien satisfatores para vivir las necesidades de manera coerente, sana y plena”.

<sup>169</sup> LEFEBVRE, 2006. p.45.

<sup>170</sup> Segundo SIMMEL (2005, p. 580) a técnica da vida na cidade grande “não é concebível sem que todas as atividades e relações mútuas tenham sido ordenadas em um esquema temporal fixo e suprasubjetivo”, o tempo é categoria central para a acumulação capitalista na vida urbano.

perpétua transgressão. [...] As forças fervilhantes destampam a panela: o Estado e seu espaço. As diferenças jamais disseram sua última palavra. Vencidas, elas sobrevivem. Elas se batem, às vezes ferozmente, para se afirmar e se transformar na adversidade”<sup>171</sup>.

Portanto, o território é local privilegiado, seja da expansão capitalista apoiada pelo Estado, produzindo a heteronomia já experimentada na história da política urbana do Rio de Janeiro, seja na produção de espaços autônomos, onde as próprias comunidades podem produzir seus satisfatores para suprir suas necessidades ou reivindicar junto ao Estado o fornecimento adequado - respeitando sua autonomia - destes satisfatores, por meio da contestação<sup>172</sup>. A comunidade organizada por meio de relações solidárias e espaços autônomos é capaz de atuar por meio da produção de *soluções* ou por meio da *contestação*<sup>173</sup>. Território e autonomia são dois componentes que produzem o poder, ou seja, a capacidade de uma dada população em fazer com que seu modo de vida e seus direitos sejam respeitados pelo Estado e/ou pelo capital, e também em produzir direitos e, no sentido positivo, que os deveres do Estado sejam cumpridos, como, na produção mesmo de política urbana, na forma desejada e requisitada pela população.

O território significa identidade. Seu valor esteve no centro das demandas indígenas pelo respeito aos seus costumes, tradições e ancestralidades, portanto, às suas próprias formas de cultura, relacionamento interpessoal e decisão política. A conquista do território quanto repertório de luta passou a marcar a América Latina a partir das primeiras ocupações de terra nos anos 50. De lá para cá, a forma foi herdada pelos movimentos rurais, que acabou se transferindo, juntamente com as pessoas, para as periferias urbanas. O território passou a significar a identidade de jovens, homens e mulheres excluídos do processo de tomada de decisão política sobre as questões que envolvem seus principais interesses no meio urbano, mas também, seus valores sociais, culturais e religiosos expressos nas inúmeras agremiações, grupos e coletivos organizados no território periférico. A construção de novos tipos de relações sociais - mais livres e mais horizontalizados - é a principal esperança desta mobilização territorializada.

“A terra-espaço deixa de ser considerada como um meio de produção para passar a ser uma criação político-cultural. O território é, então, o espaço onde se

---

<sup>171</sup> LEFEBVRE, 2006. p.44 e 45.

<sup>172</sup> MAX-NEEF (2003, p.57) elabora uma matriz contendo as nove necessidades, que segundo ele seriam inerentes ao ser humano, cruzadas com as quatro categorias essenciais do ser humano: Ser, Ter, Fazer e Estar. Do entrecruzamento destas duas colunas, o autor chegar a inúmeros satisfatores que seriam de cinco tipo: a) violadores ou destrutores, b) pseudo-satisfatores, c) satisfatores inibidores, d) satisfatores singulares, e) satisfatores sinérgicos. Estes satisfatores seriam conjunturais a cada grupo e sociedade, sendo obtidos por meio de jogos deliberativos. Fornecemos exemplos no anexo 5. O método do MCP em organizar as 10 colunas é exatamente o de tornar claras as dez principais necessidades do povo, também de forma não-linear e sistemática, apontada para a necessidade de organização e participação para suprir essas necessidades, com a diferença de estar sedimentado em um método efetivamente participativo de consultas, pesquisas e encontros com suas bases.

<sup>173</sup> Duas modalidades de ação coletiva pautada pelas comunidades populares onde o MCP se organiza.

desenvolvem relações sociais diferentes das capitalistas hegemônicas, aqueles lugares onde os coletivos podem praticar modos de vida diferenciados [...] Os movimentos indígenas, ao introduzirem conceitos como território, autonomia, autodeterminação e autogoverno, os quais pertencem a uma mesma problemática, estão produzindo uma revolução teórica e política. [...] Essa transição tem particular importância para as comunidades urbanas que, na passagem entre os dois séculos, começaram a se enraizar nos espaços urbanos autoconstruídos”<sup>174</sup>.

E ainda:

“A “lógica” dos territórios vai se desdobrando ao caminhar. Longe de percorrer uma senda já traçada, trilha o caminho ao andar; e ao andar vai permitindo que brote a reflexão sobre os caminhos que transitam os coletivos que povoam e constroem esses territórios, e que são modelados por eles. A estratégia territorial se desdobra de dentro para fora, numa relação de imanência, surgindo aqui e ali nos interstícios e nas brechas da dominação do capital. [...] As relações de poder que os setores populares organizados em movimento estabelecem em seus territórios são distintas às que praticam o Estado, os partidos, os sindicatos e as igrejas. Dão prioridade a relações horizontais, a poderes mais difusos, menos centralizados e hierárquicos, mas, sobretudo, menos fixos e permanentes”<sup>175</sup>.

### **3.3 Poder e autogestão comunitária do território**

Em Tönnies, Comunidade (*Gemeinschaft*) e Sociedade (*Gesselschaft*) podem ser tomados como entidades típico-ideais para compreendermos as diferentes possibilidades de formatação que podem adquirir os agrupamentos humanos. Para o autor a comunidade é uma forma embrionária da vida humana, representa vida comum, verdadeira e durável, enquanto a sociedade é passageira e aparente, “uma pura justaposição de indivíduos independentes uns dos outros”<sup>176</sup>. Conforme a evolução no tempo, esta substituiria aquela. O que nos interessa, porém, são as relações interpessoais que caracterizam as duas formas. Enquanto na sociedade, as relações interpessoais são mais soltas, individualizadas e ligadas diretamente ao Estado, na comunidade são mais próximas, mais pessoais e igualitárias. Na sociedade, os indivíduos estão ligados diretamente ao Estado, na comunidade estão organizados no território.

Os tipos-puros, obviamente, não se referem à realidade prática, e ambos os modelos explicativos se revezam quando buscamos compreender as relações interpessoais em um dado espaço. O tipo-puro da sociedade pode se conectar às explicações sobre como o corpo disciplinado pode servir à extração máxima possível da mais-valia nas sociedades capitalistas contemporâneas. A sociedade disciplinar inaugura uma “nova mecânica” por meio do agrupamento e isolamento dos indivíduos, a localização de seus corpos, a fim de atingir a utilização máxima de suas forças,

---

<sup>174</sup> ZIBECHI, 2015. p.39 e 40.

<sup>175</sup> Ibidem. p.157 e 158.

<sup>176</sup> TÖNNIES, 1973. p.97.

estabelecendo uma disciplina rígida sobre da vida, do tempo e das energias. Neste sentido, o indivíduo, separado e isolado, é produto dos mecanismos disciplinares.

“Uma nova ótica: em primeiro lugar: órgão de vigilância generalizada e constante; tudo deve ser observado, visto, transmitido: organização de uma polícia; instituição de um sistema de arquivos (com fichas individuais), estabelecimento de um panoptismo. Uma nova mecânica: isolamento e agrupamento dos indivíduos; localização dos corpos; utilização máxima das forças; controle e melhoramento do rendimento; em suma, estabelecimento de toda uma disciplina da vida, do tempo, das energias. Uma nova fisiologia: definição das normas, exclusão e rejeição daquilo que não lhes for conforme, mecanismo de estabelecimento de normas por intervenções corretoras que são, de um modo ambíguo, terapêuticas e punitivas”<sup>177</sup>.

Em vista ao modelo de relações verticalizadas por assimetrias de poder entre as pessoas, a comunidade passa a representar uma salvaguarda, tanto ao processo de homogeneização do Estado, quanto da individualização do capital e do mundo privado. Com a desindustrialização e desemprego que enfraqueceram a mobilização tradicional dos movimentos trabalhistas a partir dos anos 80, a ação territorializada passou a representar uma alternativa de resistência por parte dos movimentos sociais. Este foi também o caminho trilhado pelo Movimento das Comissões de Luta (MCL), que ao privilegiar a organização em comunidades passou a ser nomeado Movimento das Comunidades Populares (MCP)<sup>178</sup>. Inúmeros movimentos sociais territorializados, e, em boa parte organizados em comunidades, passaram a marcar a cena política da América Latina. Experiências práticas que conseguiram autogerir comunitariamente os principais elementos que caracterizam a vida social, como saúde, educação, lazer, transporte, e no que tange ao nosso estudo, a moradia, podem ser encontradas por todo o continente<sup>179</sup>.

A principal marca destes movimentos sociais, ou destas *sociedades em movimento* é a produção de novos tipos de laços sociais: mais solidários, horizontalidades e antiautoritário entre as pessoas. A autogestão quanto meio e fim destes movimentos representa uma forma de organização coletiva e autonomista - em nível individual e coletivo - capaz de gerar formas de vida mais humanas. Por meio de diferentes *repertórios de luta*, estes movimentos passam a mudar o mundo em sua própria mobilização. A compreensão do território quando elemento fundamental para os “novos movimentos sociais” acaba por escapar aos principais modelos cognitivos por estes estarem focados no Estado quanto interlocutor principal dos movimentos<sup>180</sup>. As

---

<sup>177</sup> FOUCAULT, 1997. p.42.

<sup>178</sup> PENNA, 2016. p.159.

<sup>179</sup> ZIBECCHI (2007) cita o exemplo dos assentamentos do MST, das fábricas recuperadas argentinas, da resistência mapuche, e até mesmo, da própria comunidade Chico Mendes. ZIBECCHI, 2016.

<sup>180</sup> ABERS, SERAFIM e TATAGIBA (2014) propõem uma abordagem sobre as relações Estado-sociedade capaz de ir além das perspectivas da esfera pública, à qual escapa a atuação real dos movimentos, e da política do confronto, que perde de vista as relações não-contestatárias. Haveriam, portanto, complexas relações em rede entre atores que se situam nos “interstícios” das relações entre movimentos e Estado, a contextualização histórica destas relações seria capaz de dotar de sentido cada repertório de interação. Pouco espaço é deixado para a alteração da realidade social pelos movimentos em seus territórios.

apreensões estadocêntricas sobre a mobilização dos movimentos sociais perdem de vista as redes de apoio mútuo e as alterações nas relações interpessoais muitas vezes propostas pelos movimentos de base.

A comunidade torna possível superar o individualismo erguido entre Estado e indivíduos e construir relações sociais mais humanas. A conquista do território e a organização autônoma nesta é a principal forma que os “novos movimentos sociais” de segunda geração, como nomeamos aqui, encontraram para produzir novas relações interpessoais, igualitárias e horizontais<sup>181</sup> com “escassa divisão do trabalho, assentadas, portanto, em novas relações técnicas de produção que não gerem alienação nem sejam depredadoras do ambiente”<sup>182</sup>.

“As novas territorialidades são a característica diferenciadora mais importante dos movimentos sociais latino-americanos, e o que os está dando a possibilidade de reverter a derrota estratégica. A diferença do velho movimento trabalhista e camponês (no qual estavam subsumidos os índios), os atuais movimentos estão promovendo um novo padrão de organização do espaço geográfico, de onde surgem novas práticas e relações sociais. [...] A terra não é considerada apenas como um meio de produção, superando uma concepção estreitamente economicista. O território é o espaço no qual se constrói coletivamente uma nova organização social, de onde os novos sujeitos se instituem, instituindo seu espaço, o apropriando material e simbolicamente”<sup>183</sup>.

E ainda:

“Não é um debate ideológico. Ou, pelo menos, não o é no fundamental. Se trata de olhar o passado para não o repetir. Mas, sobretudo, se trata de olhar para dentro, para o interior dos movimentos. O panorama que surge, a cada dia com maior intensidade, é que o ansiado mundo novo está nascendo em seus próprios espaços e territórios, incrustado nas brechas que abriam no capitalismo. É “o” mundo novo real e possível, construído pelo os indígenas, camponeses e pelos pobres das cidades sobre as terras conquistadas, tecido com base em novas relações sociais entre os seres humanos, inspirado nos sonhos de seus antepassados e recriado graças às lutas dos últimos vinte anos. Esse mundo novo existe, já não é um projeto nem um programa, mas múltiplas realidades, incipientes e frágeis.

---

<sup>181</sup> GORDON (2007, p.75) aponta como “política prefigurativa” a busca dos novos movimentos sociais em se organizar de forma a produzir no presente as mudanças que se deseja para a sociedade futura.

<sup>182</sup> ZIBECCHI, 2007. p.25. Tradução livre: “[...] escasa división del trabajo, asentadas por lo tanto en nuevas relaciones técnicas de producción que no generen alienación ni sean depredadoras del ambiente”

<sup>183</sup> Ibidem. Tradução livre: “De todas las características mencionadas, las nuevas territorialidades son el rasgo diferenciador más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica. A diferencia del viejo movimiento obrero y campesino (en el que estaban subsumidos los indios), los actuales movimientos están promoviendo un nuevo patrón de organización del espacio geográfico, donde surgen nuevas prácticas y relaciones sociales [...] La tierra no se considera sólo como un medio de producción, superando una concepción estrechamente economicista. El territorio es el espacio en el que se construye colectivamente una nueva organización social, donde los nuevos sujetos se instituyen, instituyendo su espacio, apropiándose material y simbólicamente.

Defendê-lo, para permitir que cresça e se expanda, é uma das tarefas mais importantes que têm adiante os ativistas durante as próximas décadas.<sup>184</sup>

Ao seio de uma sociedade fortemente heteronômica, com forte assimetria estrutural de poder, marcada por relações radicalmente machistas, racistas, homofóbicas e elitistas, a mudança de padrão no relacionamento interpessoal promovido pelos movimentos territorializados em suas comunidades parece fornecer uma ponta de esperança. Algo se assemelha a uma espécie de “política do cotidiano”<sup>185</sup> onde a transformação da sociedade atual passa pela alteração das nossas formas de relacionamento interpessoal nas esferas familiares, afetivas, sexuais, econômicas, culturais, etc. Transformar a sociedade passa pela transformação de nossas próprias relações sociais atuais - o que implica também a utilização de instrumentos próprios, diferentes daqueles utilizados pelo Estado e pelo capital -, para construirmos uma sociedade diferente no futuro precisamos alterar a forma como vivemos, como trabalhamos e como nos relacionamos hoje.

"A revolução para nós se transformou em alguma coisa que acontece o dia inteiro e começa agora. Deve ser uma revolução total. A partir do momento em que assumo o desejo de transformar a sociedade, ela já começa. Fazer a revolução e construir a sociedade dos nossos sonhos, realizar nossas utopias, são dois processos simultâneos. Não é como convencionalmente pensávamos: primeiro fazemos a revolução, depois transformamos a sociedade. Fazer esta revolução total é transformar radicalmente todas as relações, todos os papéis sociais que desempenhamos"<sup>186</sup>.

Estabelecer a “reciprocidade voluntária” que se baseia em vínculos de solidariedade, de confiança e de alteridade permite concebermos as relações dos movimentos sociais para além, tanto das relações de parentesco e afetividade dignas da socialidade primária, quanto daquelas que partem do Estado e do mercado<sup>187</sup> - rompendo e indo além da análise dicotômica e limitada sobre os tipos puros de comunidade e sociedade. O indivíduo não precisa se calcar somente no utilitarismo do cálculo racional - que não permite relações de confiança - ou no puro egocentrismo, aliás, as relações humanas possuem uma abertura muito maior ao simbólico que estas concepções limitadas pelo racionalismo e utilitarismo. Portanto, o paradigma do dom - que explica as relações humanas por circuitos de dar, receber e retribuir - se mostra

---

<sup>184</sup> ZIBECHI, 2007. p.27. Tradução livre: “No es un debate ideológico. O, por lo menos, no lo es en lo fundamental. Se trata de mirar el pasado para no repetirlo. Pero, sobre todo, se trata de mirar hacia adentro, hacia el interior de los movimientos. El panorama que surge, cada día con mayor intensidad, es que el ansiado mundo nuevo está naciendo en sus propios espacios y territorios, incrustado en las brechas que abrieron en el capitalismo. Es «el» mundo nuevo real y posible, construido por los indígenas, los campesinos y los pobres de las ciudades sobre las tierras conquistadas, tejido en base a nuevas relaciones sociales entre los seres humanos, inspirado en los sueños de sus antepasados y recreado gracias a las luchas de los últimos veinte años. Ese mundo nuevo existe, ya no es un proyecto ni un programa sino múltiples realidades, incipientes y frágiles. Defenderlo, para permitir que crezca y se expanda, es una de las tareas más importantes que tienen por delante los activistas durante las próximas décadas”.

<sup>185</sup> FREIRE e BRITO, 2001. p.20

<sup>186</sup> FREIRE e BRITO, 2001. p.24.

<sup>187</sup> CASTANHEIRA e PEREIRA, 2008. p.121.

melhor que as perspectivas racionalistas para explicar como as relações horizontalizadas, antiautoritárias e não-capitalistas significam um contato humano menos carregado de assimetrias de poder.<sup>188</sup>

As relações simétricas e associativas de poder simétricas permitem não só uma convivência mais humana, mas também o fortalecimento da capacidade e da potência local em produzir suas próprias políticas alternativas por meio da mobilização coletiva. O *poder-fazer* local se mostra capaz de gerar a política que normalmente é feita com alta carga de disciplinarização do espaço e homogeneização das relações sociais. É a esta capacidade de gerar as próprias demandas, produzir autonomia no seio das comunidades e de influir na dinâmica de poder local que o MCP chama de Poder Popular. O urbano quanto prática de polícia, ou seja, de ordenamento estrito sobre a coabitação dos homens, à fabricação de mercadorias, à venda dos gêneros, que está inscrita na história da vida urbana<sup>189</sup>. A autonomia faz frente à disciplina, e o território passa a contar com políticas mais livres.

Para além do *poder-sobre* (controle, dominação), podemos pensar em outras formas de poder que reflitam o que está expresso no Poder Popular. O *poder-fazer* seria a capacidade de influir em um dado processo, ou “capacidade de mudar a realidade”, enquanto que o *poder-entre*, de cunho igualitário, não-coercitivo e que procura minimizar o poder-sobre no seio dos movimentos sociais inspirados por valores libertários<sup>190</sup>. Neste sentido, o *poder-fazer* dos movimentos sociais se mostra quanto forma de resistência aos mecanismos heterônomos e disciplinadores da cidade, enquanto que, o poder-entre se mostra capaz de facilitar a compreensão sobre as dinâmicas internas destes movimentos, possibilitando a produção de formas de decisões coletivas igualitárias.

Portanto, se supomos que o poder “não existe”, mas sim “práticas ou relações de poder”<sup>191</sup>, devemos nos certificar que o poder dentro dos movimentos sociais e dentro de suas respectivas redes ocorra da forma mais simétrica, horizontal e aberta possível, e que se mantenha realmente participativo lançando mão de mecanismos de delegação em níveis acima. Externamente, porém, o poder do movimento social precisar ser tal a ponto de conseguir fazer frente às imposições do Estado e do capital, procurando estar organizado territorialmente e em rede para aumentar sua potência. Portanto, quanto projeção externa do movimento, o *contrapoder* se mostra capaz de alterar a realidade via contestação das políticas públicas, e da política urbana.

No seio mesmo da comunidade, a territorialização dos movimentos sociais é responsável pela produção de autonomia financeira, social e política de seus membros e dos demais moradores da comunidade. Isso acontece por uma infinidade de meios em uma infinidade de exemplos. Seja retomando o poder curativo, por meio de organização

---

<sup>188</sup> CAILLÉ, 2002.

<sup>189</sup> FOUCAULT, 2008. p.249.

<sup>190</sup> GORDON, 2005. p.93.

<sup>191</sup> MACHADO, 1979. p.14. Ver página 22 desta dissertação.

da saúde local, seja retomando a capacidade de educação, por meio de escolas e creches comunitárias, seja na venda e na produção dos produtos básicos necessários a vida, ou no processo de compras coletivas, retomando o poder de compra dos moradores através da coletividade. O desafio se dá exatamente em fazer com que a autogestão organize a economia precária produzida nas franjas do capitalismo, e gere uma economia comunitária, coletiva e emancipatória, onde seus membros estejam ligados entre si por laços sociais mais permanentes.

Portanto, no seio dos espaços autonômicos, dos chamados *territórios dissidentes*<sup>192</sup>, ou *territórios de resistência*<sup>193</sup> novos tipos de políticas, de vida, de cultura, de produção, de saúde, de educação e, principalmente, de economia são postas à prática. Estas relações interpessoais diferenciadas possuem, como vimos, a principal característica da autonomia, em níveis individual e coletivo. É exatamente este poder *regenerativo* das relações pessoais, sociais e comunitárias que acreditamos encontrar na Comunidade Popular Chico Mendes como exemplo significativo no seio das relações heterônomas do Rio de Janeiro. Em uma cidade fortemente marcada pela *exceção* - e da falta de controle das ações do Estado por parte da população -, dos mecanismos de repressão deste.

O principal nó que resta aqui, porém, é no que tange à política habitacional. Se a remoção de habitações insalubres e a conseqüente construção de conjuntos habitacionais - sempre nos locais mais afastados da cidade - não resolve o problema, e a urbanização - “policar e urbanizar é a mesma coisa”<sup>194</sup> - também não respeita às próprias vozes dos concernidos, como produzir política habitacional autonômica? Outro ponto é a relação de poder entre centro e periferia, que cancela qualquer tipo de urbanização produzida com a perspectiva daqueles que são tomados quanto objeto, como vimos no Programa Favela-Bairro<sup>195</sup>. A descentralização, ou a desconcentração do poder, que tornaria possível um processo deliberativo onde os concernidos - ou seja, os moradores frente ao Estado e às empresas imobiliárias e empreiteiras - realmente estivessem em condições de diálogo, de barganha, em simetria de poder, portanto, precisa ser o primeiro ponto na discussão. A deliberação real requer verdadeira autonomia<sup>196</sup>.

“O pensamento crítico incorre, ademais, em um grave problema político ao importar o ponto de vista analítico forjado pelos grupos dominantes. Afinal, ao dominador não convém, em sua análise, concluir que ele mesmo é parte crucial do problema na relação centro-periferia, fazendo ainda menos sentido que ele proponha os caminhos que conduzam à superação da sua posição de dominador.

---

<sup>192</sup> SOUZA, 2015.

<sup>193</sup> BARTHOLL, 2016.

<sup>194</sup> FOUCAULT, 2008. p.453.

<sup>195</sup> Ver página 48.

<sup>196</sup> SOUZA, 2006. p.68.

Coerentemente, na análise do dominador é a periferia que precisa mudar, receber melhorias ou ser inserida ao sistema. O problema é a periferia e está na periferia”.

E ainda:

“Um pensamento verdadeiramente crítico deveria concluir que o que se deve mudar não são simplesmente as periferias, mas as relações de subordinação que relegam vastos setores urbanos a uma posição periférica. [...] Para tanto, aqueles que se empenham em subverter essa cartografia social concêntrica precisam apreender os olhares que partem das periferias, multiplicá-los, cotejá-los e, desta maneira, adquirir um conhecimento cuja finalidade não seja, a princípio, a reprodução da dominação”<sup>197</sup>.

Acreditamos que a experiência do Grupo de Investimento Coletivo (GIC) é capaz de resolver este nó, e que a mobilização de contestação dos movimentos territorializada é capaz de produzir poder coletivo capaz de levar mais simetria à política local. O GIC se liga à coluna da infraestrutura do MCP e, sozinho, já chegou a possibilitar a construção de mais de 50 casas, compra de salão de beleza, de van e de mototaxi para os moradores da Comunidade Popular Chico Mendes. O GIC consegue produzir política habitacional pelas mãos dos próprios moradores, que participam diretamente sobre a escolha dos investimentos realizados, em um ambiente já marcado por uma certa política de planejamento urbano por parte dos primeiros moradores e por relações de solidariedade, e ainda pelas outras diversas atividades produzidas pelo próprio MCP.

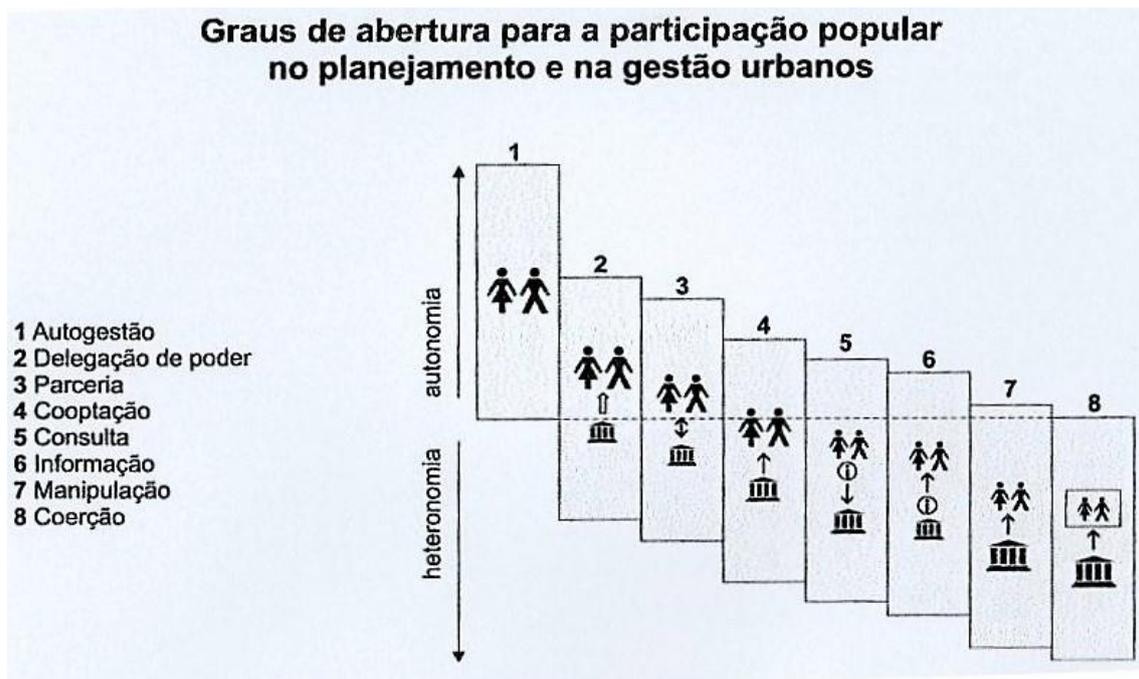
Dessa forma, a democracia participativa proposta do MCP consegue aproximar os moradores de sua comunidade sobre as decisões que lhes dizem respeito. Através do GIC, por exemplo, os investidores - que são, em grande parte, os próprios moradores - decidem onde será alocado o dinheiro do GIC, percebendo a comunidade por meio do planejamento. A contestação e a pressão sobre as autoridades públicas - portanto, o *contrapoder* -, juntamente a outros moradores da comunidade, pôde gerar também benefícios, como a construção de quadra de esportes da comunidade. Como mostra o quadro a seguir, a autogestão do espaço, ou o “autoplanejamento”<sup>198</sup> da política habitacional pelos próprios moradores representa o maior grau de autonomia que se pode adquirir politicamente. A autonomia coletiva, portanto, pode ser compreendida como sinônimo de democracia radical, “também expressável como autogestão”<sup>199</sup>. Em uma escala sobre mecanismos de participação, a autogestão ocupa lugar privilegiado ao fornecer uma autêntica participação.

---

<sup>197</sup> BARTHOLL e TEIXEIRA, 2015. p.11 e 12.

<sup>198</sup> SOUZA, 2006. p.175

<sup>199</sup> Ibidem. p.70.



**Figura 9.** Retirado de SOUZA, 2006. p.414.

A história da formação do espaço urbano periférico do Rio de Janeiro, como vimos, é em grande parte marcada pela coerção, manipulação e cooptação, ocorrendo no melhor dos casos, a informação adequada. A consulta e a parceria (com ONGs, em suma) passaram a fazer parte da política urbana a partir da redemocratização e dos movimentos em prol do direito à cidade. Portanto, nada mais significativo que isso foi fomentado pelo Governo ou pela Prefeitura do Rio de Janeiro quanto participação na política urbana. Tomando um tal cenário heteronômico, é natural que percebamos os espaços autônômicos quanto esperança de participação real dos moradores nas decisões que lhes dizem respeito. A criação destes espaços se revela uma aposta significativa quanto repertório de mobilização em face à heteronomia da realidade política e urbana em que vivemos. A construção de uma vida urbana radicalmente democrática encontra nestes espaços uma contribuição promissora.

### **3.4 Dimensão territorial no debate contemporâneo sobre democracia**

A perspectiva de uma radicalização democrática empreendida pelos espaços autônomos e pela participação dos moradores sobre as decisões na política urbana que permeou toda a argumentação no presente estudo. Cabe, por fim, esclarecermos o que estamos querendo dizer com radicalização democrática, diferenciando-a das principais propostas de participação democrática, a fim de verificarmos a conveniência em ainda utilizar termos desgastados e facilmente manipulados, como democracia e participação. Retomaremos neste capítulo alguns importantes ao debate como: as críticas à democracia representativa, as insuficiências da democracia deliberativa para apresentar

um modelo de participação efetiva e alternativas não-institucionais sobre o tema. Procuraremos verificar como o conceito de democracia pode explicar tanto os protestos de rua, quanto também, a organização dos movimentos territorializados em suas formas de organização e ação coletiva. O território, como vimos, será peça fundamental desta discussão, e procuraremos ver de que forma este se insere no debate apontado, e até que ponto poderemos considerar a autonomia como conceito oriundo deste tipo de debate.

A democracia representativa contemporânea é fruto da expansão do pensamento elitista acerca da política sobre um conceito que até então fora subversivo. Democracia já significou um sistema sedicioso onde a *populace* detinha um poder até então reservado às classes nobres e militares<sup>200</sup>. Além de subversivo, era vista também como ineficaz e populista, pois se tratava de um sistema no qual os leigos detinham o mesmo poder de decisão sobre questões vitais da sociedade que as camadas supostamente mais preparadas, como os filósofos, por exemplo. Esta tal linha de raciocínio foi seguida por inúmeros pensadores antigos até a era moderna, como Platão e Aristóteles para citar apenas figuras do mundo clássico grego<sup>201</sup>. O termo teve utilização negativa - no mesmo sentido que tem hoje a palavra *anarquia*, quanto bagunça, sedição e revolta - durante boa parte da história política europeia.

Sua valorização pela elite política passa a ocorrer a partir das reformas eleitorais inglesas em 1832 e da Guerra de Independência da Grécia contra a Turquia no mesmo ano. É importante notarmos que a tradição intelectual conhecida como ocidental está longe de ser intrinsecamente democrática. Os principais intelectuais europeus, como os pais fundadores norteamericanos, até este momento eram abertamente antidemocráticos e se orgulhavam em defender, não a democracia, mas a República.<sup>202</sup> A democracia ateniense não contava com mecanismos institucionais complexos, nem com uma estrutura de poder separada da sociedade que pudesse ser nomeada de Estado<sup>203</sup>. Para compor mecanismos que pudessem ser considerados democráticos, no seio do Estado nacional moderno, os engenheiros institucionais do Estado criaram formas de representação, que se assemelhavam à representação medieval dos Estados Gerais<sup>204</sup>.

É dessa forma que surgem as “democracias” modernas, que nada mais são que Estados oligárquicos que se limitam ao reconhecimento público da soberania popular e das liberdades individuais<sup>205</sup>. Schumpeter foi o primeiro autor contemporâneo a fornecer corpo teórico às democracias representativas, emprestando legitimidade ao

---

<sup>200</sup> ARBLASTER, 1988.

<sup>201</sup> SABINE, 2009.

<sup>202</sup> GRAEBER, 2014.

<sup>203</sup> CASTORIADIS, 1979.

<sup>204</sup> ARBLASTER, 1988.

<sup>205</sup> RANCIÈRE, 2014.

modelo norteamericano. O autor faz uso da premissa básica da Teoria das Elites<sup>206</sup>, para afirmar que a divisão entre governantes e governados é inexorável nas sociedades humanas. Dado uma tal divisão inexorável, nos resta, segundo o procedimentalismo Schumpeter, a concorrência livre pela escolha livre dos votantes. Opera-se uma cirurgia teórica e passamos a contar com um sistema que fomenta a participação das pessoas por meio do voto, mas que não seja tão acentuada a ponto de atrapalhar a governabilidade. Característica de um oxímoro: uma *democracia demofóbica*<sup>207</sup>.

A partir dos anos 70 passamos a contar com inúmeras teorias que procuravam unir dois elementos contrários, o Estado, ente que possui como característica principal a assimetria de poder em relação aos indivíduos e demais grupos, e a participação, que deveria incluir a todos nas decisões tomadas por este ente. Procuravam reverter o paroxismo da demofobia, democratizando a democracia<sup>208</sup>. As duas principais teorias surgidas desta pretensão foram a democracia participativa e a deliberativa. Podemos encontrar a primeira em perspectivas como a de MacPherson, que via a possibilidade de aumentar a participação popular nas eleições “primárias”, dentro dos partidos políticos<sup>209</sup>. Já Carole Pateman foi um pouco mais longe, ao abordar o ambiente de trabalho como local estratégico para a construção de relações mais autônomas e responsáveis<sup>210</sup>.

A autora se inspirou na experiência de autogestão nas fábricas da Iugoslávia para afirmar que a capacidade de influir no ambiente de trabalho e ser responsável pela tomada de suas próprias decisões influir sobre a postura do trabalhador, induzindo a participação da população. A autogestão em nível local e microlocal, portanto, fomenta a autonomia e a democracia participativa, ainda que a autora não explique muito bem como ocorreria um processo autogestionário semelhante ao iugoslavo - no qual Tito precisava receber forte apoio popular para manter seu governo longe da influência russa. A teoria de Jürgen Habermans foi, de longe, a que mais inspirou o movimento participativo no mundo, inclusive os movimentos pós-redemocratização no Brasil, como vimos aqui<sup>211</sup>.

Habermas propõe estabelecer mecanismos institucionais que possibilitem a participação dos concernidos através de algo que é elementar a toda cultura societária: os atos de fala. A participação argumentativa deve estar disponível a todos e deve ser instrumentalizada de forma que iniba os *desiquilíbrios* nas falas - como em relações de classe, etnia ou gênero, ou seja, as assimetrias de poder -, por meio de regras que possibilitem ou legitimem os atos de fala de quem quer que seja. Através da participação

---

<sup>206</sup> HOLLANDA, 2011.

<sup>207</sup> AGUIAR, 2013.

<sup>208</sup> SANTOS, 2002.

<sup>209</sup> MACPHERSON, 1979.

<sup>210</sup> PATEMAN, 1992.

<sup>211</sup> Ver página 49.

ampliada e igualitária, de forma racional e consensual, os concernidos conseguiriam dirimir seus conflitos e chegar ao equilíbrio entre interesses parciais e antagônicos. A base argumentativa deveria ser calcada em valores culturais comuns, que os indivíduos recebem em sua socialização no mundo da vida, devendo deixar de lado ações unilaterais e estratégicas para se obter o consenso através do agir comunicativo<sup>212</sup>.

Portanto, processos participativos por meio de *atos de fala* sem assimetrias de poder é o que Habermas procura. Ora, como podemos neutralizar essas assimetrias, no sentido de ir além de jogos intelectuais neokantianos, e transformar o processo decisório real das políticas? Se negamos a existência de tais assimetrias, não somente o problema não é resolvido como os atores políticos com menor capital estrutural de barganha serão silenciados. Outro ponto é a natureza da concepção de sociedade civil trazida à tona por Habermas. As teorias sobre os novos movimentos sociais passaram a se concentrar não mais em atores específicos, mas em um *locus*, que seria a sociedade civil<sup>213</sup>. A ênfase passa a ser menos na capacidade de transformação social dos movimentos e mais na natureza de um palco central, onde os interlocutores resolveriam seus problemas políticos por meio de atos de fala.

O fato é que as assimetrias de poder existem e colonizam o processo deliberativo. Colocar na mesma mesa movimentos sociais locais e empresas transnacionais milionárias, ainda que no momento as diferenças sejam balanceadas artificialmente, por fora toda a assimetria se faz presente. Todo o processo de escolha das epistemologias utilizadas, de produção de política pública e de montante destinado à deliberação, por exemplo, é antecipadamente colonizado pela lógica do poder e do capital. Portanto, o processo deliberativo não se faz capaz de equilibrar as assimetrias, a não ser pontualmente, e circunscrito no tempo e no espaço. É nesta limitação que foram realizadas políticas participativas - do Minha Casa, Minha Vida - Entidades, por exemplo - no Brasil.

As “democracias” contemporâneas passaram a ser medidas pelos seus níveis de participação e contestação<sup>214</sup>, visando chegar mais próximo possível dos países europeus. A separação entre governantes e governados é fixado como realmente inexorável, ainda que possam ser ampliadas a abertura que uma população possui para se opor a um governo, ou participar minimamente deste. A procura pela participação fez inclusive um autor campeão do campo liberal a tomar partido da autogestão, como forma produzir “liberdade econômica”, ainda que de forma limitada, nunca iniciada pelo poder dos próprios trabalhadores<sup>215</sup>. Com a “virada” teórica e prática nos anos 90 que levou à revalorização das práticas libertárias, os autores do campo democrático tiveram

---

<sup>212</sup> HABERMAS, 1979.

<sup>213</sup> ABERS e VON BULOW, 2011. p.56.

<sup>214</sup> DAHL, 2005.

<sup>215</sup> DAHL, 1990. p.48.

que adaptar suas leituras a estes novos movimentos, que procuravam “mudar o mundo sem tomar o Poder”<sup>216</sup>.

É sob esta conjuntura que surge a perspectiva de Pierre Rosanvallon sobre o fenômeno em ascensão da *contra-democracia*. O autor apresenta como naturais as tensões estruturantes entre a democracia procedimental-representativa e a construção de mecanismos de controle e vigilância do poder estatal, buscados pelos próprios cidadãos em busca de melhorar o procedimento democrático e reforçar o controle sobre os eleitos, o que ele irá chamar de *contra-democracia*, ou seja, participação direta das pessoas por fora dos canais institucionais convencionais. Dessa forma, os “mecanismos de democracia direta”<sup>217</sup> pertencentes a tal modelo não são necessariamente contrários à forma empreendida *via voto*, desde que busque, por meio da ação direta a melhoria do que foi estabelecido pela escolha majoritária expressa no voto.

“Tal desconfiança democrática se expressa e se organiza de múltiplas maneiras. Distinguirei três modalidades principais: os poderes de controle, as formas de obstrução, a posta prova através de um juiz. À sombra da democracia eleitoral-representativa estes três contrapoderes desenham os contornos do que proponho chamar *contrademocracia*. Esta *contrademocracia* não é o contrário da democracia; é mais uma forma de democracia que se contrapõe à outra, é a democracia dos poderes indiretos disseminados no corpo social, a democracia da desconfiança organizada frente à democracia da legitimidade eleitoral. Esta *contrademocracia* conforma deste modo um sistema com as instituições democráticas legais”<sup>218</sup>.

Ao exercício indireto do chamado povo-eleitor, contrapõem-se as manifestações públicas de protesto de rua, com o povo-controlador, e a judicialização da política, com o povo-juiz. Segundo Rosanvallon, o perigo que leva à impolítica é que a desconfiança seja tamanha a ponto de representar uma ruptura no distanciamento entre instituições e sociedade civil<sup>219</sup>. O protesto quanto organização efêmera do descontentamento e se dando apenas reativamente à política estatal, sem apontar organizadamente o novo é marca da *contrademocracia*. Para a construção de uma democracia realmente radicalizada, que conte com as demandas organizadas das

---

<sup>216</sup> HOLLOWAY, 2003.

<sup>217</sup> ROSANVALLON, 2007. p.24.

<sup>218</sup> Ibidem. p.27. Tradução livre: “Tal desconfianza democrática se expresa y organiza de múltiples maneras. Distinguiré tres modalidades principales: los poderes de control, las formas de obstrucción la puesta a prueba a través de un juicio. A la sombra de la democracia electoral-representativa estos tres contrapoderes dibujan los contornos de lo que propongo llamar *contrademocracia*. Esta *contrademocracia* no es lo contrario de la democracia; es más bien una forma de democracia que se contrapone a la otra, es la democracia de los poderes indirectos diseminados en el cuerpo social, la democracia de la desconfianza organizada frente a la democracia de la legitimidad electoral. Esta *contrademocracia* conforma de este modo un sistema con las instituciones democráticas legales”

<sup>219</sup> Ibidem. p.264.

populações periféricas, em termos simétricos de poder, o território é categoria fundamental.

O essencial é percebermos que, contrariamente ao mito fundacional ateniense, a democracia esteve presente em boa parte das comunidades humanas no mundo. Para Graeber a democracia deve ser visto muito mais como um processo de tomada de decisão igualitário sobre seus próprios assuntos pelas comunidades humanas, que propriamente um sistema de voto majoritário dos Estados constitucionais<sup>220</sup>. Portanto, a horizontalidade nas decisões tomadas pelas próprias comunidades e o território como forma de organizar estas práticas estão muito mais relacionados à democracia que os modelos de poder assimétrico dos Estados. Não é surpresa verificarmos que estas tomadas de decisão democrática sejam historicamente combatidos pelos Estados, que procura a individualização das pessoas e sua submissão ao aparelho central.

“Muitas vezes, estes procedimentos consistiam em trazer todos juntos para discussões em que todos os membros da comunidade - pelo menos em teoria - tinham voz. No entanto, tais procedimentos nunca são considerados como tendo sido estritamente "democráticos". A principal razão pela qual este argumento parece intuitivamente justificado é que nestas reuniões não se passa nunca ao voto. [...] se admitirmos que levantar o braço ou colocar-se de um lado ou do outro da praça pública para expressar seu acordo ou desacordo com uma proposta não é o fim dessas ideias prodigiosamente sofisticadas que apenas alguns gênios da Antiguidade poderiam inventar, então devemos nos perguntar por que esses métodos são tão raramente usados. E por que, por outro lado, as comunidades humanas sempre preferiram se impor a tarefa muito mais difícil de chegar a decisões unânimes. [...] A tomada de decisão consensual é típica das sociedades nas quais não percebemos algum meio de constranger uma minoria a aceitar a decisão majoritária, seja porque não existe um Estado que disponha do monopólio de coerção, seja porque não se manifesta algum interesse ou propensão de intervir nas tomadas de decisões locais”<sup>221</sup>.

---

<sup>220</sup> GRAEBER, 2014.

<sup>221</sup> Ibidem. p.29 e 30. Tradução livre: “Souvent ces procédures consistaient à rassembler tout le monde pour des discussions dans lesquelles tous les membres de la communauté – du moins en théorie – avaient voix au chapitre. Néanmoins, ces procédures ne sont jamais considérées comme ayant pu être à proprement parler « démocratiques ». La principale raison pour laquelle cet argument semble intuitivement justifié est que dans ces assemblées, on ne passait jamais au vote. [...] si l'on admet que le fait de lever son bras ou de se placer d'un côté ou de l'autre de la place publique pour exprimer son accord ou son désaccord avec une proposition, n'est pas de l'ordre de ces idées prodigieusement sophistiquées que seuls quelques génies de l'Antiquité auraient pu inventer, alors on doit se demander pourquoi ces méthodes sont si rarement employées. Et pourquoi, à l'inverse, les communautés humaines ont toujours préféré s'imposer la tâche bien plus difficile d'aboutir à des décisions unanimes. [...] La prise de décision consensuelle est typique des sociétés au sein desquelles on ne voit aucun moyen de contraindre une minorité à accepter une décision majoritaire, soit parce qu'il n'existe pas d'État disposant du monopole

O território, portanto, é característica vital para a construção de uma radicalidade democrática. Ainda que pouco enfatizado pelas teorias dos movimentos sociais e mesmo pela Ciência Política, este tem muito a acrescentar aos temas da participação no meio institucional e dos protestos de rua. O território, portanto, se mostra elemento central para um debate real e prático sobre até onde a participação pode nos levar. Participar também significa tomar as decisões sobre os assuntos que dizem respeito às próprias comunidades e seus moradores, ainda que esteja além dos instrumentos complexos das institucionalidades. Cabe refletirmos sobre a capacidade real dos instrumentos institucionais em produzir a mesma simetria de poder - ou, em outras palavras, autonomia - que as formas territorializadas conseguem. E se esta simetria se apresenta durável e radical, ou apenas efêmera no campo da aparência.

Por estas linhas de raciocínio procuraremos compreender a perspectiva de construção do Poder Popular e da Democracia Participativa do MCP. Sua perspectiva de organização no território pode nos formular respostas mais consistentes sobre a participação que aquelas vislumbradas nas jornadas de junho de 2013. Como vimos, os protestos de rua acabam se tornando reativos às políticas estatais, e sua falta de organização mais durável acaba por minar perspectivas de mudanças sociais mais profundas. Ainda que a radicalização democrática estivesse em pauta, o simples protesto massificado não pode fazer mais que a contestação desorganizada. Para a construção de algo significativo e transformador precisamos atentar à mobilização territorializada dos movimentos sociais que existem na cidade há décadas.

“Sem poder popular, os protestos nas ruas não mudam a realidade. É preciso construir Comunidades Populares (Bem Viver) nas aldeias indígenas, áreas quilombolas, povoados rurais e nas periferias das cidades. Desenvolver a Economia Coletiva, a Consciência Comunitária, construir a Frente Popular a partir da base, criando comissões nos locais de moradia, trabalho e estudo. Só assim, o povo vai ser protagonista das mudanças”<sup>222</sup>.

Território, autonomia e poder são três elementos que dialogam entre si e podem fornecer respostas aos problemas estruturais das sociedades contemporâneas. Nos resta agora, compreender como a Comunidade Popular Chico Mendes formula sua atuação nos termos destes três elementos.

---

de la coercition, soit parce qu'il ne manifeste aucun intérêt ni aucune propension à intervenir dans les prises de décision locales”.

<sup>222</sup> JVC, agosto a novembro de 2013, capa.

#### 4. A Comunidade Popular Chico Mendes<sup>223</sup>

[...] Governar de baixo pra cima  
É o que devemos aprender  
Na Associação, Movimento e Sindicato  
O povo diz o que nós vamos fazer  
Com união, transparência e honestidade  
O sistema nós vamos combater  
*Nosso exemplo vale mais que palavra  
Só assim o povo vai vencer. (Bis)*

**Liberdade, Liberdade,  
Ainda que tarde (bis)**<sup>224</sup>.

Com uma estrutura presente em 14 estados do Brasil, o Movimento das Comunidades Populares se estrutura hoje em 42 comunidades populares, as quais se situam no centro de sua proposta política de transformação social. Nestes 14 estados, o MCP está mais presente organicamente em 12, a maioria delas situada na região nordeste (Alagoas, Maranhão, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte), além de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais na região sudeste, Pará no Norte, Goiás no Centro-Oeste e do Rio Grande do Sul, no sul do país<sup>225</sup>. Levando em conta toda sua estrutura, o movimento chega a contar no total com aproximadamente 15.000 pessoas. Estas comunidades populares são divididas em níveis diferentes que representam o grau de organização das atividades econômicas, políticas e culturais desenvolvidas em cada comunidade.

“Na prática, existem três níveis de Comunidade. **Nível 1**, que são as que têm apenas atividades. **Nível 2** são as que têm pelo menos uma Coluna organizada. **Nível 3** são as que têm a maioria das Colunas organizadas. Exemplos de nível 3 são, entre outras, as Comunidades Populares Chico Mendes, no morro do Chapadão, Rio de Janeiro; a favela de São Francisco, em São Mateus, São Paulo(SP); Acreúna, em Goiás; Clima Bom, em Alagoas; Bairro do Sítio Matias, em Feira de Santana (BA); Assentamento Maranhense, em Coroaá (MA); Santa Rita, na Paraíba; São Lourenço da Mata em Pernambuco<sup>226</sup>.”

Atualmente o movimento está centrado na construção de comunidades populares com a finalidade da construção do poder popular pelas bases. Porém, nem sempre sua estratégia foi a mesma. O MCP possui suas origens ainda nos finais dos anos 40, dentro do que ficou conhecido como movimento da Ação Católica. A partir deste momento, o movimento passou por diversas mudanças estruturais, ideológicas e

---

<sup>223</sup> A construção deste capítulo se baseia em entrevistas realizadas com Gelson Alexandrino da Silva, membro da Comunidade Popular Chico Mendes, nos meses de junho de 2016 e janeiro de 2017.

<sup>224</sup> Movimento das Comunidades Populares, 2011.

<sup>225</sup> PENNA, 2016. p.43.

<sup>226</sup> JVC, agosto de 2011. p.17.

quanto a suas formas de ação. Foram quatro etapas anteriores: Movimento de Evangelização Rural (MER), Corrente dos Trabalhadores Independentes (CTI) Movimento das Comissões de Luta (MCL), até chegar em 2001 à atual nomenclatura de Movimento das Comunidades Populares.

O movimento orienta toda sua linha de ação a partir de três princípios básicos: Democracia Participativa, Independência Política e Autonomia Financeira. Os princípios estão interligados e possuem a finalidade de manter o movimento funcionando pela ação das bases. Podem ser vistos, portanto, como salvaguardas tanto ao perigo de se transformar em um movimento de cúpula, quanto de ser cooptado por líderes populistas governamentais. A Democracia Participativa torna o funcionamento de sua estrutura sempre vinculado às decisões tomadas da base, que serão respeitadas à medida que forem chegando aos níveis acima, garantindo um “centralismo democrático”<sup>227</sup> verdadeiro. Enquanto que a Independência Política e a Autonomia Financeira possibilitam que o movimento funcione sempre a partir de suas capacidades e possibilidades próprias.

Ao mencionar o princípio do centralismo democrático, faz-se necessário que abordemos as ideologias utilizadas pelo Movimento no sentido de construção do poder popular. O fundamental é compreendermos que cada ideologia é utilizada a medida que facilite a compreensão de uma dada realidade empírica, evitando sempre utilizá-la em detrimento do real e do que é útil. Neste sentido, o movimento usa aspectos cinco abordagens diferentes: o marxismo, na leitura sobre o funcionamento do sistema capitalista, o leninismo, no que se veicula a um centralismo democrático, o maoísmo, em seu método Linha de Massas, o anarquismo, entendido quanto “ordem sem coerção, ou seja, um autêntico centralismo democrático”<sup>228</sup>, e, por fim, a teologia da libertação, no sentido de se procurar uma religião libertadora.

É dessa forma que o movimento se mostra capaz de realizar uma leitura acurada sobre a realidade social empírica sem cair no dogmatismo, procurando sempre trilhar os caminhos das necessidades principais do povo. Esta posição, relutante em instrumentalizar as teorias de forma acrítica, pode ser vista como uma das características que permite o Movimento das Comunidades Populares se aproximar tão eficientemente junto às bases, e se organizar junto a essas de forma orgânica, sem estabelecer hierarquias de conhecimento. É nesta capacidade de mesclar figuras e perspectivas diferentes que o movimento será capaz de aliar cristianismo e marxismo, assim como enaltecer figuras históricas que remetam a libertação do povo, ainda que de origens diferentes, como Marx e Tiradentes.

---

<sup>227</sup> LENIN, 2007. p.72.

<sup>228</sup> SILVA, 2016.

A estrutura do Movimento das Comunidades Populares está sedimentada sobre a articulação das 10 colunas, responsáveis por “resolver as 10 principais necessidades do povo e criar o Poder Popular”<sup>229</sup>. São elas: Sobrevivência Coletiva, Religião, Família, Saúde, Moradia, Escola, Esporte, Arte, Lazer e Infraestrutura. As colunas estarão organizadas dependendo da capacidade de mobilização de cada comunidade. Nenhuma comunidade conseguiu ainda articular as 10 colunas<sup>230</sup>, o que é fundamental para a construção do Bem-Viver e, a longo prazo, do Poder Populares. Preocupados com a política urbana e habitacional ao longo da dissertação, nos atentaremos neste capítulo à organização e estruturação das colunas “Moradia e Urbanização” e “Infraestrutura”, mas, principalmente, procuraremos compreender a coluna da “Sobrevivência Coletiva”, na qual se insere a principal atividade para a construção de autonomia territorializada, no sentido em que pesquisamos até aqui, o Grupo de Investimento Coletivo (GIC).

Cada Comunidade organiza as colunas conforme suas possibilidades, precisando contar obrigatoriamente com pelos três membros para organizar uma das 10 necessidades do povo. A organização que legitima juridicamente todo este processo é a Associação Nacional de Apoio às Comunidades Populares (ANACOP). A ANACOP teve um papel fundamental na construção das sedes, tendo angariado fundos pela ONG luxemburguesa *Action Solidarité Tiers-Monde*, sempre com base na autonomia do movimento. A analogia feita para demonstrar a estrutura é a de uma casa, que precisa de sustentação, as colunas se retroalimentam. A Coluna da Sobrevivência Coletiva conta com os grupos de economia coletiva: Grupo de Investimento Coletivo (GIC), Grupo de Produção Coletiva (GPC), Grupo de Compra e Venda Coletiva (GVC), Grupo de Trabalho Coletivo (GTC) e Grupo de Economia Familiar (GEF). No que tange ao nosso estudo, a coluna da moradia é a que buscamos encontrar na prática às respostas coletivas sobre a habitação:

“As **necessidades de moradia** são resolvidas por meio de mutirões, consórcios e financiamentos dos GICs (Grupos de Investimento Coletivo). O lema desta Coluna é: **“Moradia e urbanização, só com luta e mutirão”**. Além dos meios coletivos, a Coluna também faz lutas reivindicatórias junto aos órgãos públicos com o objetivo de conseguir moradia para as famílias sem casa. A luta pode ser por meio de um abaixo-assinado ou de uma ocupação, entre outras formas”<sup>231</sup>.

As duas formas de relação das principais necessidades são a luta reivindicatória e a ação coletiva. Neste caso, ação coletiva significa a auto-organização, por meio da autogestão, para a construção de soluções de seus problemas. Essa forma passou a ocupar o lugar que sempre teve a luta reivindicatória a partir dos anos 90, ainda

---

<sup>229</sup> JVC, março de 2011. p.8.

<sup>230</sup> JVC, agosto de 2011.

<sup>231</sup> JVC, março de 2011. p.8. Grifos do original.

no Movimento das Comissões de Luta (MCL)<sup>232</sup>. Ainda com todo o espaço que a autogestão e a formação das soluções de forma autogerida passaram a ocupar no movimento, a luta reivindicatória ainda se faz presente sob diferentes formas. A pressão aos órgãos públicos se mantém forte, o que pode ser verificado nas passeatas, ocupações e pressões junto a vereadores e prefeitos das cidades em que o MCP se organiza.

### As 10 colunas do Movimento das Comunidades Populares



**Figura 10.** Retirado de JVC, agosto a novembro de 2013. p.3.

É importante citar que o MCP enxerga os bens públicos como se fossem bens da Comunidade, o que aponta para a necessidade de ter as necessidades materiais do povo também atingidas pelos órgãos públicos por meio da contestação. Além da conquista da moradia via ação coletiva por meio de mutirão, a urbanização também deve ser garantida pelo poder público e conquistada por meio da contestação. É neste sentido que nas comunidades em que está organizada, a coluna da moradia atua, com a finalidade de garantir moradia digna a seus membros e demais moradores das comunidades. Assim como as demais colunas, a moradia para ser considerada como

---

<sup>232</sup> PENNA, 2016. p.46.

organizada em uma determinada comunidade precisa, ao menos, contar com três membros: um articulador, um secretário e um tesoureiro.

Os processos decisórios nas comunidades se dão, além no interior da organização das colunas, por meio da Coordenação da Comunidade, formada por representantes de cada coluna. Esta coordenação se dá nos demais níveis, a fim de garantir um verdadeiro controle no processo decisório por parte dos membros de cada comunidade, em particular. Dessa forma, nos estados são realizados pelo menos uma reunião por ano da Coordenação Estadual com, pelo menos, um representante de cada Comunidade. O processo é replicado nas demais instâncias - municipal, regional e estadual - nas quais também são formadas Comissões Executivas com articulador, secretário e tesoureiro. As Assembleias Nacionais são formadas uma vez por ano com representantes de cada Comunidade, assim como também é realizada a reunião da Coordenação Nacional uma vez por ano. Além da coordenação, há também uma Executiva Nacional responsável por todo o processo de articulação do movimento.

“Então, você viu que a alternativa está em as pessoas se organizarem em comunidades, principalmente, os quatro setores do povo. Que é o que mais sofre as consequências de todas essas iniciativas do capitalismo. Quatro setores do povo, que são: trabalhadores urbanos, trabalhadores camponeses, os índios e os quilombolas. Esses quatro setores levam nas costas o capitalismo brasileiro. São eles que fazem tudo acontecer, no entanto, são os mais prejudicados. Então, quem tem que se organizar para dar resposta a isso é o povo. Não adianta você querer organizar a classe média, estudantes.. porque não vai dar resposta nisso. Quem vai dar resposta são esses quatro grupos aí. Quem são a base utilizada pelo capitalismo. [...] Então, nosso ponto de vista é organizar esses quatro setores em comunidade. Em comunidade tentando resolver as principais necessidades de forma autônoma e independente, e por meio da política participativa. [...] Aqui então nós organizamos as 10 prioridades, que chamamos de 10 colunas. Porque a gente fez um paralelo como se estivesse construindo uma casa. Quando você vai construir uma casa, precisa construir num lugar fixo e erguer as colunas: sustentação. Se não houve sustentação a casa cai. Então é quando criamos essa ideia. Quais são as 10 colunas? Tá ali ó: uma organização que legitima todos esses processo, a ANACOP. Que abrange todas as comunidades que foram organizadas. Seria a Associação Nacional de Apoio a essas comunidades, as comunidades populares. Associação Nacional de Apoio às Comunidades Populares”<sup>233</sup>.

Dessa forma resolver os problemas atuais do povo passam pela conquista de uma sociedade comunitária, mais justa e igualitária. Resolver estes problemas significa apoiar inúmeras bandeiras por todo o país, como pelo direito dos quatro setores do povo, direito das mulheres, a uma agricultura e alimentação saudáveis, a saúde comunitária, etc. A conquista de uma sociedade melhor deve ser construída no

---

<sup>233</sup> SILVA, 2016.

presente, por aqueles mais afetados pelas causas que estas bandeiras levantam. A luta reivindicatória deve ser realizada somente quando o próprio povo não conseguir alcançar as soluções para uma necessidade, e as parcerias devem ocorrer somente no momento em que não tirem a autonomia financeira das Comunidades.

“Em **curto prazo**, o objetivo é **resolver os problemas** econômicos, sociais, e as **necessidades** culturais mais sentidos pelo povo. Em **médio prazo**, o objetivo é **criar o Poder do Povo** por meio da construção das 10 Colunas das Comunidades Populares. Em **longo prazo**, **conquistar um Governo Popular para construir uma sociedade** baseada na Economia Coletiva, na Democracia Participativa e na Consciência Comunitária”<sup>234</sup>.

#### 4.1 A trajetória do Movimento das Comunidades Populares

A Juventude Agrária Católica (JAC) foi criada no final de 1940, estava espalhada pelo Brasil e tinha sua sede no Rio de Janeiro<sup>235</sup> e estava ligada aos setores populares da Igreja Católica organizados em torno do movimento da Ação Católica. A Ação Católica em si foi um movimento complexo e multifacetado. Assim como outros movimentos católicos - como o Economia e Humanismo do padre Le Bret - foi influenciado pela encíclica *Rerum Novarum* de 1891 de Leão XIII, na qual se abordava a necessidade de agir para atenuar o sofrimento e a pobreza, negando a existência da luta de classes<sup>236</sup>. Durante os anos 30 e 40, muitos membros da Igreja Católica participaram ativamente das atividades da AIB, como é o caso de Dom Hélder Câmara. Posteriormente, com a ilegalidade da AIB e com o fim do Estado Novo, o movimento da Ação Católica voltou-se a perspectivas mais progressistas. A criação da Fundação Leão XIII e mesmo da Cruzada de São Sebastião foram fortemente influenciadas por este momento<sup>237</sup>.

A Ação Católica deu origem a diversos movimentos internacionalizados e amplamente difundidos em território nacional como a Juventude Agrária Católica (JAC) Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC)<sup>238</sup>. Cada organização respondeu diferentemente às mudanças na conjuntura política do país. Durante a ditadura ocorreu todo um debate interno nos movimentos sobre o papel dos movimentos da Igreja em relação ao ambiente repressivo da ditadura, principalmente após a edição do Ato Institucional nº 5, que arrefeceu a repressão. Conjuntura essa marcada pelas torturas a Frei Tito, frade dominicano, e pela entrada da Ação Popular, oriunda da JUC, na luta armada. Esses movimentos começaram a se avaliar e constatar que careciam de uma ação mais importante.

---

<sup>234</sup> JVC, março de 2011. p.4. Grifos do original.

<sup>235</sup> JVC, novembro de 2016 a fevereiro de 2017. p.11.

<sup>236</sup> SIMÕES, 2008. p.120 e 121.

<sup>237</sup> Ibidem, p.123.

<sup>238</sup> SILVA, 2017.

A JAC estava ainda numa linha bem leve, tocando em questões da juventude, como o casamento. Em 1969, a partir dessa avaliação, o movimento partiu para uma mudança de postura e de ação, levando a uma política diferente e na mudança de nome para Movimento de Evangelização Rural (MER) e terá como lutas principais a permanência na terra e a luta pela previdência do trabalhador rural. Por meio da luta pela permanência na terra o movimento conquista inúmeras vitórias pela Bahia, Maranhão, Pernambuco e Alagoas<sup>239</sup>. A partir de 1978 o movimento passou a se estender pelo Setor Urbano, na Paraíba, em Feira de Santana e Valente na Bahia, e, principalmente, na Região Metropolitana de Recife. Portanto, contava com forte expressão na região Nordeste, apesar de já ser um movimento de característica nacional.

Uma nova alteração se dá com a Corrente Sindical dos Trabalhadores Independentes (CTI) em 1985. A própria realidade passou a requisitar uma alteração, com o novo nome surgindo sempre das próprias pessoas, são elas que, falando no dia-a-dia acabando propondo o novo nome. Com o processo de reabertura as correntes passaram a se alinhar às centrais sindicais, notadamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), intimamente ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Uma das leituras do movimento é que este processo se assemelhava à relação que o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) possuía com o PTB no período da República Nova (1945-1964), por meio de vínculos clientelísticos que inibiam a mobilização autônoma dos trabalhadores:

“Nós não aderimos a essas correntes, porque a gente achava que o processo era muito parecido com a época da CGT, antes de 64, e que levariam à mesma coisa. [...] Havia democracia, mas os movimentos não tinham autonomia. [...] Era tudo de cúpula. Tudo era movimentos de cúpula, os trabalhadores sempre foram massa de manobra. Não tinha uma participação, uma influência. [...] Aí as perguntas: Que corrente vocês participam? Nós somos independentes. Foi nascendo assim, e aí de trabalhadores porque nós éramos uma corrente de trabalhadores o nome CTI nasceu assim, as pessoas falando. Então, nós éramos uma corrente que vinha desde a época do MER, que era de trabalhadores e era independente. O nome surgiu assim, da prática. Aliás, toda vida nossas mudanças de nome vêm da prática e da conjuntura”<sup>240</sup>.

Portanto, podemos entender como o movimento acompanhou as mudanças que ocorriam no país segundo as conjunturas política, social e econômica. Primeiro, em relação à atitude no combate à repressão nos campos. Em um segundo muito, com a forte migração da população rural para as capitais nos anos 70, a CTI, já nos anos 80 passou a pautar como prioridade os assalariados rurais e os operários da cidade, em suas lutas pelo aumento do salário, direitos trabalhistas e melhorias nos locais de

---

<sup>239</sup> JVC, março de 2011. p.10.

<sup>240</sup> SILVA, 2017.

trabalho. Outros setores do povo também eram mobilizados, como os pequenos agricultores, mulheres e moradores dos bairros. Na década de 1990, o movimento passa a se organizar em comissões de luta, nos locais de trabalho e habitação, passando a se chamar Movimento das Comissões de Luta (MCL)<sup>241</sup>.

A prioridade passa a ser a luta nas periferias urbanas e nas áreas mais pobres do campo, acompanhando a mudança surgida pela reestruturação neoliberal, que gerou desemprego, desindustrialização e aumento das tensões políticas nos campos periféricos<sup>242</sup>. O movimento conquistou milhares de moradia para as populações da periferia por meio da ocupação de terrenos e prédios, assim como a urbanização de inúmeras áreas ao redor das cidades. As comissões de luta se organizam em torno de inúmeras bandeiras de luta. Neste momento, o MCL possui uma perspectiva mais secular quanto movimento social, utilizando menos as figuras de líderes messiânicos e mais a figura de lideranças social seculares, como Tiradentes<sup>243</sup>.

“Nós percorremos um caminho diferente. Nós criamos a metodologia do trabalho a partir de comissões, né? Comissões no local de trabalho, no local de moradia, onde a militância estava a orientação era criar a comissões, que a gente chamava de luta, ela pode ser de bairro, de fábrica, qualquer lugar”<sup>244</sup>.

Aos poucos a “Ação Coletiva”, ou seja, a organização das soluções das necessidades mais sentidas pelo povo foi substituindo a luta reivindicatória junto às autoridades estatais. O tom religioso voltou a ocupar um lugar mais significativo dentro do movimento, ao mesmo tempo em que a ida às periferias passou a ser pautada como forma de luta e de adequação a uma conjuntura econômica cada vez mais marcada pela pauperização do trabalhador, pelo desemprego e pelo mercado informal<sup>245</sup>. As mudanças passaram a ocorrer no seio do próprio Movimento das Comissões de Luta, construindo as bases do que seria o Movimento das Comunidades Populares.

“Por meio das Colunas das Comunidades Populares, e com o apoio da ANACOP, foram criados centenas de grupos de economia coletiva. Mais de 20 minibancos (GICs) foram criados, assim como mercadinhos, lanconhetes, padaria, lojinhas, bombonière, grupos de produtos de limpeza, de costureiras, grupos de construção civil, roça coletiva, etc. Com isso, milhares de pessoas foram beneficiadas direta ou indiretamente”<sup>246</sup>.

---

<sup>241</sup> JVC, março de 2011. p.10.

<sup>242</sup> DAVIS, 2006. Ver capítulo 2.3.

<sup>243</sup> PENNA, 2016.

<sup>244</sup> SILVA, 2017.

<sup>245</sup> Um ponto a ser levantado é exatamente o que causou essa mudança de postura em relação à religião. Uma provável explicação talvez seja a atuação nas periferias, áreas nas quais foram cada vez mais ocupadas pelas igrejas neopentecostais como principal ator político também territorializado.

<sup>246</sup> JVC, março de 2011. p.11.

Este trabalho de deu ainda com o MCL, que além disso, criou dezenas de Grupos de Saúde Popular, assim como Escolas Comunitárias e também as Escolas de Formação Comunitária. Além disso, foi realizado todo um trabalho com Esporte, Arte e Lazer, criando, por exemplo, times de futebol organizados em comissões. Em 1990 o MCL chegou a contar com 300 comissões de luta. O movimento chega à sua quinta etapa em 2009 como Movimento das Comunidades Populares (MCP) se organizando nos setores em cinco setores: Econômico, Social, Cultural, Sindical e Popular. Esta etapa deveria incluir todas as anteriores e deveria manter os mesmos objetivos e princípios, alterando somente o nome, o hino, a bandeira e adaptando sua estrutura às comunidades populares.



**Figura 11.** Bandeira do MCP. Retirado de JVC, março de 2011.

Assim, hoje as comunidades populares se encontram ao centro do movimento, assim como também há a preocupação fundamental em criar uma ampla Frente Popular, construída de baixo para cima, com democracia e pluralismo<sup>247</sup>. Seus três princípios de organização são: a Democracia Participativa, entendida quanto Método Linha de Massas, a Independência Política e a Autonomia Financeira. O Método tornou possível se esquivar da repressão durante os anos de ditadura militar, ao se situar - diferentemente do foquismo, que procurava tomar o Estado sem construir o Poder Popular - no seio do povo, vivendo como este vive.

---

<sup>247</sup> JVC, março de 2011. p.14.

“Foi este método que também assegurou o desenvolvimento ideológico dos militantes para “viver no meio da massa como peixe dentro d’água”. Com isso, se evitou que dirigentes fossem pegos pela repressão, na ditadura militar, e que fossem cooptados, na democracia burguesa, pelos partidos reformistas ou pelas entidades cupulistas. Ser de massas significa partir das necessidades da população e das decisões que ela toma. Pesquisar, arrumar, devolver, planejar e avaliar com o povo suas ações era a forma de prática o método”<sup>248</sup>.

Sua principal forma de informação sobre a conjuntura de suas comunidades, assim como na preparação de seus encontros e atividades nacionais é por meio de seu jornal, o Jornal Voz das Comunidades (JVC). O Jornal comemorou em 2016 seus dez anos de existência e segue o lema: *Semear, Cultivar e Colher*. Semear é distribuir e divulgar o Jornal. Cultivar é desenvolver o diálogo com as pessoas, organizações e Comunidades e colher é “integrar as experiências das pessoas e organizações para unir as Comunidades em uma Frente Popular e construir uma Sociedade Comunitária a partir de um Governo Popular conquistado de baixo para cima”<sup>249</sup>. Neste sentido, o JVC mantém um vínculo essencial entre as comunidades de informação e pesquisa, servindo para dinamizar a perspectiva participativa do MCP.

O movimento se inspira em movimentos cristãos do passado organizados em comunidade, no geral - como na referência ao cristianismo dos primeiros séculos, onde se formaram diversas comunidades autossuficientes, na região da Capadócia, por exemplo<sup>250</sup> - e especificamente, em experiências concretas no Brasil, como o Contestado, Caldeirão de Santa Cruz e Canudos<sup>251</sup>. Sua perspectiva de “religião libertadora” está diretamente ligada às concepções iniciais do cristianismo e, portanto, à construção de comunidades de base autossuficientes que marcaram os antigos movimentos messiânicos. A religião está na base do movimento e é tomada como desvinculada às Igrejas, tanto a Católica quanto as pentecostais, para afirmar sua característica comunitária e libertadora.

“Quando se fala da religião, a primeira coisa que vem à cabeça da pessoa não é religião, é Igreja. É igreja. Religião? Universal? Católica? Isso não é Religião, é Igreja. Então, a instituição que, de forma sábia, sábia no mal sentido, os grupos conseguiram captar a religião. Religião é outra coisa. Religião todo ser humano tem. Não existe ser humano sem religião. Até os ateus. Os ateus eles têm uma religião que é o ateísmo. [...] Qual é a razão da religião? A razão da religião é o fato da vida dos seres humanos é um segredo que ninguém conseguiu descobrir, ninguém. Ciência nenhuma conseguiu explicar como funciona a morte, por exemplo. Então, isso faz com que as pessoas persigam algo estranho a mais que ninguém sabe o que é. Isso é religião. Isso é a ignorância nossa, dos seres humanos, para com várias

---

<sup>248</sup> Ibidem. p.6.

<sup>249</sup> JVC, março a junho de 2016. p.3.

<sup>250</sup> SILVA, 2017.

<sup>251</sup> PENNA, 2016. p.44.

questões. Então, jogamos pra Deus. Quem é que não tem isso? Todo ser humano, sem exceção tem religião. Então tem que trabalhar isso aí. Até porque se você não trabalhar você é mal visto: 'Isso daí bobeira, isso aí não é movimento'. É assim que o povo vê. No meio da classe média é tranquilo isso, mas no meio do povo não. [...] E aí a gente trabalha com aquilo que a gente chama de religião libertadora. Libertadora por que? Porque a gente propõe se libertar de determinadas crenças, determinados dogmas, libertadora neste sentido. E aí, propomos uma religião que junte todas essas questões independentemente da Igreja das pessoas. A religião ecumênica. É a religião que nós trabalhamos. A questão do coletivo, da solidariedade, do amor, da aproximação, do comprometimento, da felicidade dos outros. Tudo isso são aspectos da religião e não da igreja"<sup>252</sup>.

E ainda, sobre a diferença entre a religião libertadora e as demais Igrejas:

"A segunda coluna é a religião. Não é à toa, a Mariana fala bem na tese, não é à toa que a religião está em segundo lugar, segunda necessidade. Religião é necessidade, tanto quanto a sobrevivência coletiva que ... mas não é a primeira, é a segunda. A primeira é a questão alimentar, da sobrevivência... 01:03 A diferença é que não tem sacramento, as igrejas têm, não tem pregadores, nas igrejas tem, diáconos essas coisas e não tem templo. Essas são as diferenças, e a outra diferença que as Igrejas convencem os fiéis à base do discurso, né? O que chamam de pregação, então, nós [discutimos] as questões que aconteceram na Bíblia e comparando com a realidade e outra coisa, só defendemos a religião pregada por Cristo e pelos apóstolos, os seguidores de Cristo, uma religião de durou até 300 anos depois de sua morte, então teve religião até ali".

Dessa forma, a religião é vista como uma das necessidades do povo e deve ser, assim como as demais, organizada de forma coletiva e libertadora. Não organizar uma destas necessidades acaba gerando desconfiança das populações em relação aos movimentos sociais, que acabam sendo tomados como distante de seus valores. Os momentos religiosos são os momentos de encontros sociais do movimento, principalmente, o seu almoço comunitário mensal.

Este movimento social histórico e profundamente organizado chega à cidade do Rio de Janeiro em 1989, trazendo consigo elementos novos à cena urbana local. Os militantes do movimento chegaram à cidade ainda sob a nomenclatura de Movimentos de Comissões de Luta (MCL) para trabalhar nas fábricas, principalmente na região de Vigário Geral e Caxias, no eixo da Via Dutra<sup>253</sup>. Num total de doze fábricas foram criadas as chamadas "comissões de fábrica", responsável pela organização de doze jornais que apontavam as condições de trabalho dos trabalhadores de cada uma das fábricas. Os jornais eram nomeados conforme o que se produzia em cada fábrica: "A Válvula" e "O Transformador" foram exemplos destes jornais produzidos por meio das comissões de

---

<sup>252</sup> SILVA, 2016.

<sup>253</sup> SILVA, 2017.

fábrica. Com os anos 90, porém, a conjuntura é alterada - como já vimos aqui -, há forte desemprego e a ideologia do operário quanto “motor da revolução” entre em declínio.

O MCL começou a pautar a ida de seus militantes às periferias, o que causou rupturas consideráveis dentro do movimento. No Rio de Janeiro, o MCL participa também de ocupações de prédios na região central, sendo a mais significativa a ocupação Chiquinha Gonzaga<sup>254</sup>. A ocupação resultou em um acordo com o governo para a construção de 41 casas em Campo Belo, onde outro núcleo foi montado. A ocupação quanto *repertório* de ação já era uma característica histórica do movimento, tendo contado com ocupações de grande porte em Pernambuco, Alagoas e Maranhão, por exemplo, e bairros inteiros em outras cidades, como Belo Horizonte. O movimento chega ao Rio de Janeiro já bem estruturado, e, através das comissões de luta passou a fazer diferença no movimento sindical da cidade.

Entre os anos de 1993 e 1994 seus membros, levados pela perspectiva de ir morar nas periferias onde o povo está, se interessam pela organização em um morro no bairro da Pavuna, no que já era conhecido popularmente como Chapadão, por conta da formação geológica de chapada. O morro fazia parte de uma propriedade abandonada e já havia sido ocupado e era organizado por um grupo politizado, com preocupações em torno da questão ambientalista. Apesar de seu grau de politização, sua característica era próxima a de justiceiros, próximos ao que conhecemos hoje por milícia, e que deram o nome de Chico Mendes à comunidade pela representatividade do líder seringueiro morto em 1988 nesta bandeira de luta. O tráfico de drogas foi ponto de choque entre esse grupo e outros que queriam estabelecer ali tal o varejo de drogas, o que foi fatal para seus líderes.

A associação de moradores foi criada por esse grupo, que se preocupou em dotar a comunidade de ruas largas e arborizadas, utilizando formas de reciclagem, dentro na linha do ambientalismo. É essa configuração urbanística, de ruas largas e arborizadas que faz com que seus moradores utilizem o nome de comunidade, e não de favela, para se referir ao local<sup>255</sup>. Situada no bairro da Pavuna, próximo aos limites do município do Rio de Janeiro na divisa com São João de Meriti, a comunidade teve que lutar para construir ali suas habitações, acompanhando todo o processo de urbanização e construção de toda a infraestrutura necessária à vida urbana, inicialmente, por seus próprios moradores.

## **4.2 Comunidade, Autonomia e Participação**

Em 1994 o movimento, ainda sob a nomenclatura de MCL chega à comunidade, na qual Gelson passa a conhecer os moradores através de serviços prestados como mecânico, chegando a conhecer algo próximo a 60% dos moradores

---

<sup>254</sup> RAMOS, 2013.

<sup>255</sup> BARTHOLL, 2016. p.337.

atuais nesta época. As relações de solidariedade se fizeram vitais nesse princípio, no qual o morro era apenas “barro pesado”, não havia ruas. Dessa forma, a construção de laços de confiança com os moradores da comunidade se mostrou importante para as primeiras mobilizações, que se iniciaram de forma mais organizada o time de futebol Tiradentes<sup>256</sup>.<sup>257</sup>. É interessante notar que o time se estruturava sob o mesmo modelo participativo das comissões de luta, e gerou resultados a longo prazo, colhidos pela comunidade em todos estes anos

“Organizamos um time de crianças, um de jovens, um de adultos e um de mulheres: quatro times, quatro categorias. [...] Organizava campeonatos e reuniões aqui, e tudo era decidido coletivamente, então era reunião pra tudo. Então, o time pra jogar precisava articular o jogo, precisava articular o campo, pagamento do campo, quem vai ser o juiz, quem são os jogadores que vão jogar, qual vai ser a escalação, qual é a data do jogo, qual é o horário. Então, pra isso tudo tem que ter alguém responsável: reunião. Saía da reunião com tudo amarrado, quem menos fazia alguma coisa era eu, eu ia só pra... entendeu? E aí depois ocorria uma reunião de avaliação, o que funcionou, o que não funcionou, por quê... Então, o processo de conscientização foi muito forte”<sup>258</sup>.

Como o restante das atividades, o esporte é tomado por sua característica coletivista, capaz de levar a conscientização aos seus participantes e foi trabalhado sob o lema: “Mais importante que vencer, é participar”. Portanto, foi um dos principais meios de inserção e trabalho de base nos primeiros momentos da Comunidade Popular. A sede é construída no topo da comunidade à base do *mutirão*, para atingir esse ponto, todas as atividades eram marcadas na sede: as reuniões após os campeonatos, as festas juninas, chá de bebê, passeios com o time. O *mutirão* é a forma por excelência de se obter, não só a moradia, mas também a Infra-estrutura, a décima necessidade do povo e a que permite que se organize todas as outras colunas e a realização das outras necessidades.

Novos trabalhos passaram a ser fomentados com a construção da nova sede, entre eles a criação da creche e da Escola Jardim da Comunidade (EJC)<sup>259</sup>. Além da coluna da educação, o MCP constrói um mercadinho, um grupo de compras coletivas - ou seja, Grupos de Compra e Vendas Coletivas (GVC), um grupo de produção de produtos de limpeza com reutilização de óleo de cozinha - quanto Grupo de Produção Coletiva (GPC),

---

<sup>256</sup> A IV Feira da Rede de Economias Coletivas ocorreu no dia 10 de dezembro de 2016 e foi organizada na comunidade popular Chico Mendes, entre os membros da Articulação dos Grupos Autônomos (AGA) e os filhos - hoje organizados no grupo Juntos Somos Fortes - daqueles que participaram inicialmente no time Tiradentes (que durou treze anos), organizado por Gelson, o qual chegou a receber uma homenagem pública dias antes da feira.

<sup>257</sup> SILVA, 2016.

<sup>258</sup> SILVA, 2017.

<sup>259</sup> Um ponto interessante da Escola - e também da creche - da Comunidade Popular é o seu grau de envolvimento na comunidade, tendo alfabetizado inúmeras pessoas que hoje integram ou se relacionam com o movimento, sendo algumas as atuais professoras.

e, recentemente, também uma loja de material de construção. O principal destes grupos, talvez seja o Grupo de Investimento Coletivo (GIC). Por meio destes grupos de sobrevivência coletiva, e, principalmente, pelo GIC é que a Comunidade Popular Chico Mendes pode se manter segundo o princípio de Autonomia Financeira, o que permite a sustentação por meio de atividades autogestionárias.

“A dependência é um mal incurável então, quando você se atrela a uma Ong, ao governo, pega dinheiro, você fica dependente, seu trabalho fica condicionado a uma direção de quem está te bancando. Então você não tem, fica sem autonomia, sem independência pra desenvolver uma estratégia correta, do que você acha certo por isso nós nunca abrimos mão da nossa independência. [...] Qualquer recurso que gere dependência, inclusive de orientação, nós não queremos”<sup>260</sup>.

O GIC é um mecanismo essencial que auxilia na organização das outras colunas, inclusive da moradia. Como vimos até aqui, no que tange à participação, toda a estrutura do MCP é montada sob o princípio da Democracia Participativa, e principalmente sobre o princípio da Independência Política, o qual mantém o movimento longe de tentativas de cooptação por governos progressistas locais. A participação verdadeira é construída fora dos canais institucionais do Estado, e estrutura as colunas organizadas em cada comunidade assim como o próprio Movimento.

“A Democracia Participativa do Estado chega no MCP como *assédio*, mas é descartada, porque nós não aceitamos por dois motivos: primeiro, porque nós acreditamos, é falsa, ela é cheia de interesses, cheia de questões, muita interferência, e segundo, porque gera dependência, tira a nossa independência, a autonomia, né? E esse negócio de ter autogestão com dinheiro do governo é mentira, isso não é autogestão, isso é administração do dinheiro do governo, autogestão é da gente, nascida de baixo, das pessoas, auto, né? É muito fácil fazer autogestão desse jeito, e aí, como te falei [...] Mas a confusão é grande, onde tem esses interesses, [...] do ponto de vista do faturamento”<sup>261</sup>.

Sobre a Democracia Participativa no Rio de Janeiro e o movimento pelo direito à cidade nos anos 80, o Movimento não teve contato por ter migrado somente no final dessa década e ter se situado mais fortemente na organização fabril, num primeiro momento. Quanto às propostas participativas pelo Brasil, e mais detidamente o Orçamento Participativo de Porto Alegre, o entendimento é de sua superficialidade e pouca autonomia dada aos movimentos participantes. A Democracia Participativa do MCP pode ser tomada ainda como um movimento muito mais radical e resistente no tempo, tomando as Comunidades Populares e suas respectivas colunas como bases suficientemente fortes para fazê-la funcionar de forma radicalmente autônoma.

---

<sup>260</sup> SILVA, 2016.

<sup>261</sup> Ibidem. Grifos do autor.

“Nós fomos críticos daquilo, daquela proposta. Aquela proposta era só pra eleger, não acontecia nada, fazia aquelas reuniões lá, o pessoal dava as sugestões, e na realidade eles faziam o que queriam, não cumpriam nada do que havia sido dito. Nós chegamos a participar de grupos, vários... não acontecia, de forma nenhuma. A Democracia Participativa do MCP se dá na participação mesmo, tudo que nós fazemos é decidido com: primeiro lugar, você pegar concretamente aqui. Já começa aí, cada coluna dessas tem uma coordenação, de no mínimo de três pessoas, de cada coluna dessas: tem uma pessoa encarregada pelo dinheiro, tem que ter um tesoureiro responsável pela prestação de contas e desenvolver a parte financeira da coluna, tem outra pessoa que é responsável pelas anotações, tudo que é fatos, relatórios, convites, e tem uma pessoa que é responsável pela articulação da coluna, convoca as reuniões, coordena as reuniões, divide as tarefas. No mínimo três, tem coluna que tem mais pessoas. Se não tiver três a coluna não está organizada. Pode estar funcionando mas aí tem que se ligar a outra, se ligar a outra coluna. Esses três se reúnem e vão discutir esses problemas do dia-a-dia da coluna e aí quando tem situações que tem que se definir, pega o grupo do óleo, por exemplo, vai precisar mudar o valor do produto, definir se vai mudar o valor... e aí começa a participação já nos nos grupos, tudo é discutido num grupo menor e depois vai pra um grupo maior. Aí você tem uma assembleia com representantes de cada coluna dessas ..., porque esse representante - que pode ser um, dois ou três, e é bom - vai trazer os problemas dessa coluna”<sup>262</sup>.

Como vimos, a própria organização das colunas em tesoureiro, secretário e articulador carrega consigo a proposta de um sistema estruturado em torno da participação, em que todos os membros devem possuir voz nas decisões tomadas pelas comunidades nas diversas instâncias do movimento.

“Por exemplo, a família é uma coluna, faz as reuniões dela, agora tem uma assembleia geral de toda a comunidade com representantes de cada coluna dessas, se são dez, no mínimo vem dez pessoas. E aí na assembleia nós vamos discutir, se vamos criar mais grupos, se vai fechar tal grupo, se tem que comprar um transporte pra comunidade, enfim, as questões que tem no dia-a-dia, um aniversário do GIC, por exemplo. Aí você imagina quanta participação que tem. Em nenhum momento uma das lideranças aqui, que seja, impõe uma coisa, nada, tudo é decidido no coletivo, o que está funcionando aqui. E aí as pessoas decidem ficam com as tarefas de colocar na prática. Tem uma reunião do GIC aqui, vamos discutir a festa junina, a gente vai discutir tudo, quem vai fazer, os convites, quem vai distribuir”.

E ainda sobre se há a utilização do conceito de “horizontalidade” para fundamentar esta estrutura:

“Não, usa participação. A gente não usa “horizontalidade”, porque só por falar isso já é uma horizontalidade, agora nós temos verticalismo. Que é o verticalismo pra poder as coisas acontecerem. Qual é o verticalismo, tem, por exemplo: [...] num

---

<sup>262</sup> SILVA, 2016.

município tem várias comunidades, então exige uma coordenação das várias comunidades, que se reúnem para dar unanimidade aos trabalhos dessas várias comunidades. Entendeu? Aí, isso a nível do município, no estado é a mesma coisa, estruturas por regionais, então, tem representação de cada estado que forma uma assembleia estadual, aí você tem uma assembleia entre vários representantes dos estados do Brasil que formam a nacional. Agora, 37:24 pra fazer um caminho inverso. Esse verticalismo aí faz um caminho de baixo pra cima, entendeu? Não o contrário. Então, as pessoas levam as coisas que aconteceram aqui, vai pra municipal, depois estadual, o mesmo problema, vai pra nacional e lá cessa. Porque tem.. Quando cessa a discussão, aí volta pra cá, aí não é uma unanimidade na base, apenas uma unanimidade no que foi definido”.

Para além da Coordenação Nacional, que leva as questões locais das colunas, há também a Executiva Nacional, que não é fixa e se renova de dois em dois anos. Portanto, o Movimento das Comunidades Populares vai muito além do que vimos aqui sob a perspectiva de democracia territorializada<sup>263</sup>. Ao mesmo tempo em que se baseia no território como característica central de sua organização na satisfação das 10 necessidades prioritárias do povo, o movimento também possui uma organização baseada em uma representação (algo próximo de uma delegação), que não é feita por eleição, mas pela aproximação orgânica<sup>264</sup> dos membros das colunas, escolhidos em um determinado momento. Portanto, o método do MCP possui elementos das diversas formas de democracia que vimos até agora<sup>265</sup>, com a qualidade de conseguir produzir uma participação realmente efetiva, baseada nas experiências reais do território e não-fixa.

No que concerne ao estudo aqui empreendido, ou seja, a atribuição à Comunidade Popular Chico Mendes quanto um espaço autonômico capaz de romper a heteronomia urbana que marca a cidade do Rio de Janeiro, o GIC se faz um mecanismo essencial. Nossa premissa é que o MCP consegue produzir uma política urbana inclusiva e autônoma, em que os moradores da comunidade conseguem debater, participar e decidir como são empregados os recursos que lhes cabem. Sendo outra forma de se conseguir moradia para além da contestação e do mutirão, empregados pela coluna da moradia. Por meio destes repertórios os moradores conseguem produzir com relativa autonomia o território em que vivem. O Grupo de Investimento Coletivo pode significar um meio importante para ser reproduzido em outros coletivos.

Como vimos, o MCP distingue três níveis de desenvolvimento da organização atingida por cada uma das comunidades populares. No nível 1 se encontram aquelas que têm apenas uma atividade, enquanto que no nível 2 aquelas que têm pelo menos uma coluna organizada. A Comunidade Popular Chico Mendes é hoje uma das oito

---

<sup>263</sup> GRAEBER, 2014.

<sup>264</sup> PENNA, 2016. p.50.

<sup>265</sup> Ver capítulo 3.4.

comunidades do nível 3, que são as que possuem a maioria das colunas organizadas e estão mais próximas do ideal de construção do Poder Popular a partir da base<sup>266</sup>. O GIC possibilita o funcionamento da comunidade financeiramente, fazendo o dinheiro circular entre o próprio povo, “evitando realimentar o circuito de circulação de capital dos capitalistas”<sup>267</sup>. Somente no estado do Rio de Janeiro são quatro GICs, enquanto no Brasil são 32. Os rendimentos das poupanças são muito acima dos da poupança tradicional, enquanto os juros aplicadas são abaixo daqueles cobrados pelos grandes bancos. O lucro obtido é pouco, e é dividido em três:

“Esse lucro, ao invés de ser apropriado individualmente, é revertido igualmente em três “caixas”: um para financiar as atividades do movimento nacionalmente; outro para gastos do próprio GIC, tais como compra de material de trabalho, gastos com comemorações de aniversário, dentre outros; e, por fim, temos o chamado “fundo social”, que é uma ferramenta de apoio mútuo comunitário usada para socorrer moradores da comunidade em situação de necessidade, principalmente em caso de doenças, acidentes, fatalidades”<sup>268</sup>.

Portanto, o GIC possibilita empréstimos a juros abaixo do mercado, o que possibilita o acesso ao crédito por parte dos moradores da comunidade. Ao todo, foram mais de 60 casas construídas só na Chico Mendes, onde também foi construído um salão de beleza, foram comprados van, moto-taxi e inúmeras outras casas reformadas com os empréstimos do GIC. O grupo, como vimos, funciona de forma participativa por meio de reuniões e suas próprias atividades - como os aniversários do GIC. Sua experiência pode representar um avanço para diversos movimentos sociais que encontram no financiamento a causa para a perda de autonomia. Como vimos, a autogestão só pôde ser significativamente implantada na Comunidade por conta dos financiamentos, sempre disponíveis, do GIC.

A Coluna da Moradia, portanto, que se baseia na contestação e no mutirão para funcionar pode também receber do GIC auxílio, fornecendo material de construção e empréstimos para a construção e melhoria das casas. Todos os moradores que investem seu dinheiro no GIC participam das reuniões ampliadas do Grupo e deliberam sobre os empréstimos realizados, assim como as dificuldades e pontos do positivos alcançados. Esta talvez seja a experiência mais relevante para servir de motor de autonomia no seio mesmo das comunidades e dos espaços autonômicos, tornando possível e real o princípio da Independência Financeira.

Além destes trabalhos, o MCP procura também influir sobre as relações interpessoais dentro da comunidade, almejando enfraquecer o individualismo e a competitividade características do capitalismo, e também os problemas de família,

---

<sup>266</sup> PENNA, 2016. p.59.

<sup>267</sup> PENNA, 2016. p.67.

<sup>268</sup> Ibidem, p.65.

através da *família comunitária*. Os almoços coletivos mensais, as festas juninas anuais são formas também de integrar à comunidade as diversas famílias e discutir os problemas mais sentidos, como por exemplo, a questão da bebida alcoólica e das drogas. A campanha contra a bebida alcoólica do MCP é nacional e se refere a um problema sentido em todo o país nos seios das comunidades, acarretando “doença, violência, descontrole financeiro, falta ao trabalho ou perda de emprego, perda da autoestima e a destruição da família”<sup>269</sup>.

Essa campanha permite compreendermos o movimento como inserido diretamente nas questões reais que desestabilizam as comunidades em todo o país, e não só em uma classe ou em uma região. Portanto, para as famílias de classe média das capitais muitas vezes essa não é uma questão, enquanto que em outras regiões e nas classes populares a bebida alcoólica se mostra causa de diversas problemáticas dentro das estruturas familiares. A perspectiva de família comunitária fomenta a participação dos indivíduos no movimento, uma vez que suas famílias também abraçam as bandeiras deste. Muitas vezes essa conexão é feita pelo GIC, pelas famílias que necessitam do financiamento e acabam por se aproximar das outras tarefas do movimento, como na creche e na Escola.



**Figura 12.** Campanha contra o álcool - MCP.  
*Retirado de JVC, março de 2011. p.15.*

Portanto, a vida em comunidade também traz consigo as respostas aos problemas sentido pelo povo, mas também a dificuldade em alterar essas relações

---

<sup>269</sup> JVC, março de 2011. p.15.

interpessoais, nem sempre desejadas por alguns. A questão entre o indivíduo e a comunidade se põe na mudança dessas relações interpessoais, o que pode funcionar muito bem em alguns espaços e não funcionar em outros. Na Comunidade Chico Mendes a campanha é utilizada como forma de fazer frente aos problemas familiares supracitados. A vida em comunidade, em contraposição ao individualismo e à competitividade capitalista, é posta em prática nas atividades de Lazer e de Esporte, como já vimos no exemplo do time Tiradentes. São valores agregados à comunidade como meio de vida que permeiam o processo autogestionário e a construção do Poder Popular do Movimento.

### 4.3 Construção do Poder Popular: Novos horizontes

A economia coletiva, ou a autogestão, por sua vez, procura quebrar o consumismo, criando uma consciência mais humana nas relações econômicas. Em uma perspectiva de transformação social passando pelos laços interpessoais, o MCP, assim como a Rede de Economias Coletiva, da qual faz parte, procura estabelecer uma consciência no trabalhador para a vida comunitária, capaz de produzir relações mais igualitárias, justas e solidárias no lugar tanto de uma consciência de funcionário, quanto a de patrão ambas dentro do sistema de *divisão do trabalho* capitalista. A autogestão encontra no MCP uma configuração comunitária e coletivista, apontado para a mudança da sociedade com a construção de novas estruturas. A autogestão comunitária passa pela perspectiva de libertação - e não de inclusão - do movimento. Assim:

“Quem conduz a experiência de Economia Coletiva, deve ter opção por uma Sociedade Comunitária que é o inverso do Capitalismo. E viver coerente com essa opção. [...] Esta orientação é importante, porque nos grupos de economia coletiva sempre aparecem dois tipos de consciência. Um é a consciência de patrão, quando a pessoa quer mandar nos outros e ganhar mais do que todos. Não gosta de decisões coletivas. Acha que, sem sua presença, o grupo acaba. O outro tipo é a consciência de empregado. Este companheiro age como se estivesse trabalhando em uma empresa privada. Não vê vantagem em participar de reuniões, acha que é perda de tempo. Esses dois tipos de consciência – patrão e empregado – facilmente destroem os Grupos Coletivos e, junto com eles, o projeto econômico da Comunidade. Para o projeto dar certo é preciso ter no grupo uma terceira força ideológica: a consciência coletiva ou comunitária, que valorize a opinião de todos, entenda que a renda é importante e necessária, mas saiba que a garantia do bem estar das pessoas depende muito mais da vida comunitária do que da renda do grupo. Saiba que, quem não vive em Comunidade, quanto mais ganha, mais gasta e acaba estressado. Quem vive em Comunidade ganha menos, mas vive melhor, só gasta o que é necessário e é mais feliz”<sup>270</sup>.

Se é verdade que o “sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação da terra e dos instrumentos

---

<sup>270</sup> REDE DE ECONOMIAS COLETIVAS, 2013.

produtivos”<sup>271</sup>, passando a produzir o que os trabalhadores produziam independentemente para sua sobrevivência, então, a autogestão é capaz de devolver este poder e esta capacidade de produção autônoma do trabalhador. Se a questão da habitação está interligada aos demais problemas urbanos, assim como aos problemas sociais, entre os quais a desigualdade social, então é possível afirmamos que a autogestão também procura atacar o problema de forma ampla. A proposta do MCP é exatamente devolver a capacidade de produzir vida autônoma por meio da comunidade. Podemos verificar na prática como esta capacidade de produção e participação econômica, cultural e política dos trabalhadores da está presente na comunidade.

A autogestão, como vimos, é parte da Sobrevivência Coletiva uma das 10 colunas que a médio prazo devem tornar possível a construção do poder popular, o qual por sua vez, se faz necessário para a construção de uma sociedade comunitária.

“A conquista de um Governo Popular depende de quatro condições:

- 1) A existência do poder popular na base (comunidades populares com as 10 Colunas organizadas).
- 2) Uma direção que articule estas Comunidades em todo o território nacional.
- 3) A existência de uma Frente Popular democrática e pluralista a partir da base.
- 4) Uma conjuntura nacional e internacional favorável à luta dos trabalhadores e povos oprimidos.

A conquista e consolidação de um governo popular são o meio que o povo terá para transformar nosso país e se libertar de séculos de exploração econômica e dominação política e ideológica.

Baseado nas experiências comunitárias (indígena, camponesa e operária) do passado e das experiências das Comunidades Populares do presente, é que o povo, através do Governo Popular irá construir a nova sociedade onde não exista mais divisão de classes sociais, nem a separação entre o ser humano e seu meio ambiente.

Assim teremos justiça e paz para todos.

Será a utopia se tornando realidade e o Reino de Deus que começa na terra”<sup>272</sup>.

O projeto político de construção do Poder Popular se liga de forma híbrida às relações de poder que expomos aqui<sup>273</sup>. O Poder Popular é expressão fortalecida do que viemos chamando até aqui de *poder-fazer*, ou seja, do poder da comunidade em produzir suas próprias políticas e também de pressionar os governos para fazer valer o acesso aos bens públicos, que afinal, é de todos nós. Para a defesa de seu projeto, o MCP se liga por meio de redes de apoio mútuo entre suas comunidades e com outros

---

<sup>271</sup> KOWARICK, 1979. p.55.

<sup>272</sup> JVC, março de 2011. p.5.

<sup>273</sup> Ver capítulo 3.3.

coletivos. Estas redes permitem que o poder popular ocorra também em outros locais, potencializando seus grupos econômicos assim como outros coletivos, ao mesmo tempo em que fortalece seu próprio território. A perspectiva de fortalecimento destes *territórios-em-rede*<sup>274</sup> torna possível maior amplitude na construção do Poder Popular.



**Figura 13.** Feira da Rede de Economias Coletivas no Méier. *Foto: Fharah Mahmud.*

Portanto, a utopia comunitária do MCP apresenta diversos aspectos de construção real e palpável de transformação social. Os princípios de Autonomia Financeira, Independência Política e Democracia Participativa são verificados na própria comunidade popular, mas também nos eventos em que o movimento participa com os coletivos que atua em rede. As feiras de economias coletivas são exemplos desta atuação prática, assim como suas festas e eventos realizados na Comunidade Popular Chico Mendes. A construção do poder popular, portanto, possui uma funcionalidade pedagógica, ensinando o povo a se governar. As lideranças devem emergir das bases e se manter em seu nível “para captar seus anseios e conduzi-lo para a transformação social”<sup>275</sup>.

Como vimos o projeto político do MCP passa pela Comunidade como forma de produzir uma alternativa política e econômica ao capitalismo e seu projeto de democracia é radicalmente centrado nestes, produzindo participação real dos moradores. O individualismo é quebrado ao se desfazer as relações diretas entre Estado e indivíduo, e deste com o trabalho assalariado como principal meio de sustento. A

---

<sup>274</sup> BARTHOLL, 2016.

<sup>275</sup> PENNA, 2016. p.53.

autogestão comunitária é a resposta às dificuldades impostas pelo capitalismo, organizando as relações de reciprocidade e, de certa forma, neutralizando a heteronomia do espaço urbano. A participação assume proporções reais e possibilita aos moradores da comunidade decidirem sobre as questões que lhes dizem respeito. E o território, marcado pelas relações comunitárias, é a base dessa transformação.



**Figura 14.** São João na Comunidade Popular. *Foto: Liza Kiara.*

As mobilizações com coletivos de outros bairros e favelas permite uma dimensão maior nos trabalhos de um movimento ao mesmo tempo, fortemente organizado em seu território, mas também capaz de lançar mão de relações de solidariedade em outros territórios. Essa capacidade autônoma territorializada e em rede fica evidente nos eventos do MCP, na qual participam em peso não só os moradores da comunidade, como também militantes de diversos espaço. A maior expressão deste fato, talvez seja a sua Festa Junina anual, data marcante na vida dos moradores da comunidade. O poder popular fica também claro na atuação de outras comunidades, sempre com forte peso nas políticas locais de suas cidades, como por exemplo, na relação com os representantes eleitos.

“O MCP, desde sua origem, vê as eleições, no sistema capitalista, como tática. A estratégia é construir o poder popular através da mobilização e organização do povo a partir da base. [...] As táticas vão mudando conforme a Conjuntura nacional ou local, no caso das eleições municipais. [...] A partir da abertura política iniciada em 1979, principalmente das eleições para governador em 1982, mudamos nossa tática eleitoral. Passamos a defender o voto nulo. [...] A partir das eleições de Hugo Chavez, na Venezuela, em 1998, e Evo Morales, na Bolívia, em 2006, começamos a pensar a possibilidade de apoiar e até lançar candidato nas eleições. Como nunca chegávamos a um consenso, cada militante agia nas eleições conforme à sua

consciência. Nas eleições deste ano, por exemplo, no Rio de Janeiro, os companheiros fizeram campanha do voto nulo. Na Bahia, os companheiros de Ichu realizaram Assembleia Popular com os candidatos. Em Iaçú, os companheiros do MCP apoiaram a candidatura do presidente do sindicato para vereador. Em Pernambuco, os companheiros do MCP de Igarassu apoiaram um agricultor para vereador e a reeleição do atual prefeito”<sup>276</sup>.

Essas diferenças mobilizações em torno das eleições só foram possíveis graças ao poder construído nas bases, e que torna possível a contestação de governos contrários aos interesses populares assim como o fortalecimento de candidatos que surjam no seio da mobilização. Nas eleições nacionais de 2014, o movimento chegou a elaborar uma “Carta-Programa” com as principais propostas de suas comunidades, ao modelo da “Outra Campanha” zapatista<sup>277</sup>. As diferentes formas de participação nas políticas institucionais somente ocorrem por meio do respeito ao princípio da Independência Política, mantendo a autonomia de suas comunidades. As ações de contestação também atingem resultados importantes pela presença que Poder Popular das Comunidades proporciona a seus membros.

Um exemplo poder ser tomado na luta pelo direito à moradia digna em Manguinhos, no qual um membro do MCP encaminhou um abaixo-assinado junto ao Ministério Público e conseguiu mobilizar a população para exigir seus direitos junto ao Estado. As remoções são fruto das obras do Programa de Aceleração do Crescimento nas comunidades de Manguinhos, Alemão, Jacarezinho e Caju e que deixou inúmeros moradores sem casa, e até hoje recebendo aluguel social. A heteronomia nas obras se revela na ausência de qualquer tipo de diálogo com o poder público sobre um programa que deveria melhorar a qualidade de vida dos próprios moradores. O viaduto construído só beneficiou a SuperVia (empresa que explora o serviço de trens urbanos) e a ponte sobre o Rio Faria-Timbó foi construída com somente um metro de altura, qualquer chuva, mínima que seja, gera o transbordo do rio para as casas em volta<sup>278</sup>.

O Poder Popular permite voz e participação real aos moradores dos bairros, comunidades e favelas dos territórios periféricos. Numa conjuntura onde o diálogo com as autoridades públicas, como a do Rio de Janeiro, se mostra impossível, não só pela distância que há entre os grandes aparelhos de Estado, opressivos e mortais em boa parte do tempo, e a população, mas também pela completa falta de interesse dos governantes, a ação coletiva, política, de mobilização se faz muitas vezes a única alternativa. Portanto, o Poder Popular é toda a acumulação de *poder-fazer* que atinge uma certa população em um dado território.

---

<sup>276</sup> JVC, novembro de 2016 a fevereiro de 2017. p.5.

<sup>277</sup> Movimento das Comunidades Populares, 2014.

<sup>278</sup> JVC, novembro de 2016 a fevereiro de 2017. p.18.

Como vimos, a construção do Poder Popular pelo Movimento das Comunidades Populares possui toda uma estruturação em torno de princípios, métodos, rotinas de participação que possuem origens em sua longa história de mobilização. São acúmulos de uma luta de um movimento com mais de 40 anos de história que procuramos pôr em reflexão neste capítulo. A chave de toda sua força está na perspectiva comunitária que nos força a produzir alternativas ao Estado e ao capitalismo, atingindo uma democracia radicalizada e real. Seus princípios de Democracia Participativa, Independência Política e Autonomia Financeira revelam exemplos práticos que podem gerar novas perspectivas outros espaços autônômicos.

A mobilização do MCP apresenta diversos exemplos para estes espaços, principalmente para aqueles situados em comunidades e favelas, porém, apresenta inúmeros pontos a serem aproveitados pelos espaços autônômicos em outros pontos dos territórios periféricos, como na Zona Norte e Oeste da cidade, ou nas chamadas fronteiras urbanas. Estes territórios, por vezes nomeados como não-cidade, por sua falta de infraestrutura urbana podem encontrar na mobilização autônoma meios de suprir suas necessidades, sempre encontrando as suas próprias maneiras, com seus próprios objetivos. O fato de termos procurado o exemplo do MCP quanto movimento histórico na cidade, não significa que a resposta dos problemas da cidade e de seus moradores esteja em replicar sua organização.

O que procuramos aqui foi compreender as próprias respostas que o Movimento das Comunidades Populares encontrou para satisfazer as necessidades de suas populações, e perceber, de forma mais detida, como a Comunidade Popular Chico Mendes pôde organizar as demandas de seus moradores e de forma participativa no seio de uma cidade historicamente heterônoma. Isso não significa, todavia, que estas mesmas respostas encontrariam terreno fértil em outros locais, e que sirva para outros espaços, mesmo na cidade do Rio de Janeiro. O próprio movimento deixa claro que sua procura foi pelas regiões afastadas da periferia, o que talvez torne possível afirmarmos que uma organização de tal porte não seria possível nas regiões centrais e mesmo menos afastadas da cidade.

Além dos princípios supracitados, estudamos aqui mecanismos que produziram ganhos significativos para a mobilização dentro da comunidade. Podemos elencar alguns exemplos para a construção de espaços autônômicos na cidade entre os quais: as diferentes formas que se pode tomar a *autogestão*, como por meio de grupos de vendas coletivas, de compras coletivas, escolas, creches, e principalmente, o Grupo de Investimento Coletivo; a produção de moradia de forma participativa, por meio da coluna da sobrevivência coletiva; e, talvez, a mais significativa, a dimensão comunitária na produção do Poder Popular.

Para além do exemplo que significa para aquelas e aqueles que se mobilizam no espaço urbano da cidade, a Comunidade Popular Chico Mendes representa um dos espaços mais significativos de construção de autonomia e emancipação popular que

encontramos no Rio de Janeiro. Em meio a uma cidade construída e formatada por poderes heterônomos, clientelistas, corporativistas e ostensivos, a presença de uma tal prática pode nos produzir esperança na construção de novas relações interpessoais, mais livres, autônomas e igualitárias. Sua experiência mostra que é possível acreditarmos em uma radicalização democrática pelos territórios periféricos, assim como na ação autônoma como forma resolver os problemas que os poderes públicos não possuem interesse, ou pressão política suficiente para resolver.

Em comparação com uma participação política real e uma democracia participativa vigorosa, os modelos frágeis e efêmeros de participação institucional acabam se mostrando insuficiente para a enorme demanda que possuímos em relação às necessidades básicas dos locais em que vivemos. A falta de poder verdadeiro por parte dos participantes destes mecanismos institucionais acaba por enfraquecer qualquer perspectiva radical de democracia e de mobilização das populações dos subúrbios e favelas das principais cidades do país. Por outro lado, o surgimento de vínculos solidários e de ajuda mútua entre os diversos espaços autonômicos existentes pela cidade, atuando em rede, pode significar a construção de um outro projeto de cidade. Uma perspectiva de radicalização democrática passa, invariavelmente, pela autonomia construída nestes espaços pelos próprios moradores dos bairros, comunidades e favelas periféricos.

## 5. Conclusões

Procuramos por meio das abordagens histórica, teórica e prática avançar na compreensão sobre as principais questões que encontram os coletivos que desejam seguir o caminho da mobilização territorializada e da construção do poder popular. Apesar de encontrar nas jornadas de junho de 2013 a sua razão de ser, o estudo procurou avançar em relação às limitações dos protestos de rua quanto alternativas reais para a radicalização democrática e transformação da realidade social. O elemento territorial perpassou a interpretação da formatação das regiões periféricas da cidade do Rio de Janeiro, assim como a análise da Comunidade Chico Mendes como alternativa na construção de uma vida urbana mais livre e autônoma. Portanto, a interpretação da política urbana em gradações correspondentes a um *continuum* entre autonomia e heteronomia perpassou o argumento do estudo.

No sentido de analisar a formatação espacial do Rio de Janeiro procuramos alternativas que apontem para uma radicalização democrática, haja visto a ausência de uma esfera pública realmente participativa na cidade. Tocar em temas como autonomia e participação em um espaço urbano marcado pela segregação, pela exceção e pela heteronomia exige que busquemos leituras menos estadocêntricas, que consigam dar conta de uma compreensão realista da cidade. A busca pela compreensão histórica da política urbana na cidade foi o meio que encontramos para entender de que forma a formatação urbana chegou ao ponto de segregação sócio-espacial que encontramos hoje, exemplificando como inúmeras perspectivas de participação por fora dos canais institucionais foram suprimidas ao longo da história da cidade.

Os primeiros séculos foram de uma vila pequena que conquistava seu lugar ao meio de morros, brejos e pântanos e se baseava na economia escravagista dos engenhos ao redor da Baía de Guanabara. Os padrões de ocupação urbana se alteram radicalmente com a vinda da família real e ainda mais com a abolição da escravatura, em 1822 e 1888, respectivamente. Já em meados do século XIX, a cidade passa a contar com forte padrão de segregação urbana, acentuado com as reformas de Pereira Passos, e também de Carlos Sampaio e Paulo de Frontin. Os setores populares, desabrigados pela destruição dos cortiços, passam a ocupar os morros das áreas centrais e migram para os subúrbios cortados pelas Estradas de Ferro. A partir desse momento, o padrão de segregação estica cada vez mais o tecido urbano da cidade, sempre fomentando a migração para as fronteiras urbanas, o que se acentua no século XX.

Na década de 1950, os municípios da Baixada Fluminense e os bairros cariocas que lhes são fronteiros alcançaram um crescimento sem igual, muito influenciados pelo saneamento dos vales do Acari e do Meriti e pela abertura da Avenida das Bandeiras, primeiro até Coelho Neto (1949), depois até Deodoro (1954), ocorrendo uma “explosão demográfica” da Baixada<sup>279</sup>. Para os bairros que serviam para a migração, pouca infraestrutura era fornecida, tendo os governos se limitado aos seus loteamentos.

---

<sup>279</sup> ABREU, 2013. p.121.

A industrialização foi o principal motor das migrações, tanto para as fronteiras urbanas, quanto para as áreas centrais que já atingiam certa valorização, como o bairro do Maracanã, a Lagoa Rodrigo de Freitas e a Grande Tijuca. É sob esta conjuntura que se deram os grandes movimentos de resistência das favelas.

A política de remoções foi bloqueada durante os anos 50 pelas relações clientelísticas entre políticos do PTB e PSD e os moradores de favelas, tomados por estes como capital político. Os movimentos sociais também tiveram grande impacto no bloqueio desta política, com destaque para a União dos Trabalhadores Favelados (UTF). Sua mobilização fora até então algo sem precedentes e forneceu forte exemplo para os movimentos posteriores. Atentemos ao fato que mesmo em período democrático estes movimentos foram fortemente reprimidos, a UTF foi fechada pela Divisão de Política e Social (DPS) da polícia em 1957. Sua mobilização, porém, foi a causa de ainda contarmos com uma formatação sócio-espacial marcada pela presença de favelas como é boa parte da Grande Tijuca. Outro exemplo da heteronomia que conforma a estrutura da cidade, foi a primeira tentativa de incluir as associações de moradores na política urbana ter se tornado a principal forma de cooptação destas, com a nomeação de Sandra Cavalcanti - e que viria embasar toda a remoção de favelas durante os primeiros anos de ditadura - para a Secretaria de Serviços Sociais, no lugar de Arthur Rios.

Nos governos de Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas, ou seja, entre os anos de 1962 e 1974, 139.218 pessoas foram removidas de suas casas<sup>280</sup>. O período de remoções encontrou seu fim em 1977 com a resistência dos moradores da favela do Vidigal. A partir deste momento os governos passaram a canalizar esforços para a urbanização das comunidades e favelas, o que ocorreu com inúmeros programas, dentre os mais conhecidos, o Programa Favela-Bairro. Mesmo neste período de abertura e maior preocupação com a participação nos canais institucionais, não ocorreu no Rio de Janeiro qualquer tipo de iniciativa participação implantada de forma relevante. O movimento pelo Direito à Cidade surtiu pouco efeito na cidade, para além dos mecanismos jurídicos como a delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o IPTU progressivo e a *usucapião*.

A municipalização da política urbana e a extinção do BNH levou ao enfraquecimento do poder público em intervir na formatação do espaço urbano da cidade. A eleição de Luís Inácio Lula da Silva não gerou grandes transformações na cidade, tendo o PT se aliado aos partidos clientelistas e autoritários no Estado e no município, com ênfase no PMDB nos últimos anos. O Programa Minha Casa, Minha Vida acabou se dando, obedecendo o padrão de segregação da cidade, nos limites do município e nas novas fronteiras urbanas na Zona Oeste. Por sua vez, os avanços jurídicos não foram capazes de frear as novas remoções na cidade a partir de 2007. Devemos ter clara a ideia do poder em sua forma violenta, quanto princípio de instituição do direito, ou seja, que o direito não é um “fim livre e independente da

---

<sup>280</sup> GONÇALVES, 2013. p.258.

violência”<sup>281</sup>. No momento em que o poder volta seus interesses para uma dada população, o direito se mostra frágil, servindo aos meios violentos do Poder. Somente na gestão de Eduardo Paes, entre os anos de 2009 a 2013, foram 67.000 pessoas removidas de suas casas<sup>282</sup>.

“Foram mais de 20 mil casas removidas em cinco anos de governo. E ao que parece, o processo de reestruturação em curso deve reforçar o padrão centro-periferia com acentuação de uma descentralização que se expressa no processo de segregação, sem garantia de manutenção das estruturas ocupacionais para os moradores removidos, como resultado de uma série de políticas, programas e intervenções estruturantes. Ao mesmo tempo, a gentrificação entra cada vez mais no vocabulário carioca. Os deslocamentos compulsórios não são operados somente através do aparato repressivo estatal, mas também pelo mercado. São muitos os casos de famílias de classe média que, assim como as camadas mais vulneráveis socioeconomicamente, são obrigadas a se mudar daquela vizinhança de origem para zonas mais afastadas por não terem condições de arcar com o custo do aluguel”<sup>283</sup>.

Ao mesmo tempo, não podemos cair na armadilha de tratar as periferias pela questão da ausência, muito menos percebê-las de forma idílica e fazer de seus moradores, novos sujeitos históricos da revolução. O que importa é perceber os territórios periféricos por suas características próprias, que podem ser detectadas pelas formas como seus próprios moradores lidam com estes. A percepção do território quanto formador da identidade, portanto, é vital para compreendermos as dinâmicas internas em torno dos espaços. Não lançamos mão da definição destas áreas periféricas por entender que as periferias se dão sempre em comparação com um centro, e que, apesar de termos muito claramente os principais centros da cidade, também há diferentes formas de periferias, que por sua vez, se dão em torno de outros subcentros. Esta relação se dá entre os bairros do subúrbio, e entre os bairros e as favelas, o que importa é compreendermos criticamente esta assimetria de poder entre os espaços.

As jornadas de junho de 2013 deixaram claras as formas de assimetria de poder, não somente entre sociedade e Estado, mas também entre as regiões da cidade e entre as favelas e o “asfalto”. As relações de heteronomia foram expostas de inúmeras maneiras, ao mesmo tempo que suscitaram inúmeras questões, principalmente, sobre como estas relações heteronômicas são formatadas por décadas, calando as populações periféricas. Como uma disciplina estrita pode ser imposta aos moradores da cidade, e, principalmente, quais são as alternativas para romper este *padrão* político. A primeira autocrítica realizada foi a necessidade de organização, para além dos simples protestos de rua<sup>284</sup>. O caminho para uma vida mais autônoma e participativa na cidade estaria ligado aos próprios territórios em que vivemos e atuamos, ao buscarmos alterar sua

---

<sup>281</sup> BENJAMIN, 1986. p. 172.

<sup>282</sup> AZEVEDO e FAULHABER, 2015. p.36

<sup>283</sup> Ibidem. p.77.

<sup>284</sup> JVC, agosto a novembro de 2013, capa.

formatação. A organização para fazer frente à heteronomia e à disciplina imposta, no mesmo campo de disputa do Estado e do Capital, ou seja, o território se mostrou fundamental.

“Onde há poder, há resistência”<sup>285</sup>, e o fato de nos mobilizarmos em meio a uma gama infinita de mecanismos disciplinadores não inibe o fato de que a organização territorializada pode produzir relações mais igualitárias e mais autônomas entre as pessoas. Nos territórios as ações coletivas, os diversos ativismos e movimentos sociais encontram terreno fértil para a produção de novas formas de relações interpessoais, novas formas de se relacionar com a economia, política e cultura do ambiente em que estão inseridos. Produzir relações de poder que tornem possíveis a participação autêntica e verdadeira, ao mesmo tempo que relações econômicas mais igualitárias se torna possível ao tomarmos a categoria território, quanto fundamental à organização de resistência nas periferias. O espaço se faz vital para pensarmos a política, e relações de poder mais simétricas entre os indivíduos.

Falar sobre democratização do espaço urbano requer apontar para um maior equilíbrio de poder entre os atores políticos da cidade, o que se pode ocorrer de dentro para fora, autonomamente. Autonomia, território e poder se mostram termos complementares ao falarmos sobre uma radicalização democrática autêntica, diferente da simples abertura dos canais institucionais para a participação, que se dá por meio de epistemologias distantes daquelas desenvolvidas nos territórios. A autogestão se revela como fator importante para fazer com que as relações de solidariedade já existentes nos territórios possam representar emancipação econômica e política para os atores. Acreditamos que a autogestão possa produzir relações interpessoais mais horizontalizadas, mais humanas, simétricas e autônomas, capazes de dirimir relações autoritárias, machistas, racistas, homofóbicas, elitistas e capitalistas, não só nas favelas, mas também nos subúrbios.

A construção de espaços onde seja possível gerir os meios de vida de forma autogestionária representa esperança para a construção de uma sociedade mais autônoma, no meio de uma conjuntura marcada pela imposição e pela opressão, em diferentes formas e gradações. É neste sentido que a Comunidade Popular representa um exemplo importante, nos fornecendo inúmeras perspectivas de como podem funcionar essas iniciativas. A autogestão e a autonomia encontram em seu território uma perspectiva comunitária, capaz de aproximar os moradores da comunidade em torno das decisões que lhes dizem respeito, não só sobre a moradia, mas também sobre saúde, educação, lazer, arte, religião, etc. Sua organização em 10 colunas nos permite compreender como as necessidades do povo podem ser supridas de forma autogestionária, pela sua própria mobilização, muitas vezes sem recorrer à contestação das políticas estatais.

---

<sup>285</sup> FOUCAULT, 1988. p.91.

A perspectiva de Democracia Participativa do Movimento das Comunidades Populares aponta para uma autêntica radicalização democrática nos territórios. Ao identificarmos uma experiência prática realmente democrática, em que os moradores realmente participam das decisões coletivamente, passamos a compreender melhor os defeitos das perspectivas institucionais de participação. Não só falta vigor a estas perspectivas, mas também a compreensão de que o território e a autonomia dos moradores são essenciais para falarmos sobre democracia. Ao procurarmos nossas soluções em desenhos institucionais complexos acabamos nos esquecendo que sem autonomia - ou seja, assimetria de poder - estes esquemas serão impostos às populações, cancelando qualquer perspectiva de participação real.

Portanto, a autogestão dos meios necessários à vida se mostra, não somente viável, mas como também está ocorrendo em inúmeros espaços e territórios pela cidade e pelo país. Ao tratarmos sobre a heteronomia característica da cidade em que vivemos, perceber estas iniciativas pode ser o fôlego que procuramos encontrar para repensar alternativas e nos questionar sobre o papel do meio acadêmico na produção de saberes que invoquem exatamente estas perspectivas de autonomia e democracia organizadas pelas próprias mãos daqueles que habitam nossas principais cidades.

Ao falar de democracia, precisamos ter em mente que autonomia, território e poder são elementos fundamentais para seu funcionamento para além da teoria. A organização destes espaços autonômicos em redes de solidariedade e apoio mútuo acaba representando um horizonte mais fértil para a produção de um outro projeto de cidade, do que inúmeros esquemas institucionais. Para romper a heteronomia característica da cidade do Rio de Janeiro, seus moradores sempre recorreram a formas de auto-ajuda e de solidariedade, o que também formatou nossos territórios. As demais perspectivas de “ganhos de autonomia” nos bairros, favelas e comunidades da cidade passam por compreender e atuar sob as relações interpessoais já existentes, procurando formas de torna-las, também, emancipatórias.

## Referências bibliográficas

ABERS, Rebecca, SERAFIM, Lizandra e TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A experiência na Era Lula.** DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, nº2, 2014, pp. 325 a 357.

ABERS, Rebecca e VON BULOW, Marisa. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 52-84.

ABREU, Mauricio de Almeida. **Um quebra-cabeças (quase) resolvido: Os engenhos da Capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII.** In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. vol. X, nº 218 (32). Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

\_\_\_\_\_. **A evolução urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPP, 2013.

AGUIAR, Thais Florencio de. **Uma genealogia de princípios de demofilia em concepções utópicas de democratização.** Tese de doutorado em Ciência Política. Programa de Pós-graduação em Ciência Política - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Flor e a Náusea.** In: A Rosa do Povo. 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARBLASTER, Anthony. **A democracia.** Tradução: M. E. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

AUGUSTO, Claudio de Farias. **Federalismo republicano e políticas sociais: o caso da habitação social no Brasil pós-64.** [Dissertação de mestrado, em Ciências em Engenharia de Produção]. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Carta de 88 e a habitação como direito social.** Niterói: mimeo, s.d.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. Estudos Avançados 18 (52), 2004.

AZEVEDO, Lena e FAULHABER, Lucas. **SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Fotógrafo: Luiz Baltar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

B. Ma-k-lé part. Us Neguin Q Não C Kala. **É hora do resgate**. Álbum: Resistência. Faixa 10, 2009.

BARTHOLL, Timo. **Territórios de Resistência e Movimentos Sociais de Base: Uma investigação militante em favelas cariocas**. Tese de doutorado em Geografia Humana. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2015.

BARTHOLL, Timo e TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Apresentação. In: ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENJAMIN, Walter. Crítica da Violência - Crítica do Poder. In: **Documentos de cultura, Documentos de barbárie: escritos escolhidos**. Tradução: Celeste H. M. Ribeiro de Souza. São Paulo. Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BERLIN, Isaiah. **Two concecpts of liberty**. In: Four essays on liberty. Oxford: Oxford University Press, 1969.

BOOKCHIN, Murray. O Municipalismo libertário. In: **O bairro, a comuna, a cidade... Espaços libertários!** Tradução: Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.

BORDA, Orlando Fals. **Conocimiento y poder popular, lecciones con campesinos de Nicaragua, México e Colombia.** Bogotá: Siglo XXI, 1986.

\_\_\_\_\_. El tercer mundo y la reorientación de las ciencias contemporáneas. In: BORDA, Orlando Fals. **Una sociología sentipensante para América Latina.** Bogotá: Siglo del Hombre/CLACSO, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012.

Brasil. **Estatuto da cidade:** Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. **Ordenando o espaço urbano no Rio de Janeiro:** O programa de remoção da CHISAM e as 'utilidades' para os favelados (1968-1973). XIV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio. 2010.

BURGESS, Rod. **Petty commodity housing or dweller control?** A critique of John Turner's views on housing policy. In: BROMLEY, R. The urban informal sector. Oxford: Pergamon, 1979. P. 1105 – 1133.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom.** O Terceiro paradigma. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela:** A produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARDOSO, Adauto Lúcio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (Coord.) **A municipalização das políticas habitacionais: uma avaliação da experiência recente (1993-1996)**. Rio de Janeiro: FASE: UFRJ/IPPUR, Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 2000. (Relatório Final - Parte 1).

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia e PEREIRA, José Roberto. **Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão**. Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 116-122 jan./jun. 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto III**. O mundo fragmentado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius e PANNEKOEK, Anton. Dirección y revolución. Discusión entre Cornelius Castoriadis y Anton Pannekoek, 1953-54. In: CASTORIADIS, Cornelius. **La experiencia del movimiento obrero**. (vol. I - Cómo luchar). Tusquets ed., 1979.

CECEÑA, Ana Esther. Sujetizando el objeto de estudio o de la subversión epistemológica como emancipación. In: CECEÑA, Ana Esther (org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. 1ªed. Buenos Aires. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006.

CHOMSKY, Noam. **Notas sobre o anarquismo**. São Paulo: Hedra, 2011.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Tradução: Theo Santiago. Coletivo Sabotagem, 2004.

Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ). **Histórico**. s.d. Disponível em: [www.cehab.rj.gov.br/empresa](http://www.cehab.rj.gov.br/empresa) Acessado em: 01 de março de 2017.

CORAGGIO, Jose L. **Territorio y economías alternativas**. Palestra no I Seminario Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional. Visiones, desafíos y propuestas, La Paz, Bolívia, 30-31 de julio de 2009.

CORREIA, Fernanda Guimarães. **Programa Favela-Bairro: cidadania e exclusão**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Rio de Janeiro, 2003.

DAHL, Robert. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

\_\_\_\_\_. **Poliarquia: Participação e oposição**. São Paulo: EdUSP, 2005.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum sobre as sociedades de controle**. Tradução: Peter Pál Pelbart. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a questão humanista: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

Fernando José. **Do Esqueleto à Vila Kennedy: Cinco décadas de lutas e conquistas**. In: Voz das Comunidades. 22 de fevereiro de 2017. <http://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/do-esqueleto-vila-kennedy-cinco-decadas-de-lutas-e-conquistas/> Acessado em: 13 de março de 2017.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Tradução e notas de: José da Silva Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. I: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução: Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Roberto e BRITO, Fausto. **Utopia e Paixão: a política do cotidiano**. São Paulo: Trigramma Editora e Produções Culturais, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e direito**. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-Rio, 2013.

GORDON, Uri. **Anarchism and political theory**. Submitted for the degree of DPhil in Politics. Mansfield College, University of Oxford, 2005.

GRAEBER, David. **La démocratie aux marges**. Lormont: Le Bord de l'eau, coll. « La Bibliothèque du Mauss », 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Tradução: Guido A. Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HENRIQUES, Flávio Chedid; LAGO, Luciana Corrêa do. **Nós somos o bairro**: O caso da União Solidaria de Trabalhadores. ORG & DEMO (Marília), v. 16, n. 2, p. 9-24, Jul./Dez., 2015.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

Jornal do Brasil. **FAFEG diz em manifesto o que querem os favelados**. 22 de Janeiro de 1966.

\_\_\_\_\_. **Brás de Pina terá favela urbanizada com ajuda de seus próprios moradores**. 7 de junho de 1968.

\_\_\_\_\_. **Casa não é o único problema para os favelados do Rio**. 15 de agosto de 1968.

\_\_\_\_\_. **Favelado de Brás de Pina vê no urbanismo uma vida melhor**. 15 de setembro de 1968.

Jornal Voz das Comunidades (JVC). **11ª Assembleia dá início à 5ª etapa do movimento**. Brasil, março de 2011. Ano 5. Nº 13.

\_\_\_\_\_. **O Bem Viver Indígena e as Comunidades Populares**. Ano 6, nº 14, agosto de 2011. Seção Movimento Indígena.

\_\_\_\_\_. **Sem Poder Popular, os protestos nas ruas não mudam a realidade**. Brasil, agosto a novembro de 2013. Ano 8, nº 20.

\_\_\_\_\_. **E agora, José?** Brasil, março a maio de 2015. Ano 10 - Nº 24.

Jornal Voz das Comunidades (JVC). **Semeando, cultivando e colhendo**. Dez anos de existencia e resistência do JVC. Brasil, março a junho de 2016. Ano 10, nº 27.

\_\_\_\_\_. **Catadores se fortalecem com o apoio da Diocese de Nazaré - Pernambuco**. Brasil, novembro de 2016 a fevereiro de 2017. Ano 10, nº 29.

KANT, Immanuel. Princípios metafísicos da doutrina do direito. In: **A metafísica dos costumes**. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Traduzido por: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KROPOTKIN, Piotr. **A conquista do pão**. Tradução: Cesar Falcão. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

LAGO, Luciana Corrêa do. O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta. In: **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. LAGO, Luciana Corrêa do (org.) - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** The Marxists Internet Archive. 1902. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm> Acessado em: 27 de fevereiro de 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Tradução revista por: Aristides Lobo. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIMA, Nísia Verônica de Trindade. **O movimento dos favelados do Rio de Janeiro – Políticas do Estado e Lutas Sociais (1954 – 1973)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM. Rio de Janeiro, 1989.

LLOYD, M.G., PEEL, D. & JANSSEN-JANSEN, L.D. **Self-build in the UK and Netherlands: mainstreaming self-development to address housing shortages?** Urban, Planning and Transport Research, 3, 2015. P.19-31.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Arão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MacPHERSON, Crawford Brough. **The life and times of liberal democracy**. Oxford: Oxford University, 1979.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana**: conceptos, aplicativos y alguns reflexiones. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2003.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz. **BNH**: outras perspectivas. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas, 2010, Natal. Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas, 2010.

MENDES, Alexandre F. e COCCO, Giuseppe (org.). **A Resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro**: Instituições do comum e resistências urbanas: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007 - 2011). 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

MILL, John Stuart. **O governo representativo**. Tradução: Manoel Innocência de L. Santos Jr. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOVIMENTO DAS COMUNIDADES POPULARES. **Hino do MCP**. In: Jornal Voz das Comunidades. Brasil, março de 2011. Ano 5, nº 13. Capa.

\_\_\_\_\_. Proposta do Movimento das Comunidades Populares (MCP) para as Eleições de 2014. 17 de setembro de 2014. <http://consciencia.net/propostas-movimento-das-comunidades-populares-mcp-para-eleicoes-de-2014/> Acessado em: 14 de março de 2017.

NUNES, Edson de O. **A gramática política do Brasil**: Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2000.

OAKIM, Juliana. **“Urbanização sim, remoção não”**. A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.

OLIVEIRA, Elaine Freitas. **Revitalização dos centros urbanos**: a luta pelo direito à cidade. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Rio de Janeiro, 2009.

ORNELAS, Raúl. **A autonomía como eixo da resistência zapatista**. Do levante armado ao nascimento dos caracoles. En publicacion: Hegemonias e emancipações no século XXI. CECEÑA, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERRENOT, Pauline e SLONSKA-MALVAUD, Vladimir. **Das ruas ao poder**. Nas cidades rebeldes da Espanha. Revista Le Monde Diplomatique Brasil, ano 10, n.115, fevereiro de 2017, pp.14-16.

PESTANA, Marco M. **A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

RAMOS, Tatiana. **“O futuro é se organizar!... A saída é se organizar de forma coletiva... aí sim!”**. Entrevista com Gelson Alexandrino. Revista Território Autônomo | nº 2 | Outono de 2013. pp.50-62.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1ª edição. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

REBOUÇAS, William Bueno. **Autonomia e Mobilização**: Por uma estratégia alternativa para os movimentos sociais. Monografia (graduação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Ciência Política. Rio de Janeiro, 2014.

REDE DE ECONOMIAS COLETIVAS. **A economia que queremos**. Construindo economias coletivas no campo e na cidade. (Caderno) Complexo da Maré - Timbau. 24 de novembro de 2013.

REZENDE, Vera. **Planejamento Urbano e Ideologia**: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Relatório** - Comissão da Verdade do Rio. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

RODRIGUES, Rute Imanishi. **Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro**: Aspectos da Política Governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1940. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 2014.

ROLNIK, Raquel e NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional**. Revista Le Monde Diplomatique Brasil, ano 2, n.20, março 2009, pp.4-5.

ROLNIK, Raquel. **Democracia no fio da navalha**. Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V. 11, N. 2 / Novembro 2009.

\_\_\_\_\_. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSANVALLON, Pierre. **La contrademocracia: La política en la era de la desconfianza**. Buenos Aires: Manantial, 2007.

SABINE, George H. **Historia de la teoria política**. México: FCE, 2009.

SANTILLÁN, Diego Abad de. **O organismo econômico da Revolução**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos e VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3ª edição. São Paulo: Projeto, 1985.

SCHEREN-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Tradutor: Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1992.

SCHNEEDWIND, Jerome B. **A invenção da autonomia**. Uma história da filosofia moral moderna. Tradução: Magda França Lopes. Editora Unisinos: São Leopoldo, 1999.

SILVA, Gelson Alexandrino. Entrevista realizada no dia 12 de junho de 2016 por William Rebouças. Duração: 1 hora, 4 minutos e 23 segundos. Rio de Janeiro, RJ.

\_\_\_\_\_. Entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2017 por William Bueno Rebouças. Duração: 1 hora, 26 minutos e 17 segundos. Rio de Janeiro, RJ.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do Leblon**: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional da Zona Sul do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Geografia**: A hora e a vez do pensamento libertário. Boletim Gaúcho de Geografia, 38: 15-34, maio, 2012.

\_\_\_\_\_. Os apoiadores acadêmicos dos movimentos sociais: Seus papéis, seus desafios. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**. Escritos de divulgação científica e análise política. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SPINOZA, Baruch de. **Ética**. Tradução de: Tomaz Tadeu. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

STIRNER, Max. **O único e sua propriedade**. Tradução: João Barrento. Lisboa: Antígona, 2004 [1844].

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Nem o centro e nem a periferia** - sobre cores, calendários e geografias. Erahsto Felício e Alex Hilsenbeck, organização. Coletivo Protopia S.A. e Daniela Ornelas Ribeiro, tradução. Porto Alegre: Deriva, 2008.

TERRA, Julinho. **Black Poema**. Novembro de 2013.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. Tradução: José Geraldo Couto. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (org.) **Comunidade e Sociedade**. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

TOURAINE, Alain. **The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements**. Translated by Alan Duff. Publisher: Cambridge University Press and Editions de La Maison des Science de L'Homme, 1981.

TRINDADE, Adriana de Albuquerque. **O estilo político da bica d'água: o chaguismo a Guanabara, 1969-1974**. Texto CPDOC nº 37. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

TSÉ-TUNG, Mao. **Livro Vermelho: Citações do comandante Mao Tsé-Tung**. São Paulo: Martin Claret, 2012

TURNER, John. **Housing in three dimensions: terms of reference for the housing question redefined**. In: BROMLEY, R. The urban informal sector. Oxford: Pergamon, 1979. P. 1135 – 1145.

VALE, Renata William Santos do. **Construindo a Corte: o Rio de Janeiro e a nova ordem urbana**. Comentário em sítio do Arquivo Nacional, 2007. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=861&sid=102> Acessado em: 01 de março de 2017.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

VASCONCELOS, João Gilberto de Sant'anna. **As Conferências Nacionais das Cidades no Governo Lula: A participação popular na construção da Política Nacional de Habitação.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Niterói, 2015.

WHITAKER, Celso. **A cada dez anos, um passo.** Revista Le Monde Diplomatique Brasil, ano 3, n28, novembro de 2009.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta.** As organizações populares e o significado da pobreza. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ZIBECCHI, Raúl. **Dispersar el poder.** Los movimientos como poderes antiestatales. 1ª ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.'

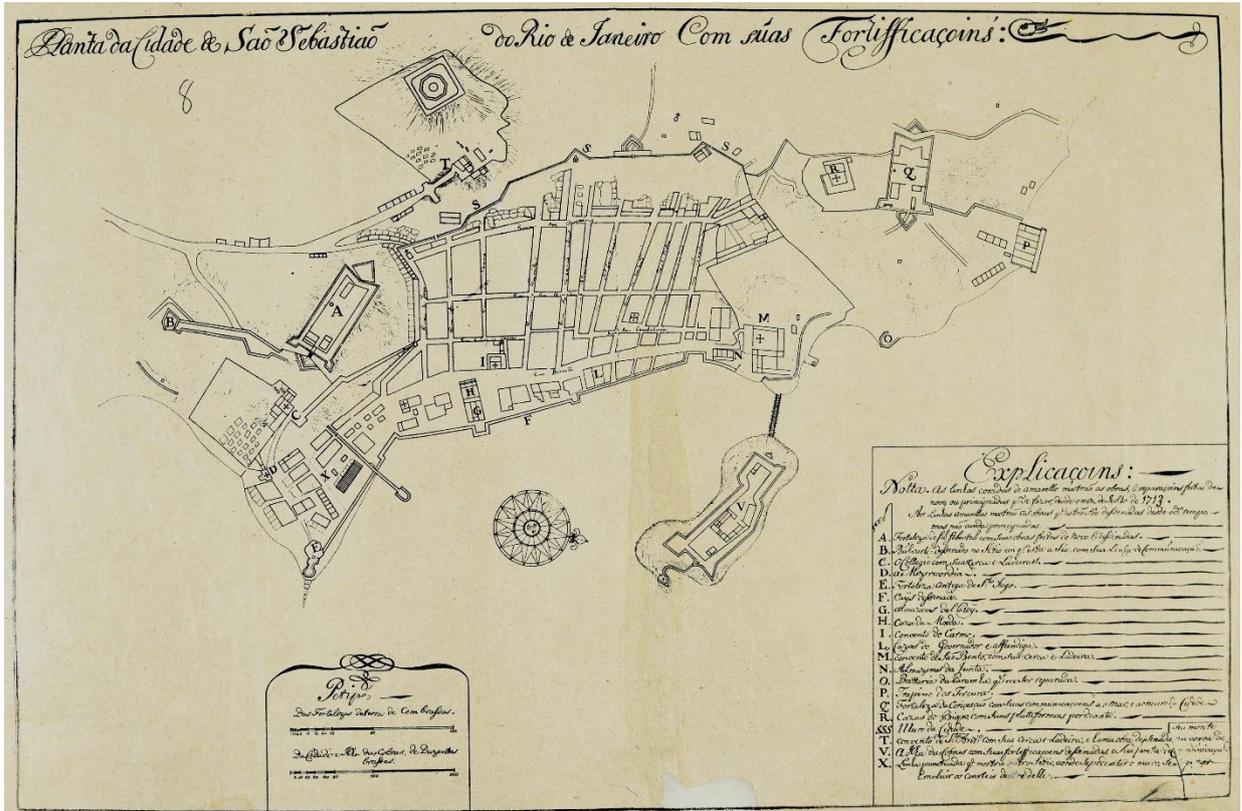
\_\_\_\_\_. **Autonomías y emancipaciones.** América Latina en movimiento. Programa Democracia y Transformación Global. Lima: UNMSM, 2007.

\_\_\_\_\_. **Territórios em resistência:** cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. **Poder popular nas favelas cariocas.** Tradução: Antonio Martins. Outras Palavras: Comunicação Compartilhada e Pós-capitalismo. 20 de janeiro de 2016. Disponível em: [www.outraspalavras.net/brasil/poder-popular-nas-favelas-cariocas](http://www.outraspalavras.net/brasil/poder-popular-nas-favelas-cariocas) Acessado em: 09 de março de 2017.

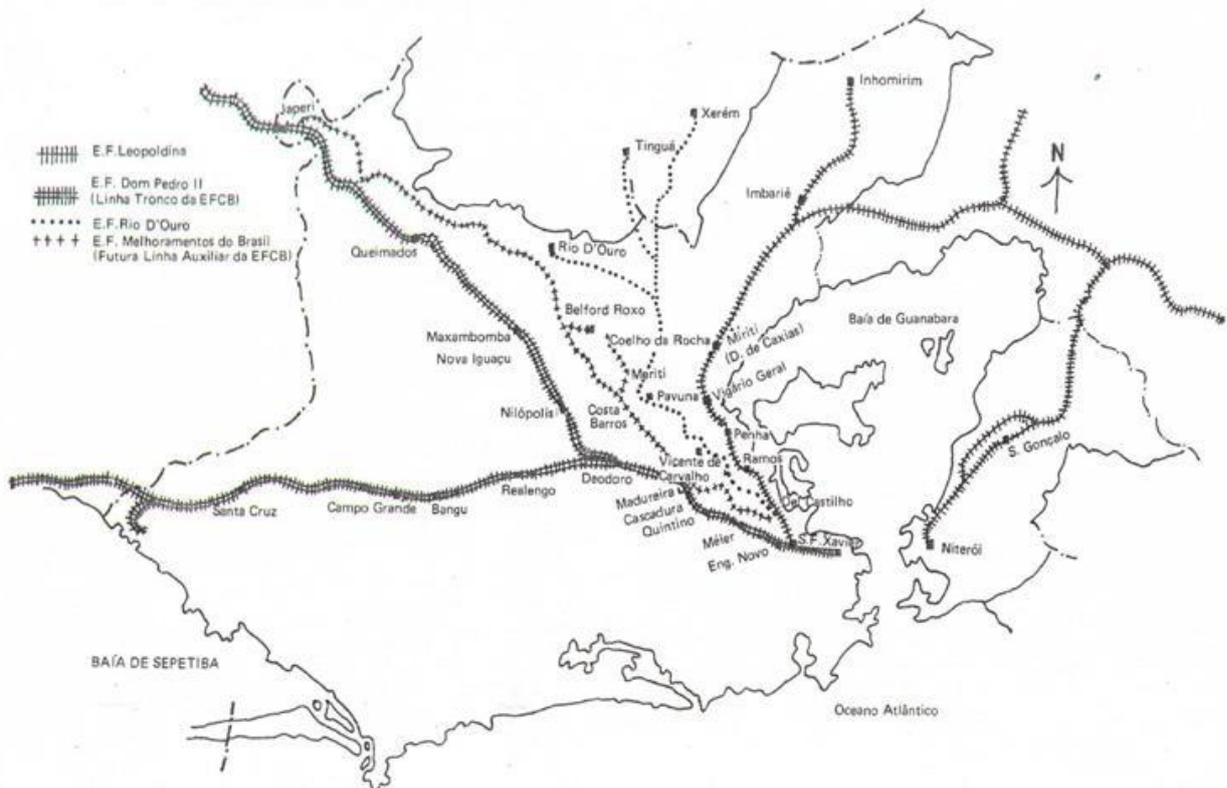
## ANEXOS

### Anexo 1. Planta de São Sebastião do Rio de Janeiro (1713).



Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

### Anexo 2. Estradas de Ferro no Rio de Janeiro



Retirado de ABREU, 2006. p.11

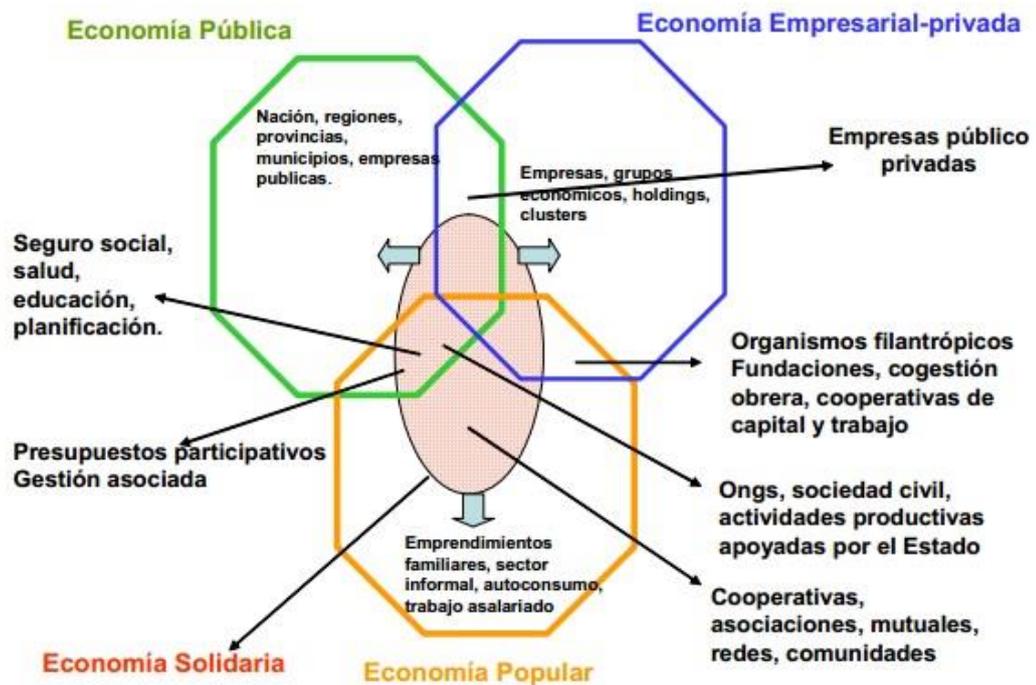
### Anexo 3. Favela da Praia do Pinto



Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

### Anexo 4. Três formas de economia em Coraggio

#### La Economía Solidaria en la Economía Mixta



Retirado de CORAGGIO, 2009. p.11

## Anexo 5. Matriz con ejemplos de satisfactores en Max-Neef.

**Cuadro 2** Violadores o destructores

Supuesto satisfactor	Necesidad que se pretende satisfacer	Necesidad cuya satisfacción es imposible
1. Arma mentismo	Protección	Subsistencia, Afecto, Participación, Libertad.
2. Exilio	Protección	Afecto, Participación, Identidad, Libertad.
3. Doctrina de Seguridad Nacional	Protección	Subsistencia, Identidad, Afecto, Entendimiento, Participación, Libertad.
4. Censura	Protección	Entendimiento, Participación, Ocio, Creación, Identidad, Libertad.
5. Burocracia	Protección	Entendimiento, Afecto, Participación, Creación, Identidad, Libertad.
6. Autoritarismo	Protección	Afecto, Entendimiento, Participación, Creación, Identidad, Libertad.

**Cuadro 4** Satisfactores inhibidores

Satisfactor	Necesidad	Necesidad cuya satisfacción se inhibe
1. Paternalismo	Protección	Entendimiento, Participación, Libertad, Identidad.
2. Familia sobreprotectora	Protección	Afecto, Entendimiento, Participación, Ocio, Identidad, Libertad.
3. Producción tipo Taylorista	Subsistencia	Entendimiento, Participación, Creación, Identidad, Libertad.
4. Aula autoritaria	Entendimiento	Participación, Creación, Identidad, Libertad.
5. Mesianismos (Milenarismos)	Identidad	Protección, Entendimiento, Participación, Libertad.
6. Permisividad ilimitada	Libertad	Protección, Afecto, Identidad, Participación.
7. Competencia económica obsesiva	Libertad	Subsistencia, Protección, Afecto, Participación, Ocio.
8. Televisión comercial	Ocio	Entendimiento, Creación, Identidad.

**Cuadro 3** Pseudo-satisfactores

Satisfactor	Necesidad que aparenta satisfacer
1. Medicina mecanicista: «A pill for every ill»	Protección
2. Sobreexplotación de recursos naturales	Subsistencia
3. Nacionalismo chauvinista	Identidad
4. Democracia formal	Participación
5. Estereotipos	Entendimiento
6. Indicadores económicos agregados	Entendimiento
7. Dirigismo cultural	Creación
8. Prostitución	Afecto
9. Símbolos de status	Identidad
10. Productivismo eficientista obsesivo	Subsistencia
11. Adoctrinamiento	Entendimiento
12. Limosna	Subsistencia
13. Modas	Identidad

**Cuadro 5** Satisfactores singulares

Satisfactor	Necesidad que satisface
1. Programas de suministro de alimentos	Subsistencia
1. Programas asistenciales de vivienda	Subsistencia
2. Medicina curativa	Subsistencia
3. Sistemas de seguros	Protección
4. Ejércitos profesionales	Protección
5. Voto	Participación
6. Espectáculos deportivos	Ocio
7. Nacionalidad	Identidad
8. Tours dirigidos	Ocio
9. Regalos	Afecto

**Cuadro 6** Satisfactores sinérgicos

Satisfactor	Necesidad	Necesidad cuya satisfacción estimula
1. Lactancia materna	Subsistencia	Protección, Afecto, Identidad
2. Producción autogestionada	Subsistencia	Entendimiento, Participación, Creación, Identidad, Libertad.
3. Educación popular	Entendimiento	Protección, Participación, Creación, Identidad, Libertad.
4. Organizaciones comunitarias democráticas	Participación	Protección, Afecto, Ocio, Creación, Identidad, Libertad.
5. Medicina descalza	Protección	Subsistencia, Entendimiento, Participación.
6. Banca descalza	Protección	Subsistencia, Participación, Creación, Libertad.
7. Sindicatos democráticos	Protección	Entendimiento, Participación, Identidad.
8. Democracia directa	Participación	Protección, Entendimiento, Identidad, Libertad.
9. Juegos didácticos	Ocio	Entendimiento, Creación.
10. Programas de autoconstrucción	Subsistencia	Entendimiento, Participación.
11. Medicina preventiva	Protección	Entendimiento, Participación, Subsistencia.
12. Meditación	Entendimiento	Ocio, Creación, Identidad.
13. Televisión cultural	Ocio	Entendimiento

Retirado de MAX-NEEF, 2003. pp.60-64